



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA



CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS DAS

CRIANÇAS EM MOÇAMBIQUE

JUNHO 2023





COORDENAÇÃO

Instituto Nacional de Estatística (INE)
Eliza Mónica A. Magaua, Presidente do INE

Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA)
Bérangère Boëll, Representante
Andrea M. Wojnar, Representante (2017-2021)

Ficha Técnica

COMITÉ TÉCNICO INTER-INSTITUCIONAL

Instituto Nacional de Estatística
Pedro Bernardo Duce, Director Nacional de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais (Coordenador do Comité)
Elísio Sebastião Mazive, Director Nacional Adjunto de Estatísticas Demográficas, Vitais e Sociais
Adelaide Macaba Bazagari, Assessora do Presidente do INE
Abdulai Dade, Chefe do Departamento de Estatísticas e Estudos Demográficos

Fundo das Nações Unidas para a População

Muhammad Asif Wazir, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2023)
Alessio Cangiano, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (até 2022)
Ezekiel Ngure, Especialista Técnico para População e Desenvolvimento (2022)
Simão Chatepa, Gestor do Projecto de Censo - Trust Fund

Universidade Eduardo Mondlane

Carlos Arnaldo, Director do Centro dos Estudos Africanos

PROCESSAMENTO DE DADOS

Anselmo Nhane, Chefe do Departamento de Informática e Sistemas de Informação
Muemed Cassimo; Maria Alfeu; João Mangué; Francisco Macaringue; Luis Bassanhane e Mussagy Ibraimo.

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO (Development Pathways)

Diloá Athias (Coordenador)

AUTORES

Diloá Athias, João Arnaldo Vembane, Jade Siu, Silvia Nasta

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Jessica Lomelin, Especialista em Comunicação e Desenvolvimento de Parcerias (UNFPA)
Karlina Salu, Oficial da Comunicação (UNFPA)

MAQUETIZAÇÃO

Habesha Media, México.

ACRÓNIMOS

FAMOD	Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência
ADEMO	Associação Moçambicana dos Deficientes
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNFPA	Fundo das Nações Unidas para a População
INE	Instituto Nacional de Estatística
OIT	Organização internacional do Trabalho
IOF	Inquérito ao Orçamento Familiar
TICs	Tecnologia da informação e comunicação
SOS	Aldeias de Crianças SOS, Moçambique
MQO	Método de Mínimos Quadrados Ordinários
IMASIDA	Inquérito de Indicadores de Imunização, Malária e HIV/SIDA
IDS	Inquérito Demográfico e de Saúde
IIM	Inquérito Nacional sobre Indicadores de Malária
DHS	Demographic and Health Surveys
MICS	Multiple Indicator Cluster Surveys

PREFÁCIO

Os Censos Demográficos apresentam a fotografia do País no momento da recolha de dados, disponibilizando os dados da população e das habitações, bem como as suas principais características. Estes dados permitem identificar tendências e lacunas de modo a planificar e priorizar os investimentos necessários. O uso dos resultados dos censos pode catalisar mudanças profundas e melhorar a vida de milhões de pessoas.

Moçambique realizou quatro rondas de Recenseamento Geral da População e Habitação (Censos) desde a independência nacional em 1975, que tiveram lugar nos anos 1980, 1997, 2007 e 2017. Segundo as normas internacionais, o intervalo entre os Censos é de 10 anos, embora não se tenha cumprido este prazo entre o primeiro e o segundo Censo devido ao conflito armado no País.

Em Agosto de 2017, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou o IV Recenseamento Geral de População e Habitação e em Abril de 2019 iniciou a divulgação dos resultados definitivos e oficiais.

Com recurso à base de dados do Censo 2017, foram realizados 17 Estudos Temáticos, concluídos em 2023 para fornecer uma análise mais profunda sobre os seguintes tópicos: Avaliação dos dados do Censo 2017; Projecções da População; Dinâmica da População; Fecundidade e Nupcialidade; Mortalidade; Mortalidade Materna; Migração e Urbanização; Deficiência; Inclusão Financeira; Situação das Crianças; Condições Socioeconómicas da Juventude; Padrão Linguístico; Agregados Familiares e Condições de Habitação; Força de Trabalho; Género; Educação e População Idosa.

Através dos relatórios dos estudos, a sociedade tem acesso à informação vital do panorama sociodemográfico actualizado de

Moçambique, contribuindo assim para informar os processos de planificação e de formulação de políticas baseadas em evidências.

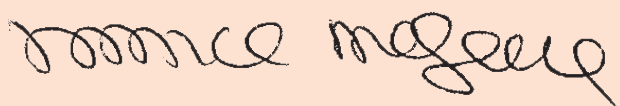
Com os resultados disponíveis, constatou-se que Moçambique mantém uma população jovem e em rápido crescimento, o que apresenta um potencial significativo para colher os benefícios de um dividendo demográfico. Para beneficiar deste dividendo é necessário um investimento adequado na saúde, educação, capacitação e emprego, promoção do capital social e humano e igualdade de género.

Expressamos os nossos mais profundos reconhecimentos a todas as entidades, singulares e coletivas, que contribuíram para a materialização e sucesso do projecto do Censo 2017. Salientamos em particular o apoio técnico e financeiro recebido do Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Banco Mundial e do Fundo Fiduciário (Trust Fund) para o IV Censo, constituído pelos Governos do Canadá, Reino Unido, Suécia, Noruega e Itália.

Desejamos igualmente manifestar o nosso maior reconhecimento aos agregados familiares por terem aceitado fornecer os seus dados, bem como aos agentes de campo, com destaque para os recenseadores e guias locais por terem percorrido a extensão do território nacional em busca dos dados relevantes sobre os moçambicanos.

Esperamos um maior uso dos estudos temáticos e que neles se encontre o poder e o valor dos dados, assim como os achados da sua análise. Estes elementos permitirão uma compreensão mais profunda de Moçambique e servirão de referência para sugerir de maneira objectiva onde os investimentos são mais necessários para transformar positivamente a vida das pessoas no presente e das próximas gerações.

Presidente do INE



Eliza Mónica A. Magaua

Representante do UNFPA



Bérangère Boëll

Maputo, Junho de 2023

ÍNDICE

1	Introdução	1
2	Métodos.....	3
2.1	Grupos de interesses.....	4
2.2	Questões de pesquisa	5
2.2.1	Registo de nascimento e morte de crianças	5
2.2.2	Educação	5
2.2.3	Trabalho infantil.....	5
2.2.4	União prematuras e gravidez na adolescência.....	5
2.3	Fontes de dados e metodologia	6
2.3.1	Revisão de literatura	6
2.3.2	Consultas com as partes interessadas	6
2.3.3	Análise descritiva	7
2.3.4	Análise de tendências	7
2.3.5	Análise de regressão.....	7
2.4	Qualidade dos dados.....	7
3	Características demográficas das crianças	8
3.1	Tamanho da população	8
3.2	Prevalência de grupos vulneráveis entre as crianças	10
3.3	Crescimento e projecções da população infantil.....	12
4	Agregados familiares e condições de habitação	15
4.1	Agregados familiares com crianças.....	15
4.2	Composição do agregado familiar.....	18
4.3	Condições de habitação.....	19
4.4	Acesso às tecnologias da informação e comunicação	22
5	Registo de nascimento e óbito.....	24
5.1	Registo de nascimento de crianças.....	24
5.2	Registo de crianças em caso de morte.....	27
5.3	Tendências no registo de nascimento	29
5.4	Factores associados ao registo de nascimento.....	31

6	Educação	32
6.1	Alfabetização	32
6.2	Frequência escolar	34
6.3	Tendências na educação.....	36
6.4	Factores associados à frequência escolar	39
7	Trabalho infantil.....	40
7.1	Prevalência do trabalho infantil	40
7.2	Tendências do trabalho infantil.....	43
7.3	Factores associados ao trabalho infantil	46
8	Unões prematuras e gravidez na adolescência	49
8.1	Definições	49
8.2	Prevalência das uniões prematuras.....	49
8.3	Prevalência da gravidez na adolescência	51
8.4	Tendências da uniões prematuras e gravidez na adolescência	52
8.5	Factores associados a uniões prematuras.....	56
8.6	Factores associados à gravidez na adolescência	57
9	Conclusões	59
10	Referências	61
	Anexo 1 Estudos recentes sobre crianças em Moçambique	63
	Anexo 2 Conceitos e definições sobre crianças utilizados no Censo	64
	Anexo 3 Análise de regressões	66
	Anexo 3.1 Variáveis dependentes de interesse	66
	Anexo 3.2 Variáveis.....	67
	Anexo 3.3 Resultados da regressão	68
	Anexo 4 Inconsistência com os dados do Censo	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 2-1: Abordagem de pesquisa	3
Gráfico 3-1: Pirâmides da população, Moçambique, 2017, 2035 e 2050	12
Gráfico 3-2: Taxa de fecundidade, Moçambique, 1997, 2003, 2011, 2015 e 2018	13
Gráfico 3-3: Rácio de dependência infantil projectada, Moçambique, 2017-2050	13
Gráfico 4-1: Crianças que vivem com ambos os pais, por ano de inquérito, Moçambique, 2017	18
Gráfico 4-2: Principal tipo de habitação em que as crianças vivem por área de residência, Moçambique, 2017	20
Gráfico 4-3: Propriedade dos agregados familiares em que vivem as crianças por província, Moçambique, 2017	20
Gráfico 4-4: Distribuição de crianças por quintil de riqueza e grupos vulneráveis, Moçambique, 2017	22
Gráfico 5-1: Registo de nascimento por diferentes características da criança, Moçambique, 2017	25
Gráfico 5-2: Registo de nascimento por tipo de vulnerabilidade e sexo, Moçambique, 2017	26
Gráfico 5-3: Registo de nascimento por tipo de vulnerabilidade e idade, Moçambique, 2017	26
Gráfico 5-4: Distribuição percentual dos principais motivos por não registar crianças por diferentes características, Moçambique, 2017	27
Gráfico 5-5: Registo de mortalidade entre crianças por província e por área de residência, Moçambique, 2017	28
Gráfico 5-6: Registo de mortalidade infantil por quintil de riqueza e tipo de vulneráveis, Moçambique, 2017	28
Gráfico 5-7: Registo de nascimento entre crianças 0-17 por sexo, grupos de idade e grupos vulneráveis, Moçambique, 2007 e 2017	29
Gráfico 5-8: Registo de nascimento entre crianças 0-17 por província e área de residência, Moçambique, 2007 e 2017	30
Gráfico 5-9: Coeficientes de regressão do registo de nascimento, Moçambique, 2017	31
Gráfico 6-1: Alfabetização por quintil de riqueza e por área de residência, Moçambique, 2017	32
Gráfico 6-2: Alfabetização por tipo de vulnerabilidade e sexo, Moçambique, 2017	33
Gráfico 6-3: Alfabetização por tipo de vulnerabilidade e idade, Moçambique, 2017	33
Gráfico 6-4: Frequência escolar por quintil de riqueza e por área de residência, Moçambique, 2017	34
Gráfico 6-5: Frequência escolar por província, Moçambique, 2017	34
Gráfico 6-6: Frequência escolar por tipo de vulnerabilidade e sexo, Moçambique, 2017	35
Gráfico 6-7: Frequência escolar por idade e nível de escola, Moçambique, 2017	35
Gráfico 6-8: Taxa de alfabetização entre crianças 5-17 por sexo e grupo etário, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	36
Gráfico 6-9: Taxa de alfabetização entre crianças 5-17 por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	36
Gráfico 6-10: Alfabetização entre crianças 5-17 por área de residência e província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	37
Gráfico 6-11: Frequência escolar das crianças 5-17 por sexo e grupo etário, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	37
Gráfico 6-12: Frequência escolar das crianças 5-17 por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	38
Gráfico 6-13: Frequência escolar das crianças 5-17 por área de residência e província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	38
Gráfico 6-14: Coeficientes de regressão da frequência escolar, Moçambique, 2017	39

Gráfico 7-1: Prevalência do trabalho infantil por província, Moçambique, 2017	41
Gráfico 7-2: Prevalência do trabalho infantil por quintis de riqueza, Moçambique, 2017	41
Gráfico 7-3: Prevalência do trabalho infantil por sexo e grupo vulneráveis, Moçambique, 2017.....	42
Gráfico 7-4: Percentagem de crianças 7-17 trabalhando, por faixa etária, sexo e tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	43
Gráfico 7-5: Percentagem de crianças 7-17 trabalhando por área de residência, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	44
Gráfico 7-6: Percentagem de crianças 7-17 trabalhando por província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	44
Gráfico 7-7: Percentagem de crianças 7-17 envolvidas em actividades domésticas não remuneradas por sexo e faixa etária, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	45
Gráfico 7-8: Percentagem de crianças 7-17 envolvidas actividades domésticas não remuneradas por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	45
Gráfico 7-9: Percentagem de crianças 7-17 envolvidas actividades domésticas não remuneradas por área de residência e província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017.....	46
Gráfico 7-11: Coeficientes de regressão do trabalho infantil (actividades económicas), Moçambique, 2017.....	47
Gráfico 7-12: Coeficientes de regressão do trabalho infantil (incluindo actividades domésticas não remuneradas), Moçambique, 2017	48
Gráfico 8-1: Prevalência das uniões prematuras por província e por quintis de riqueza, Moçambique, 2017.....	50
Gráfico 8-2: Percentagem de crianças entre 12 e 17 anos de idade casadas por grupo de vulnerabilidade e área de residência, Moçambique, 2017	50
Gráfico 8-3: Percentagem de raparigas 10-17 que tiveram filhos por província e quintis de riqueza, Moçambique, 2017	51
Gráfico 8-4: Percentagem de crianças entre 10-17 anos de idade que já tiveram filhos por grupo de vulnerabilidade e área de residência, Moçambique, 2017	52
Gráfico 8-5: Percentagem de crianças entre 12-17 casados por sexo e faixa etária, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	52
Gráfico 8-6: Percentagem de crianças 12-17 casadas por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	53
Gráfico 8-7: Percentagem de crianças de 12-17 casadas por área de residência, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	53
Gráfico 8-8: Percentagem de crianças entre 12-17 casados por província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017.....	54
Gráfico 8-9: Percentagem de raparigas entre 10-17 grávidas por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	54
Gráfico 8-12: Percentagem de raparigas entre 10-17 grávidas por área de residência e província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017	55
Gráfico 8-13: Coeficientes de regressão das uniões prematuras, Moçambique, 2017.....	57
Gráfico 8-14: Resultados da regressão da gravidez na adolescência, Moçambique, 2017.....	58

LISTA DE QUADROS

Quadro 2-1 Entrevistas com as partes interessadas	6
Quadro 3-1 População de crianças por grupos etários, sexo e área de residência, Moçambique, 2017.....	8
Quadro 3-2 População infantil e sua distribuição percentual por província e outras características seleccionadas, Moçambique, 2017	9
Quadro 3-3 Grupos vulneráveis de interesse como percentagem de crianças, por sexo e grupos etários, Moçambique, 2017	10
Quadro 4-1 Distribuição percentual dos agregados familiares por número de crianças e por outras características do agregado, Moçambique, 2017	16
Quadro 4-2 Distribuição das crianças por relação chefe do agregado por sexo, área de residência e grupos etários, Moçambique, 2017	19
Quadro 4-3 Condições de alojamento das crianças, por características seleccionadas, Moçambique, 2017.....	21
Quadro 4-4 Percentagem de crianças que vivem em agregados familiares com acesso às tecnologias de informação e comunicação, segundo características seleccionadas, Moçambique, 2017	23
Quadro 7-1 Prevalência média do trabalho infantil entre grupos vulneráveis de crianças e os seus homólogos não vulneráveis, Moçambique, 2017.....	42
Quadro A3-1 Crianças com deficiência (0 a 19 anos) por dificuldade, Moçambique, 2017.....	65
Quadro A2-1 Resultados de regressão para o registo de nascimento de crianças.....	68
Quadro A2-2 Resultados de regressão para a frequência escolar.....	70
Quadro A2-3 Resultados da regressão para a participação em actividades económicas	72
Quadro A2-4 Resultados da regressão para a participação em actividades económicas e trabalho doméstico.....	74
Quadro A2-5 Resultados da regressão para as uniões prematuras de crianças	76
Quadro A2-6 Resultados da regressão para a gravidez na adolescência	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 3-1: Percentagens de grupos de interesse por província, Moçambique, 2017	11
Figura 3-2: Taxa de dependência infantil, por província, Moçambique, 2017	14
Figura 4-1: Número médio de crianças em agregados familiares com crianças, por província, Moçambique, 2017.....	17

1 INTRODUÇÃO

Na altura do Censo de 2017, as crianças com menos de 18 anos representavam cerca de 53% da população de Moçambique, o que corresponde a cerca de 15 milhões de indivíduos. Estima-se que naquela época uma em cada duas crianças em Moçambique vivia abaixo da linha de pobreza, com disparidades significativas nos níveis de bem-estar entre o Norte e o Sul do país e entre áreas urbanas e rurais (UNICEF, 2020b). Nos últimos anos, as crianças em Moçambique têm estado expostas a múltiplos choques, desde crises económicas a desastres naturais e conflitos armados no Norte do país, assim como à pandemia da Covid-19 (UNICEF, 2022). Estes acontecimentos exacerbaram a situação já difícil em que as crianças moçambicanas viviam.

.....

**AS CRIANÇAS EM
MOÇAMBIQUE TÊM
ESTADO EXPOSTAS A
MÚLTIPLOS CHOQUES,
DESDE CRISES
ECONÓMICAS A
DESASTRES NATURAIS
E CONFLITOS ARMADOS
NO NORTE DO PAÍS,
ASSIM COMO À
PANDEMIA DA COVID-19
(UNICEF, 2022)**

Buscando compreender a situação socioeconómica das crianças e dos órfãos em Moçambique e quais fatores são determinantes para seu bem-estar, este estudo examina os dados do Censo de 2017.^[1] Quando apropriado, o estudo complementa os resultados utilizando os dados do Censo de 2017 com análises adicionais utilizando outras fontes, incluindo os dois censos anteriores (1997 e 2007) e os dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) 2019/20. Utilizando estes outros conjuntos de dados, este estudo apresenta as tendências nos principais indicadores de bem-estar relacionados a crianças e examina quais são os factores determinantes para o bem-estar das crianças.

A Carta Africana de Estatística, ratificada por Moçambique no ano de 2011, considera indispensável a informação estatística de qualidade para a integração e o desenvolvimento sustentável do continente, bem como para a tomada de decisão, pelas diversas componentes da sociedade, em particular, os dirigentes políticos, os actores económicos e sociais e investigadores (INE, 2014). Em Moçambique, constitui prioridades a produção de dados sobre crianças que sejam de qualidade suficiente para ajudar os fazedores de políticas públicas da criança a compreender os desafios que se impõem sobre as vidas destas e permitir-lhes a construção de planos e projectos que incentivam a mitigação (INE, 2021).

O Censo fornece o mais recente quadro situacional mais abrangente da sociedade moçambicana. Realizado em Agosto de 2017, o IV Recenseamento Geral da População e Habitação oferece preciosos conhecimentos sobre a vida dos cidadãos em diferentes níveis geográficos. Entre outras coisas, o Censo fez perguntas sobre migração, educação, nascimentos, mortes, deficiência e habitação. Os resultados do Censo constroem um melhor ambiente para a recolha, análise e divulgação de dados para informar a tomada de decisões baseadas em evidências.^[2]

[1] Este estudo faz parte de uma série de 17 estudos temáticos relativos ao Censo, que estão a ser coordenados pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) e pelo Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA) através de um Fundo Fiduciário. Em conjunto, os estudos fornecerão uma análise aprofundada dos resultados do Censo em áreas temáticas seleccionadas a partir do questionário.

[2] Os principais resultados foram publicados em Abril de 2019 e incluem características sociodemográficas da população de Moçambique.

Nos últimos anos tem havido uma série de estudos sobre crianças em Moçambique.^[3] Em conjunto, estes estudos proporcionam uma compreensão abrangente da situação das crianças no país em muitos aspectos socioeconómicos. O Relatório sobre a Situação das Crianças em Moçambique 2021 (UNICEF, 2022) fornece uma visão abrangente e contextual sobre a situação das crianças no país, utilizando uma abordagem de ciclo de vida. O estudo utiliza os dados mais recentes, incluindo o Censo, para relatar muitos indicadores de bem-estar relacionados com crianças. Em paralelo, o estudo Multidimensional da Pobreza Infantil em Moçambique (UNICEF (2020b) estima os níveis de pobreza e privação com base na análise multidimensional da pobreza. Embora a maior parte da sua análise se baseie na IOF 2014/15, algumas das estatísticas são computadas utilizando o Censo de 2017. O Estudo Longitudinal da *Desistência Escola* (UNICEF, 2020a) centra-se na escolarização primária das crianças em Moçambique e as suas conclusões baseiam-se na primeira ronda do inquérito da *Avaliação Longitudinal da Desistência Escola* (ALDE).

Este estudo complementa a literatura actual através de uma análise aprofundada sobre quatro tópicos: 1) registo de nascimento e morte de crianças, 2) educação, 3) trabalho infantil e uniões prematuras e 4) gravidez na adolescência. Para cada uma destas áreas de investigação, o estudo analisa especificamente três grupos de crianças: crianças órfãs, crianças chefes de agregados familiares e crianças com deficiência. Em geral, a análise também compara os resultados das crianças em quatro grupos etários: menores de 5 anos, 5 a 9 anos, 10 a 14 anos e 15 a 17 anos. O estudo oferece novos conhecimentos em relação a estes tópicos específicos e com enfoque em subgrupos particularmente vulneráveis de crianças. Para cada área de interesse, a análise procura identificar correlações robustas entre os resultados e as características das crianças, utilizando a análise de regressão.

Para além desta breve introdução, há nove capítulos neste relatório.

- O **Capítulo 2** fornece uma descrição detalhada da abordagem da pesquisa. Abrange as principais definições e conceitos utilizados no relatório, assim como apresenta as principais questões de pesquisa e a metodologia adotada na análise dos dados.

- O **Capítulo 3** apresenta uma visão geral das características demográficas das crianças em Moçambique na altura do Censo e como se espera que elas mudem no futuro.
- O **Capítulo 4** investiga os arranjos de vida e as condições de habitação das crianças, que incluem a composição do agregado familiar, tipo de habitação, materiais de construção, acesso à água e ao saneamento, bens próprios e acesso às tecnologias da informação e comunicação (TICs).
- O **Capítulo 5** centra-se no registo de nascimento e morte de crianças, analisa como as taxas de registo mudaram ao longo dos anos e observa a sua prevalência em geral e entre grupos vulneráveis de crianças.
- O **Capítulo 6** explora aspectos relacionados com a alfabetização e a educação, tais como impactos no nível de escolaridade (grau mais elevado concluído) e na taxa abandono escolar (taxas de frequência escolar), as suas tendências históricas e os factores que determinam se as crianças são mais ou menos propensas a frequentar a escola.
- O **Capítulo 7** analisa o trabalho infantil em termos de participação em actividades económicas e/ou trabalho doméstico não remunerado, como a prevalência do trabalho infantil tem evoluído ao longo do tempo e quais os factores que afectam a participação do trabalho infantil e em que medida.
- O **Capítulo 8** aborda os temas das uniões prematuras e da gravidez na adolescência, analisando a sua prevalência, tendências e os factores que afectam a probabilidade das crianças estarem em uniões prematuras e terem filhos antes dos 18 anos.
- O **Capítulo 9** conclui resumindo os principais resultados da análise e formula recomendações-chaves sobre a situação das crianças e órfãos em Moçambique.

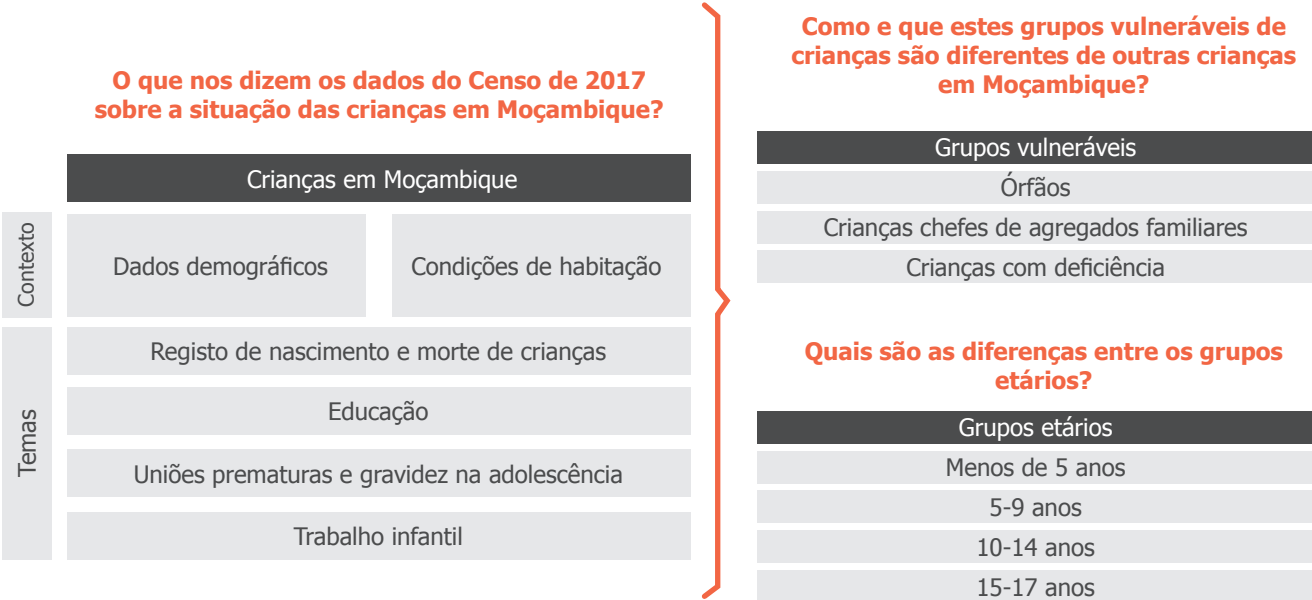
[3] Ver Anexo 1 para estudos-chave nos últimos dois anos.

2 MÉTODOS

Este capítulo descreve em linhas gerais os métodos aplicados na análise apresentada neste estudo. A secção fornece primeiro uma visão geral das principais definições e conceitos utilizados no relatório, para depois delinear as questões de pesquisa consideradas, os métodos e as principais fontes de dados utilizadas.

Ao contrário de estudos anteriores que forneceram análises da situação socioeconómica geral das crianças em Moçambique com grande amplitude, este estudo proporciona um mergulho profundo em quatro áreas-chave de enfoque (Gráfico 2-1). As quatro áreas de enfoque são: 1) registos de nascimento e morte de crianças, 2) educação, 3) trabalho infantil e 4) uniões prematuras e gravidez na adolescência. Estas áreas-chave de enfoque formam questões que foram identificadas como especialmente pertinentes nos estudos anteriores e que são capturadas no questionário do Censo.

Gráfico 2-1: Abordagem de pesquisa



Fonte: Elaboração dos próprios autores.

Para cada uma destas quatro áreas de enfoque, o estudo analisa a situação de três grupos de crianças identificadas como particularmente vulneráveis—crianças órfãs, crianças chefes de agregados familiares e crianças com deficiência. Em particular, o estudo explora como estes grupos de crianças são diferentes do resto da população e como tais diferenças implicam no desenvolvimento das crianças. O estudo também busca compreender quais são as principais barreiras para que estes grupos tenham acesso à serviços básicos.

2.1 GRUPOS DE INTERESSES

Abaixo estão as principais definições conceptuais dos quatro grupos de interesses neste estudo: crianças, crianças com deficiência, crianças órfãs e agregados familiares chefiados por crianças. Cada capítulo descreve outras definições e conceitos específicos para as análises em cada capítulo.^[4]

CRIANÇAS

Em Moçambique, todas as pessoas com menos de 18 anos de idade são consideradas crianças.^[5] Contudo, as crianças de idades diferentes têm características diferentes e necessidades distintas de desenvolvimento e protecção. Para este estudo, as crianças são agrupadas de acordo com quatro faixas etárias mais estreitas: crianças menores de 5 anos, crianças de 5 e 9 anos, crianças de 10 e 14 anos e crianças de 15 e 17 anos. O estudo compara as diferenças nos resultados, tais como o nível de escolaridade, a participação no trabalho infantil e uniões prematuras, bem como a natureza das relações entre estes resultados variam consoante os grupos etários.

CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Moçambique ratificou a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência em 2012, que declara que *“pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos físicos, mentais, intelectuais ou sensoriais de longa duração que, em interacção com diversas barreiras, podem dificultar a sua plena e efectiva participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”* (Artigo 1, CNUDPD).

A nível mundial, as pessoas com deficiência, incluindo crianças, são mais propensas a serem mais pobres, têm menos acesso à educação e enfrentam imensos desafios de saúde (OMS 2011). As crianças com deficiência são parte do grupo das crianças mais marginalizadas no mundo e são sistematicamente estigmatizadas, discriminadas e tratadas com menos dignidade do que outras crianças e isso pode afectar negativamente as suas vidas na fase adulta (Orsander, Mendoza, Burgess, Arlini, & Sulaiman, 2020). As crianças com deficiência são mais propensas a sofrer discriminação, exclusão, violência, estigma, abuso e negligência o que, por sua vez resulta na sua privação de cuidados adequados, educação, saúde, brincadeiras e recreação e participação em suas comunidades. A deficiência na intersecção com o género e outros aspectos da identidade e circunstâncias de um indivíduo resulta, muitas vezes na agração da marginalização e excluídas.

CRIANÇAS ÓRFÃS

Um órfão é uma criança que perdeu um ou ambos os pais. Este estudo considera os seguintes tipos de crianças órfãs:

- Órfão de ambos: uma criança que perdeu ambos os pais
- Órfão materno: uma criança que perdeu a sua mãe, mas não o pai
- Órfão paterno: uma criança que perdeu o seu pai, mas não a mãe

As crianças órfãs estão particularmente em risco de serem explorados para o trabalho infantil ou forçados a uniões prematuras (UNICEF, 2006; UNICEF, 2022).

AGREGADOS FAMILIARES CHEFIADOS POR CRIANÇAS

Os Agregados chefiados por crianças, são caracterizados por possuir membros menores de 18 anos de idade e órfãos de ambos os pais. Esta categoria inclui também crianças cujos pais saíram de casa para trabalhar ou para a guerra e órfãos sociais que tinham sido abandonados por os seus pais vivos. Estudos qualitativos em vários contextos mostraram que estas crianças são mais propensas a abandonar a escola devido à necessidade de assumir responsabilidades domésticas (Mogotlane et al., 2010; Makuyana et al., 2020; Thawala et al., 2021). Existem, no entanto, estudos quantitativos limitados sobre o funcionamento e bem-estar dos agregados familiares chefiados por crianças. Este estudo procurou preencher esta lacuna.

AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA SÃO MAIS PROPENSAS A SOFRER DISCRIMINAÇÃO, EXCLUSÃO, VIOLÊNCIA, ESTIGMA, ABUSO E NEGLIGÊNCIA

[4] Veja o Anexo 2 para mais detalhes sobre os conceitos e definições utilizados durante o processamento dos dados do Censo

[5] Artigo 3º da Lei n. 7/2008 (lei sobre a promoção e protecção dos direitos da criança).

2.2 QUESTÕES DE PESQUISA

Nesta secção, são apresentadas as questões específicas de pesquisa para cada uma das quatro áreas de foco: 1) registo de nascimento e morte de crianças 2) educação, 3) trabalho infantil e 4) uniões prematuras e gravidez na adolescência.

2.2.1 REGISTO DE NASCIMENTO E MORTE DE CRIANÇAS

Em que medida os registos de nascimento e morte de crianças melhoraram com o tempo e que factores estão associados ao baixo número de registo de nascimento em Moçambique?

Sob esta questão de pesquisa, a análise procurou:

1. Obter estimativas da completude dos registos de nascimento e morte de crianças desagregados por área geográfica, bem como por grupos etários e grupos vulneráveis acima detalhados.^[6]
2. Identificar características dos agregados familiares, incluindo características intergeracionais, que são mais susceptíveis de registar os nascimentos e/ou mortes dos seus filhos. Explorar como estas relações variam entre registos de diferentes grupos etários e grupos vulneráveis.
3. Explorar se e como estas taxas de registo se alteraram ao longo do tempo (1997, 2007, 2017). Utilizar a análise de corte para fornecer uma indicação de como a completude do registo de nascimento se alterou ao longo dos anos.^[7]

2.2.2 EDUCAÇÃO

Que grupo de crianças é mais susceptível a não frequentar a escola e que factores, incluindo factores intergeracionais, estão associados ao baixo nível de escolaridade em Moçambique?

Sob esta questão de pesquisa, a análise procurou:

1. Obter estimativas da alfabetização, taxas de frequência escolar e níveis de educação desagregados por área geográfica, bem como por grupos etários e grupos vulneráveis detalhados acima.
2. Identificar características de indivíduos e dos agregados familiares, tais como a educação parental, que aumentam a propensão a faltar à escola ou terem baixo nível de

escolaridade. Explorar como estas relações variam entre diferentes grupos etários e grupos vulneráveis.

3. Explorar se e como estes resultados educacionais mudaram ao longo do tempo (1997, 2007, 2017).

2.2.3 TRABALHO INFANTIL

Qual é a prevalência do trabalho infantil em Moçambique e quais crianças estavam em situação de trabalho infantil?

Sob esta questão de pesquisa, a análise procurou:

1. Obter estimativas da prevalência do trabalho infantil em 2017, desagregadas por área geográfica, bem como por grupos etários e grupos vulneráveis detalhados acima.
2. Fornecer uma indicação das mudanças na prevalência do trabalho infantil ao longo do tempo (1997, 2007, 2017).
3. Identificar características dos indivíduos e dos agregados familiares, incluindo características intergeracionais, que aumentem a susceptibilidade de estarem em situação de trabalho infantil.
4. Explorar como estas relações variam entre diferentes grupos etários e grupos vulneráveis.

2.2.4 UNIÕES PREMATURAS E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Quais são os factores determinantes das uniões prematuras e da gravidez na adolescência em Moçambique e como estão a mudar?

Sob esta questão de pesquisa, a análise procurou:

1. Examinar a relação entre as uniões prematuras e a gravidez na adolescência.
2. Identificar características dos indivíduos e dos agregados familiares, incluindo características intergeracionais, que aumentem a susceptibilidade de se envolverem em uniões prematuras e na gravidez na adolescência (separadamente). Explorar como estas relações variam entre diferentes grupos etários e grupos vulneráveis.
3. Explorar se e como estas relações mudaram ao longo do tempo (1997, 2007, 2017)

[6] Os dados do Censo apenas disponibilizam informações sobre o registo de crianças que morreram nos últimos 12 meses.

[7] Por exemplo, se o registo de nascimento tiver melhorado com o tempo, seria de esperar que mais crianças com menos de cinco anos de idade tivessem sido registadas em comparação com crianças mais velhas.

2.3 FONTES DE DADOS E METODOLOGIA

Embora a principal fonte de dados seja o *IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017*, os resultados do recenseamento são comparados com:

- Dados dos censos anteriores (1997 e 2007) para identificar tendências passadas
- Dados do Inquérito sobre Orçamento Familiar (IOF) 2019/20 para confirmar/desaprovar os resultados e/ou identificar as tendências actuais
- Constatações da literatura e provas adicionais recolhidas a partir de consultas.

O estudo emprega diferentes metodologias, incluindo uma revisão documental e bibliográfica para contextualizar os resultados da análise de dados, uma revisão de políticas e programas directamente ligados à crianças e órfãos, análise de tendências utilizando especificamente as duas rondas anteriores do censo (1997 e 2007) e análise de regressão para associar factores à diferentes resultados de interesse.

2.3.1 REVISÃO DE LITERATURA

A revisão da literatura proporciona uma forte compreensão do contexto do país, especialmente em termos das principais áreas de foco. A revisão documental também apoia o estudo na sua investigação dos factores causais que ajudam a explicar as tendências e padrões de desigualdade no bem-estar das crianças. O estudo catalogou, reviu e sintetizou dados secundários e fontes de análise. Isto inclui não só os estudos mencionados no Anexo 1, mas também os outros estudos temáticos de censo disponíveis, relatórios e documentos do governo nacional, publicações relevantes de outras agências das Nações Unidas e parceiros de desenvolvimento, assim como artigos académicos sobre os assuntos de interesse.

2.3.2 CONSULTAS COM AS PARTES INTERESSADAS

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com pessoas chave do INE, UNICEF, UNFPA e organizações da sociedade civil e que podem ter desempenhado um papel no planeamento e execução do processo de enumeração. As consultas serviram também para recolher informações chave e procedimentos padrão realizados durante as fases da planificação, gestão e garantia da qualidade do processo de enumeração, especialmente em termos da recolha de dados relacionados com as crianças. O quadro abaixo fornece uma lista dos nomes dos intervenientes entrevistados. Para além destes nomes, foram também realizadas entrevistas informais com pessoal técnico do Ministério de Género e Ministério da Educação.

Quadro 2-1: Entrevistas com as partes interessadas

NOME	INSTITUIÇÃO
Pedro Duce	INE
Iva Carla Pires	UNICEF
Ricardo Moreira	UNICEF
Farida Gulamo	ADEMO (Associação Moçambicana dos Deficientes)
Ivan Muthombene	Save the Children
Sérgio Pereira	SOS
Cantol Ponja	FAMOD (Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência)
Pedro Safrão	Luz para o Mundo

2.3.3 ANÁLISE DESCRITIVA

A análise descritiva estima em primeiro lugar a prevalência dos resultados de interesse (como definido acima) utilizando os dados do Censo de 2017. As estatísticas descritivas são desagregadas por os três grupos vulneráveis de interesses: crianças órfãs, agregados familiares chefiados por crianças e crianças com deficiência. As estimativas de prevalência são também desagregadas em relação à características de base adicionais, incluindo:

- Sexo
- Área de residência (urbana ou rural)
- Grupos etários
- Divisão administrativas (províncias e distritos)
- Quintis da riqueza (medido por um índice de riqueza)

2.3.4 ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

A análise de tendências mostra como o bem-estar das crianças está a evoluir ao longo do tempo e se as lacunas de equidade estão a diminuir. Para além dos dados de 2017, a análise de tendências aplicada neste estudo considera as duas rondas anteriores do Censo, nomeadamente: os recenseamentos de 1997 e 2007.

2.3.5 ANÁLISE DE REGRESSÃO

A análise de regressão utiliza os dados do Censo de 2017 para explorar padrões em relação a cada um dos indicadores de interesse nas diferentes áreas de enfoque. O seguinte modelo logístico foi estimado⁸

$$y = \ln\left(\frac{p}{1-p}\right) = \alpha + X\beta$$

onde y_i é a variável dependente, uma variável binária que é igual a um se a criança apresenta a característica de interesse em 2017 e zero nos restantes casos. p é a probabilidade de o evento ocorrer (variável dependente). X_i é um vector de variáveis que captam características individuais e do domicílio da criança e β é o vector de coeficientes correspondente. Cada coeficiente capta a medida em que a característica está correlacionada com a probabilidade de o resultado de interesse ocorrer. Por último, α é o intercepto.

A lista completa e detalhada das variáveis dependentes

e independentes é apresentada no Anexo 3. Para certas regressões, foram incluídas também como variáveis explicativas as variáveis de interesse de outras áreas de enfoque.^[8] Todas as regressões incluem efeitos fixos distritais para capturar as características do distrito, tais como a economia e a cultura.

Como parte da análise de sensibilidade, resultados com outros modelos de regressão como MQO e probit foram comparados. Resultados com alterações no conjunto de variáveis de controlo também foram investigados. Em geral, os resultados são consistentes o que em certa medida assegura que os resultados são robustos à escolha do modelo e da seleção de variáveis de controlo.

2.4 QUALIDADE DOS DADOS

a Durante a análise do Censo de 2017, foram observadas algumas inconsistências com os dados. A principal inconsistência diz respeito a idade das crianças com menos de um ano idade, já que comparado com outros dados, proporcionalmente, há um número muito menor de crianças nessa faixa etária. O Anexo 4 traz em mais detalhes essa e outras inconsistências observados nos dados da amostra de 10% do Censo de 2017.



[8] Por exemplo, para regressões em que uma variável relacionada com a educação é o resultado (variável dependente), incluiremos variáveis sobre trabalho infantil e uniões prematuras como variáveis explicativas.

3 CARACTERÍSTICAS DEMOGRÁFICAS DAS CRIANÇAS

Este capítulo fornece uma visão geral das características demográficas das crianças de acordo com o Censo de 2017, apresentando estatísticas descritivas básicas da sua dimensão populacional e distribuição de acordo com diferentes características. O capítulo também fornece características demográficas gerais dos três grupos vulneráveis de interesse entre as crianças: crianças órfãs, crianças com deficiência e crianças chefes de agregados familiares.

3.1 TAMANHO DA POPULAÇÃO

Moçambique é um país jovem, onde em 2017 a idade média da população era de 16,6 anos. Dos quase 27 milhões de habitantes contados no Censo de 2017, 14,3 milhões eram crianças menores de 18 anos (Quadro 3-1). Cerca de 4,7 milhões de pessoas tinham menos de 5 anos, 4,5 milhões tinham entre 5 e 9 anos, 3,4 milhões tinham entre 10 e 14 anos e 1,7 milhões eram adolescentes com idades compreendidas entre 15 e 17 anos. Em termos relativos, as crianças representavam 53% da população total, ou seja, uma em cada duas pessoas em Moçambique era criança em 2017 e perto de uma em cada cinco tinha menos de 5 anos de idade.

Diferentemente dos adultos em que há mais mulheres do que homens, as crianças são distribuídas aproximadamente de forma igual entre raparigas e rapazes. Em 2017, existiam 7,1 milhões de rapazes e 7,2 milhões de raparigas. Como havia mais mulheres do que homens entre os adultos, especialmente nas zonas rurais, a percentagem de rapazes entre a população masculina total era 3,6 pontos percentuais mais elevada do que a percentagem de raparigas entre a população feminina total (54,9%).

Quadro 3-1: População de crianças por grupos etários, sexo e área de residência, Moçambique, 2017

GRUPO ETÁRIO	NACIONAL			URBANO			RURAL		
	TOTAL	RAPAZES	RAPARIGAS	TOTAL	RAPAZES	RAPARIGAS	TOTAL	RAPAZES	RAPARIGAS
População									
Total	26 899 105	12 910 199	13 988 906	8 971 788	4 338 499	4 633 289	17 927 317	8 571 700	9 355 617
Crianças	14 261 208	7 083 186	7 178 022	4 360 404	2 141 593	2 218 811	9 900 804	4 941 593	4 959 211
0-4	4 655 732	2 300 350	2 355 382	1 296 964	642 664	654 300	3 358 768	1 657 686	1 701 082
5-9	4 450 647	2 213 605	2 237 042	1 305 900	642 348	663 552	3 144 747	1 571 257	1 573 490
10-14	3 432 034	1 721 366	1 710 668	1 137 792	551 508	586 284	2 294 242	1 169 858	1 124 384
15-17	1 722 795	847 865	874 930	619 748	305 073	314 675	1 103 047	542 792	560 255
Adultos	12 637 897	5 827 013	6 810 884	4 611 384	2 196 906	2 414 478	8 026 513	3 630 107	4 396 406
Percentagem da população total									
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Crianças	53,0	54,9	51,3	48,6	49,4	47,9	55,2	57,7	53,0
0-4	17,3	17,8	16,8	14,5	14,8	14,1	18,7	19,3	18,2
5-9	16,5	17,1	16,0	14,6	14,8	14,3	17,5	18,3	16,8
10-14	12,8	13,3	12,2	12,7	12,7	12,7	12,8	13,6	12,0
15-17	6,4	6,6	6,3	6,9	7,0	6,8	6,2	6,3	6,0
Adultos	47,0	45,1	48,7	51,4	50,6	52,1	44,8	42,3	47,0

Fonte: INE, Censo 2017.

A maioria da população infantil em Moçambique vive em zonas rurais. Em 2017 haviam 9,9 milhões de crianças a viver nas zonas rurais em comparação com 4,4 milhões nas zonas urbanas. Proporcionalmente, há significativamente mais crianças a viver nas zonas rurais do que adultos. Enquanto 63% dos adultos residem nas zonas rurais de Moçambique, 69% das crianças encontram-se nas zonas rurais. Ao contrário das zonas rurais, as crianças não são a maioria nas zonas urbanas. As crianças representam 48,6% do total da população urbana. Nas zonas rurais, as crianças representam 55,2% do total da população rural.

Como apresentado no Quadro 3-2, em todas as províncias, a população infantil é mais predominante nas províncias do Norte e do Centro, onde é a maioria, sendo que estas são também as províncias com maior população rural. De facto, cerca de 56% de todas as crianças vivem nas quatro províncias do Norte (Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia). Quatro em cada dez crianças em Moçambique residem nas duas províncias mais populosas de Moçambique - Nampula e Zambézia.

Quadro 3-2: População infantil e sua distribuição percentual por província e outras características seleccionadas, Moçambique, 2017

PROVÍNCIA	TOTAL	SEXO		ÁREA DE RESIDÊNCIA		GRUPOS ETÁRIOS			
		MASCULINO	FEMININO	URBANO	RURAL	0-4	5-9	10-14	15-17
População									
Niassa	928 605	436 302	492 302	223 460	705 144	320 342	296 257	209 499	102 507
Cabo Delgado	1 142 949	540 773	602 175	262 051	880 898	383 398	375 283	257 917	126 351
Nampula	2 914 223	1 397 284	1 516 938	886 533	2 027 690	1 013 365	956 344	636 034	308 480
Zambézia	2 713 232	1 307 443	1 405 789	464 136	2 249 096	928 243	848 667	637 010	299 312
Tete	1 340 502	641 474	699 029	229 312	1 111 191	429 670	414 460	330 797	165 575
Manica	990 173	465 810	524 363	315 277	674 896	317 059	292 794	249 407	130 913
Sofala	1 133 341	537 627	595 714	435 991	697 350	350 349	334 659	290 574	157 758
Inhambane	707 489	333 279	374 210	186 228	521 261	182 489	215 543	203 323	106 135
Gaza	692 374	328 432	363 942	196 571	495 803	185 129	210 146	194 286	102 813
Maputo.	831 814	398 823	432 991	540 116	291 698	227 035	247 809	229 940	127 030
Maputo (Cidade)	401 924	191 249	210 675	401 924	0	106 201	115 109	109 728	70 887
Distribuição percentual									
Niassa	6,7	6,6	6,8	5,4	7,3	7,2	6,9	6,3	6,0
Cabo Delgado	8,3	8,2	8,3	6,3	9,1	8,6	8,7	7,7	7,4
Nampula	21,1	21,2	21,0	21,4	21,0	22,8	22,2	19,0	18,2
Zambézia	19,7	19,9	19,5	11,2	23,3	20,9	19,7	19,0	17,6
Tete	9,7	9,8	9,7	5,5	11,5	9,7	9,6	9,9	9,8
Manica	7,2	7,1	7,3	7,6	7,0	7,1	6,8	7,4	7,7
Sofala	8,2	8,2	8,3	10,5	7,2	7,9	7,8	8,7	9,3
Inhambane	5,1	5,1	5,2	4,5	5,4	4,1	5,0	6,1	6,3
Gaza	5,0	5,0	5,0	4,7	5,1	4,2	4,9	5,8	6,1
Maputo	6,0	6,1	6,0	13,0	3,0	5,1	5,8	6,9	7,5
Cidade de Maputo	2,9	2,9	2,9	9,7	0,0	2,4	2,7	3,3	4,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, Censo 2017.

3.2 PREVALÊNCIA DE GRUPOS VULNERÁVEIS ENTRE AS CRIANÇAS

O quadro abaixo apresenta a prevalência dos três grupos de interesse para este estudo entre as crianças: crianças órfãs, crianças com deficiência e crianças chefes de agregados familiares. Para além da prevalência total, são também apresentadas estatísticas por área de residência, sexo e grupos etários.

Os dados do Censo de 2017 revelaram que um em cada dez crianças em Moçambique tinha perdido um ou ambos os pais (Quadro 3-3). A maioria dos órfãos perderam o seu pai. Cerca de 65,9% das crianças órfãs eram órfãos paternos, 21,5 eram órfãos maternos e 13,6% eram órfãos de ambos pais. As crianças órfãs são mais prevalentes nas áreas urbanas e no Sul do país, diferentemente da prevalência geral das crianças, que se encontram a residir maioritariamente em zonas rurais (como também salientado na Figura 3-1). Embora não existam diferenças significativas na prevalência de crianças órfãs entre rapazes e raparigas, existem grandes diferenças por diferentes grupos etários. Naturalmente, a probabilidade de se tornar órfão—especialmente órfão paterno—aumenta com a idade de tal forma que 22,7% das crianças de 15-17 anos são órfãos de pelo menos um dos pais. A elevada prevalência de órfãos entre as crianças mais velhas é também um reflexo da esperança de vida relativamente baixa de Moçambique à nascença. Em Moçambique, os homens têm uma esperança de vida de 51 anos e as mulheres de 57 anos.

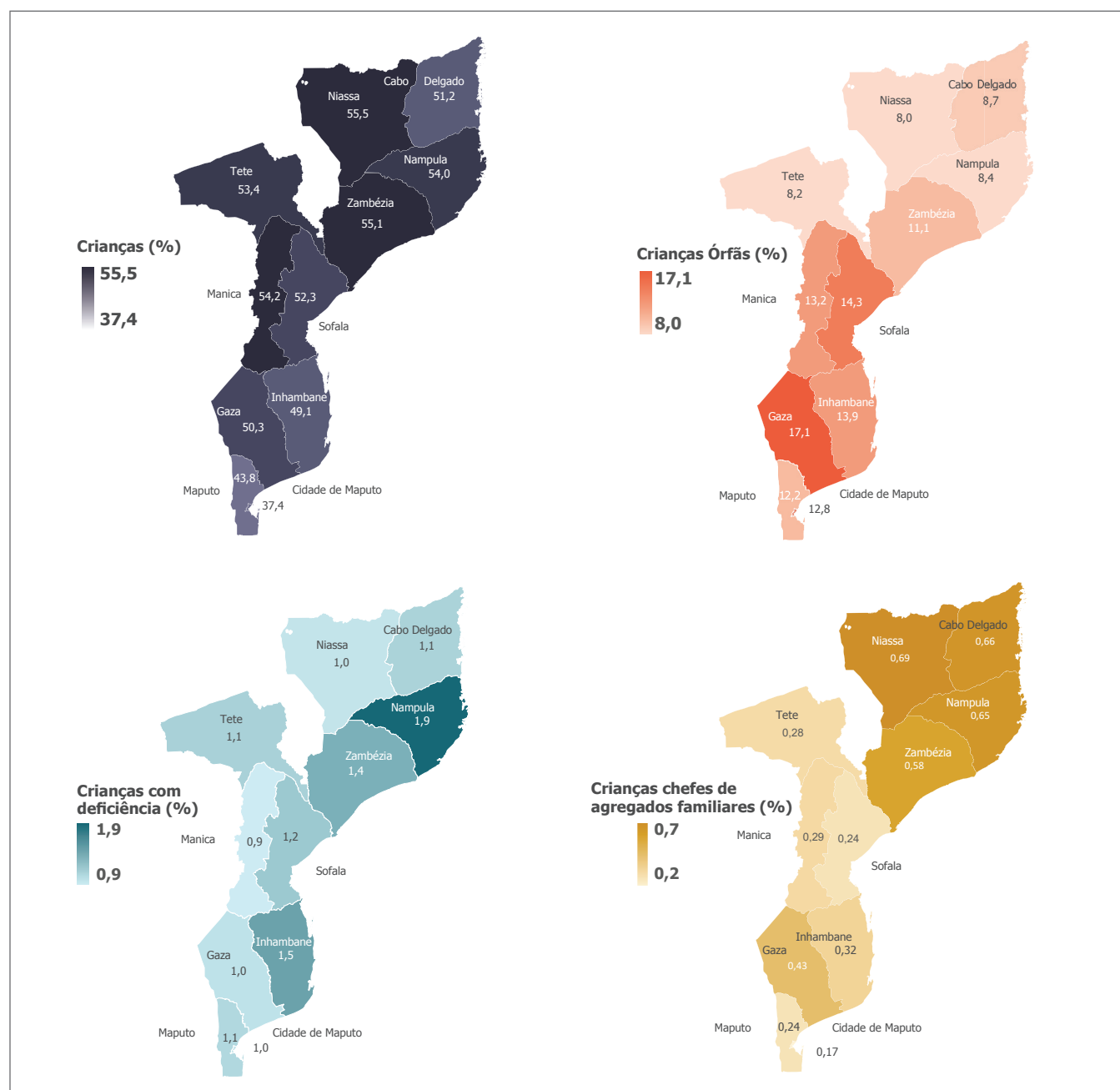
Quadro 3-3: Grupos vulneráveis de interesse como percentagem de crianças, por sexo e grupos etários, Moçambique, 2017

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS	CRIANÇAS ÓRFÃS MATERNOS (%)	CRIANÇAS ÓRFÃS PATERNAIS (%)	CRIANÇAS ÓRFÃS DE AMBOS (%)	CRIANÇAS ÓRFÃS (%)	CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA (%)	CRIANÇAS CHEFES DE AGREGADOS FAMILIARES (%)
Área de residência						
Urbano	2,5	8,2	1,7	12,5	1,3	0,4
Rural	2,2	6,6	1,2	10,1	1,3	0,5
Sexo						
Masculino	2,3	7,2	1,4	10,1	1,4	0,4
Feminino	2,3	7,1	1,4	10,8	1,2	0,5
Grupos etários						
0-4	0,8	3,0	0,3	4,2	0,8	0,0
5-9	2,1	6,1	0,9	9,1	1,3	0,0
10-14	3,4	10,3	2,1	15,8	1,6	0,3
15-17	4,8	14,3	3,8	22,7	2,0	3,3
Quintis da riqueza						
Mais baixo	2,2	6,1	1,0	9,3	1,3	0,6
Segundo	2,2	6,6	1,2	10,1	1,4	0,7
Terceiro	2,2	6,6	1,2	10,0	1,4	0,5
Quarto	2,4	8,2	1,5	12,0	1,3	0,4
Mais alto	2,7	8,1	1,8	12,7	1,2	0,2
Total	2,3	7,1	1,4	10,8	1,3	0,5

Fonte: INE, Censo 2017.

No Censo de 2017, cerca de 1 em cada 200 crianças era chefe de agregados familiares em Moçambique. Mais importante entre as crianças dos 15-17 anos de idade, pouco mais de 3% já eram chefes de agregados familiares. As crianças chefes de agregados familiares são ligeiramente mais frequentes entre as raparigas que entre os rapazes. Embora muitas crianças chefes de agregados familiares sejam órfãs, este grupo de crianças inclui também crianças cujos pais saíram de casa para trabalhar ou para a guerra e órfãos sociais que tinham sido abandonados por os seus pais vivos.

Figura 3-1: Percentagens de grupos de interesse por província, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017. Nota: para além do mapa superior esquerdo que mostra a percentagem da população total dentro de cada província, todos os outros mapas mostram percentagens da população infantil total dentro de cada província.

Em 2017, a prevalência da deficiência entre as crianças foi reportada em 1,3% em Moçambique. No entanto, a prevalência difere por idade, sendo mais provável que as crianças mais velhas tenham uma deficiência (Quadro 3-3).^[9] Quase 2% das crianças adolescentes (15-17 anos) têm alguma deficiência de acordo com o censo, quase o dobro das crianças de 0-4 anos, embora a deficiência entre as crianças menores seja potencialmente subestimada, uma vez que a deficiência pode tornar-se aparente mais tarde na vida. Vale a pena também notar que o censo utiliza a mesma questão para identificar a deficiência ou as limitações em todas as idades, o que pode não ser apropriado para as crianças em geral e especialmente aquelas de menor idade. Os rapazes são apenas ligeiramente mais propensos a ter uma deficiência do que as raparigas. Como demonstrado na Figura 3-1 as crianças em Nampula têm mais probabilidades de ter uma deficiência do que qualquer outra província.

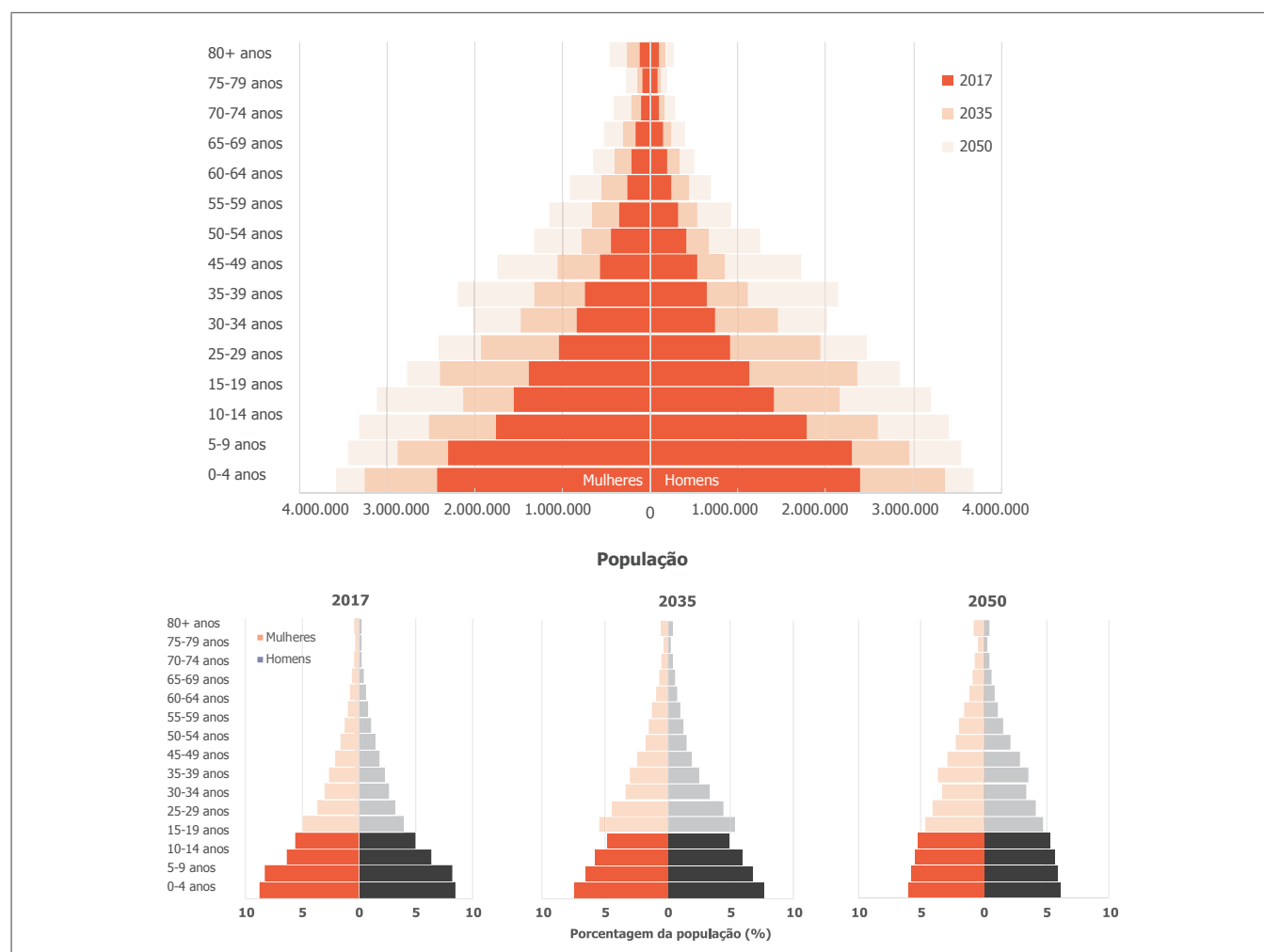
[9] Como discutido em mais detalhe no estudo Temático do Censo sobre Deficiência e no Capítulo 9 deste estudo, o Censo de 2017 subestima provavelmente a magnitude da prevalência da deficiência entre as crianças em Moçambique.

3.3 CRESCIMENTO E PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO INFANTIL

Em 2050, o INE projecta que a população infantil total será ligeiramente inferior a 25 milhões, o que é aproximadamente 1,7 vezes maior do que a população contada em 2017. Devido ao aumento da esperança de vida, redução da mortalidade infantil e taxas de fertilidade reduzidas, as crianças representariam 41% da população total em 2050. De facto, como demonstrado no Gráfico 3-1, através de pirâmides populacionais, espera-se uma mudança significativa na composição da população em Moçambique durante os próximos 30 anos. Espera-se que o país se torne gradualmente um país “jovem”, onde o crescimento populacional abrande e a base das pirâmides populacionais menos ampla em termos relativos, uma vez que as crianças de hoje preenchem os grupos etários mais elevados. Em 2050, espera-se que a idade média seja de 22 anos.

A taxa de fecundidade, o número médio de nascimentos por mulher em idade reprodutiva (15-49 anos), é a chave para compreender o crescimento populacional. Apesar da taxa de fecundidade em Moçambique em 2017 ter permanecido relativamente elevada em 5,2 nascimentos por mulher, as projecções do INE sugerem que a fecundidade cairá para 3,2 até 2050. Enquanto a estimativa do Censo de 2017 mostra uma clara diminuição em relação à estimativa do Censo de 2007 (5,7), os dados dos inquéritos de saúde do agregado familiar entre 1997 e 2018 sugerem que as taxas de fertilidade total em Moçambique flutuaram entre 5 e 6 nascimentos por mulher nos últimos 20 anos. Além disso, as áreas rurais e urbanas apresentam tendências opostas, como se pode observar no Gráfico 3-2. Nas zonas urbanas, as taxas de fertilidade total têm vindo a diminuir e nas zonas rurais a tendência sugere que o número total de crianças que as mulheres dão à luz tem aumentado.

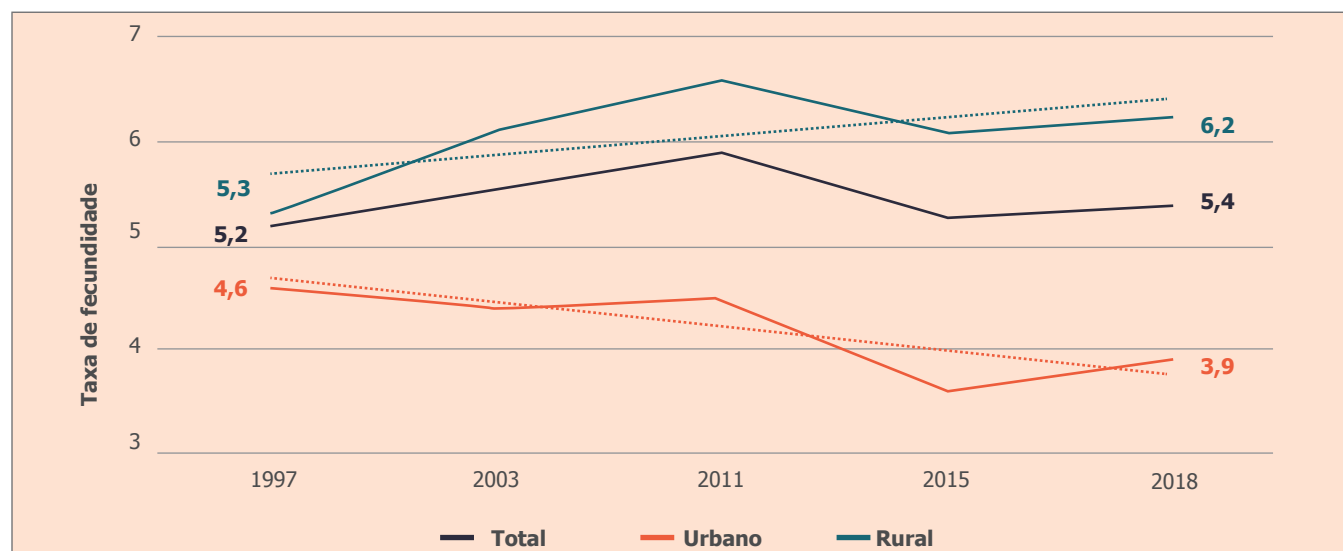
Gráfico 3-1: Pirâmides da população, Moçambique, 2017, 2035 e 2050



Fonte: INE, Projeções da População 2017 – 2050

A sobrevivência infantil é também um indicador importante na compreensão do crescimento populacional e da sua estrutura demográfica. Não só isso, mas também os indicadores de mortalidade infantil são importantes para compreender como um país está a progredir em termos de saúde e nutrição infantil. Em 2017, para cada 1.000 nados-vivos, houve 70,9 mortes de crianças com menos de 1 ano, o que foi significativamente inferior ao número estimado em 2007 (93,6). Nas zonas urbanas, há menos 12,2 mortes de bebés por 1.000 nados-vivos do que nas zonas rurais, onde há 75 mortes por 1.000 nados-vivos. A longo prazo, espera-se que a mortalidade infantil diminua em Moçambique. O INE projecta que até 2050 a taxa de mortalidade infantil projectada seja de 38,6 por 100.000 nados-vivos.

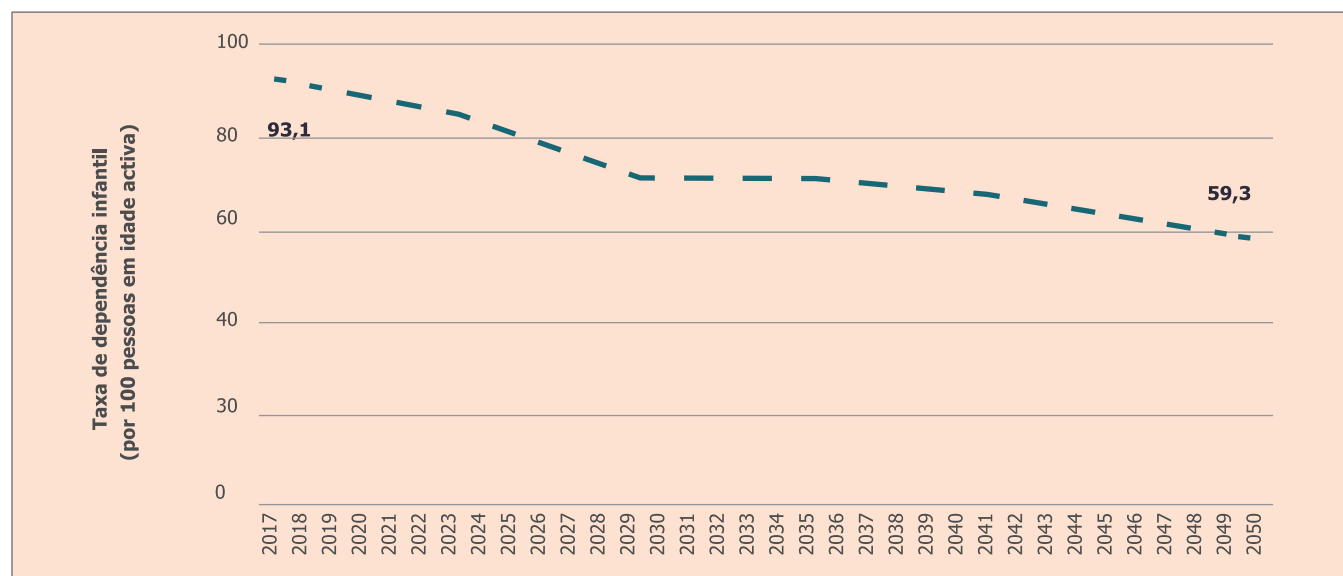
Gráfico 3-2: Taxa de fecundidade, Moçambique, 1997, 2003, 2011, 2015 e 2018



Fonte: DHS STATcompiler (<http://www.statcompiler.com>). Notas: os inquéritos aos agregados familiares considerados incluem: 2018 IIM, 2015 IMASIDA, 2011 IDS, 2003 IDS e 1997 IDS.

O rácio de dependência infantil, que é o rácio da população de crianças com menos de 15 (0-14) anos para a população em idade activa com idades compreendidas entre os 15-64 anos, fornece uma estimativa do número de crianças que as pessoas nos seus anos produtivos teriam de suportar. Quanto mais elevada for a dependência infantil, mais difícil se torna proporcionar a educação e a saúde das crianças. Em 2017, o rácio de dependência infantil por cada 100 pessoas em idade activa era de 93 (Gráfico 3-3). Em 2050, prevê-se que o rácio seja de 59.

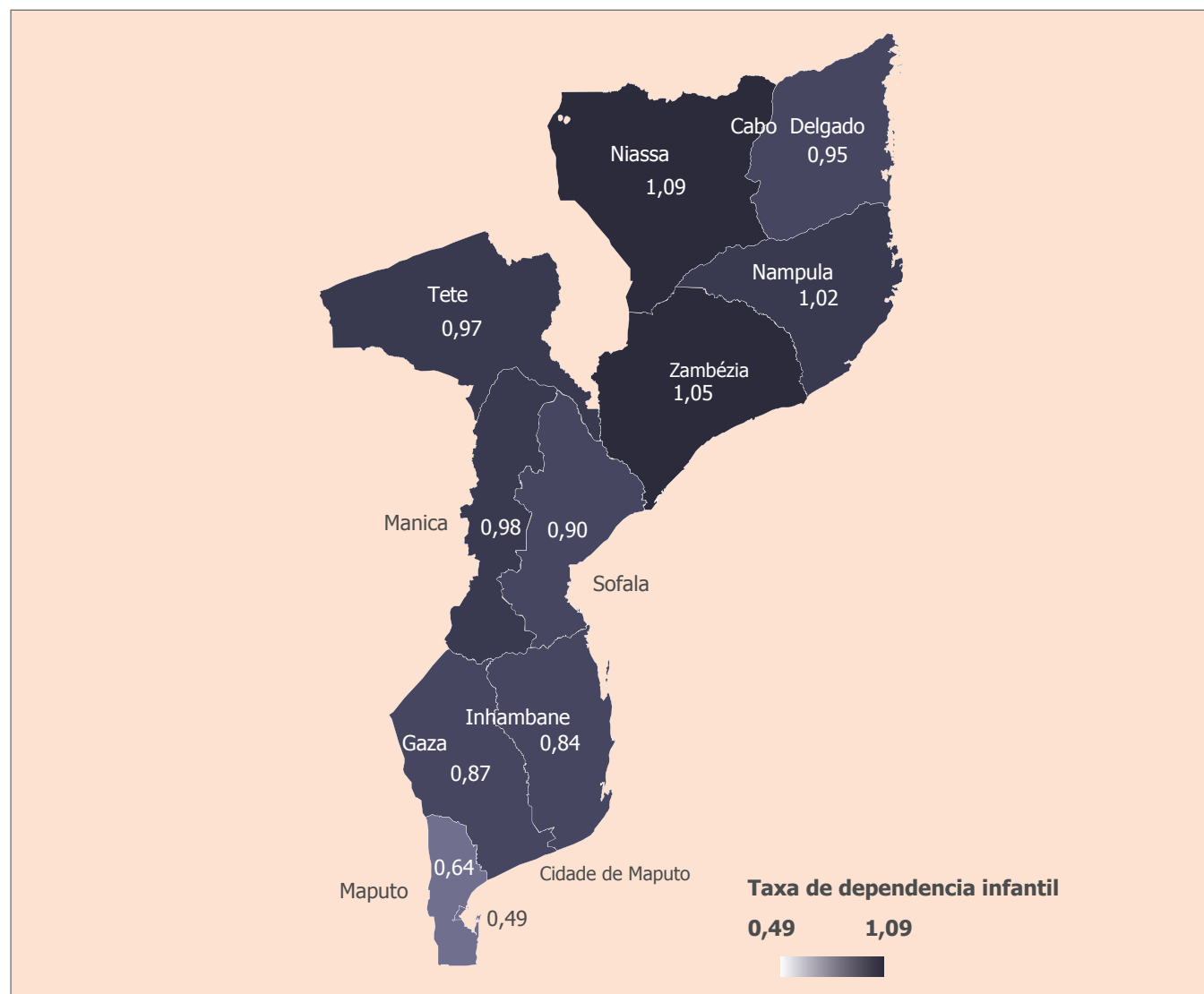
Gráfico 3-3: Rácio de dependência infantil projectada, Moçambique, 2017-2050



Fonte: INE, Projectões da População 2017 - 2050

Dada a projecção de declínio da mortalidade infantil e da fecundidade, investimentos e iniciativas correctas na educação e na criação de emprego, principalmente para jovens fará com que Moçambique colha em breve um dividendo demográfico. Ou seja, se a população em idade activa aumentar a um ritmo mais rápido do que as crianças e as pessoas mais velhas, Moçambique poderá observar um aumento do crescimento económico, desde que sejam feitos os investimentos correctos nas crianças de hoje (futuros adultos). Contudo, devido às diferenças regionais significativas nas estruturas populacionais, os investimentos terão de ser bem coordenados entre províncias. Por exemplo, em 2017, o rácio de dependência infantil na Cidade de Maputo (0,49) e na Província de Maputo (0,64) já era consideravelmente inferior ao da Zambézia (1,05) e do Niassa (1,09), como demonstrado na Figura 3-2.

Figura 3-2: Taxa de dependência infantil, por província, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

4 AGREGADOS FAMILIARES E CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

Quatro em cada cinco agregados familiares em Moçambique têm pelo menos uma criança. Este capítulo analisa as estruturas familiares em que diferentes grupos de crianças pertenciam e o tipo de condições de habitação em que viviam.

4.1 AGREGADOS FAMILIARES COM CRIANÇAS

Em 2017, cerca de 80,3% dos agregados familiares em Moçambique tinham pelo menos um membro abaixo dos 18 anos e uma proporção significativa dos agregados familiares incluía várias crianças. Cerca de três quartos dos agregados familiares com crianças tinham duas ou mais crianças. Em Moçambique, os agregados familiares com quatro ou mais crianças também não são invulgares. Um pouco mais do que um quarto dos agregados familiares tinha quatro ou mais crianças (Quadro 4-1).

A proporção de agregados com crianças varia de acordo com a província e a área de residência. Enquanto no Niassa 85% dos agregados familiares tinha pelo menos uma criança, na cidade de Maputo, 71,9% dos agregados familiares tinha pelo menos uma criança. As crianças estão presentes na

maioria dos agregados familiares em toda a distribuição da riqueza. Contudo, os agregados familiares com o quintil de riqueza mais alto têm 5 a 6 pontos percentuais menos probabilidade de ter crianças do que os agregados familiares do quintil de riqueza mais baixo. Finalmente, os agregados familiares chefiados por homens têm mais probabilidades de ter crianças do que os agregados familiares chefiados por mulheres. Contudo, os agregados familiares chefiados por mulheres têm mais probabilidades de ter até 2 crianças, ou seja, o número médio de crianças em agregados familiares chefiados por mulheres é menor do que em agregados familiares chefiados por homens.

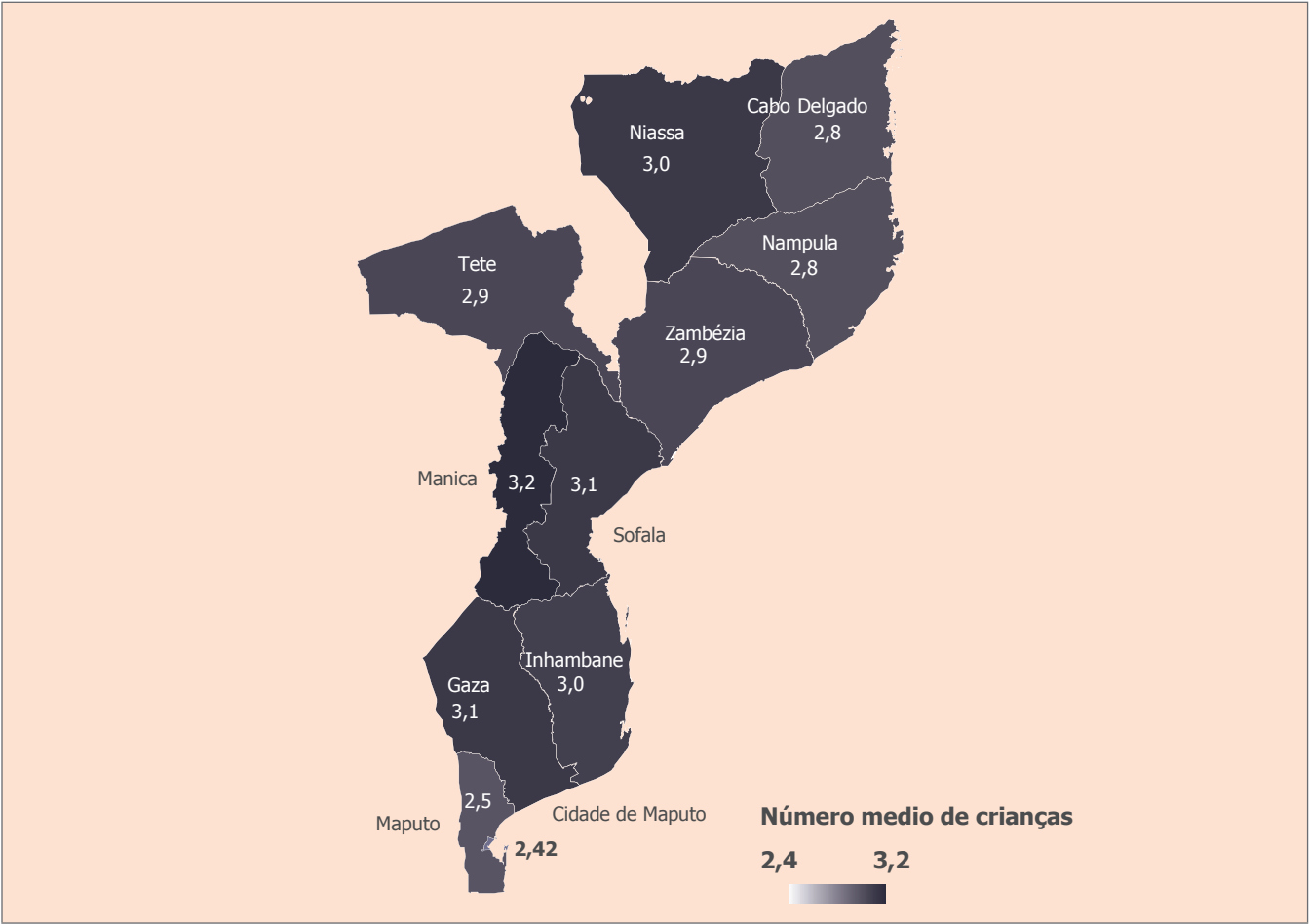
Em média, em todos os agregados familiares, há 2,3 crianças por agregado familiar. Entre os agregados familiares com crianças, o número médio de crianças é de 2,9. Como mostra a Figura 4-1, o número médio de crianças por agregado familiar com crianças é maior em Manica, onde os agregados familiares com crianças incluem em média 3,2 crianças. Os agregados familiares com crianças nas províncias vizinhas de Sofala e Gaza também incluem, em média, mais de 3 crianças. Como esperado, a cidade de Maputo tem a média mais baixa, com uma média de cerca de 2,4 crianças. As províncias do centro de Moçambique têm as médias mais altas, seguidas pelas províncias do Norte.

Quadro 4-1: Distribuição percentual dos agregados familiares por número de crianças e por outras características do agregado, Moçambique, 2017

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS	NÚMERO DE CRIANÇAS						
	0	1	2	3	4	5	6+
Sexo do chefe de agregados familiares							
Homens / Rapazes	18,4	18,2	19,5	16,3	14,2	6,9	6,5
Mulheres / Raparigas	22,2	19,8	20,0	15,9	11,6	6,4	4,1
Idade do chefe de agregados familiares							
10-14		33,8	29,2	16,4	10,3	5,4	4,9
15-19	19,2	39,7	26,9	8,9	3,2	1,3	0,8
20-24	21,4	33,5	27,3	11,6	4,3	1,2	0,6
25-29	15,5	21,3	26,6	19,8	11,3	3,7	1,7
30-34	12,3	13,4	20,3	21,5	18,8	8,5	5,2
35-39	11,4	10,7	16,5	19,3	21,0	11,9	9,2
40-44	12,6	11,7	15,2	17,8	19,3	12,0	11,4
45-49	15,2	13,9	16,2	16,7	17,4	10,0	10,5
50-54	21,2	17,6	17,7	15,5	13,2	7,3	7,6
55-59	25,3	19,3	17,9	14,2	11,2	5,8	6,2
60-64	32,3	20,2	16,9	12,5	9,0	4,4	4,8
65-69	37,6	20,4	15,9	11,0	7,3	3,6	4,3
70-74	43,5	19,6	14,7	9,7	6,1	3,1	3,3
75-79	47,0	20,0	13,3	8,7	5,6	2,6	2,8
80+	50,0	16,8	12,3	9,1	6,1	3,0	2,7
Área de residência							
Urbano	21,2	19,0	20,7	16,9	12,0	5,7	4,5
Rural	19,0	18,6	19,2	15,9	13,9	7,2	6,3
Província							
Niassa	15,0	18,6	19,9	16,6	15,0	8,4	6,6
Cabo Delgado	22,6	18,8	19,2	15,9	12,9	6,1	4,5
Nampula	18,2	20,1	20,5	16,5	13,7	6,1	4,9
Zambézia	18,0	19,0	19,2	15,5	14,3	7,5	6,5
Tete	16,3	19,5	20,4	16,9	14,6	7,4	5,0
Manica	16,1	15,9	18,4	16,7	15,2	9,0	8,7
Sofala	19,2	16,9	18,3	15,8	13,1	8,0	8,7
Inhambane	26,2	16,1	18,0	16,1	11,9	6,2	5,6
Gaza	22,6	15,2	17,8	16,7	13,0	7,4	7,4
Maputo	25,6	19,8	22,2	16,6	9,4	3,8	2,5
Cidade de Maputo	28,1	22,5	21,4	14,5	7,5	3,5	2,6
Quintil de riqueza							
Mais baixo	15,0	18,6	19,7	16,6	15,1	8,1	7,0
Segundo	22,2	20,2	19,7	14,5	12,3	6,2	4,9
Terceiro	19,9	18,9	19,4	15,8	13,5	6,8	5,7
Quarto	19,3	17,1	18,8	16,9	14,0	7,4	6,6
Mais alto	20,9	19,0	21,2	17,4	11,7	5,5	4,5
Total	19,7	18,7	19,7	16,2	13,3	6,7	5,7

Fonte: INE, Censo 2017.

Figura 4-1: Número médio de crianças em agregados familiares com crianças, por província, Moçambique, 2017



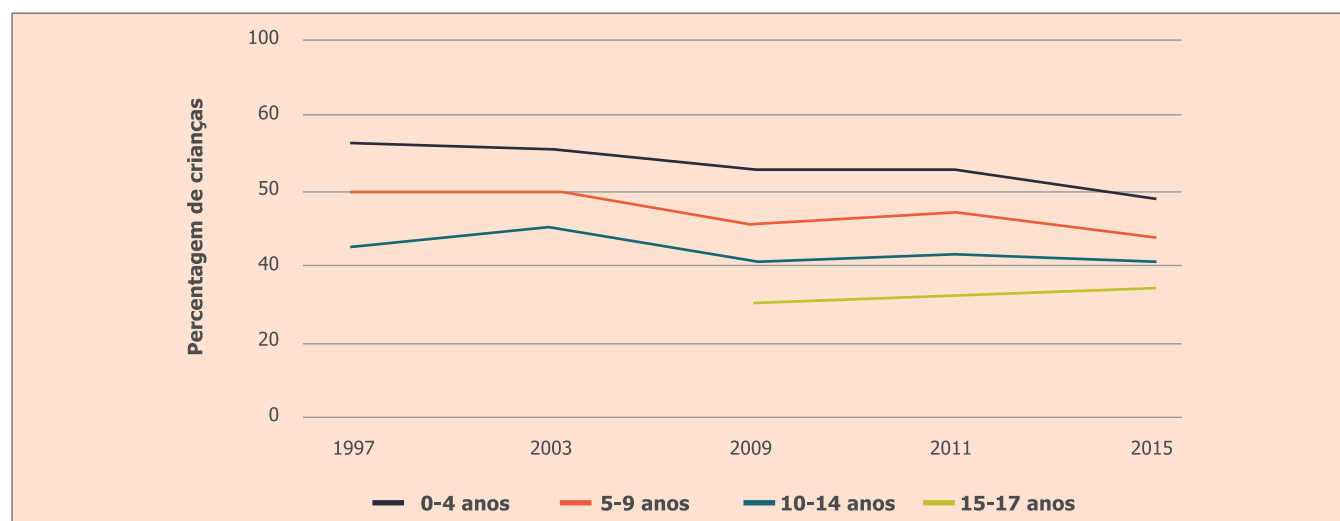
Fonte: INE, Censo 2017.



4.2 COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

É importante para Moçambique que as crianças cresçam com os seus pais em agregados familiares bem estruturados. As crianças que vivem com os seus agregados familiares nucleares têm mais probabilidades de ter melhores resultados em termos de saúde e de bem-estar. Estimativas de vários inquéritos domiciliares recentes sugerem que o número de crianças a viver com ambos os pais está a diminuir, particularmente entre os grupos etários jovens. Como sugerido pelo Gráfico 4-1. Em 1997, cerca de 73% das crianças entre os 0 e os 4 anos viviam com ambos os pais, em 2015 pouco mais de 57% viviam com ambos os pais.

Gráfico 4-1: Crianças que vivem com ambos os pais, por ano de inquérito, Moçambique, 2017



Fonte: DHS STATcompiler (<http://www.statcompiler.com>). Notas: os inquéritos aos agregados familiares considerados incluem: 2015 AIS, 2011 IDS, 2003 IDS e 1997 IDS. Não há dados disponíveis para crianças com idades entre os 15 e os 17 anos em 1997 e 2003.

Utilizando os dados do Censo, embora seja possível definir se uma criança é órfã ou não, não é possível inferir com precisão se uma criança membro do agregado familiar vive com ambos os pais no mesmo agregado familiar ou não. Só se pode saber se pelo menos um dos pais é o chefe ou cônjuge do chefe do agregado familiar, uma vez que os membros foram descritos em termos da sua relação com o chefe do agregado familiar. Portanto, os dados seguintes referem-se à distribuição das crianças de acordo com a sua relação com o chefe do agregado familiar.

Em Moçambique, as crianças são na maioria das vezes os filhos e filhas do chefe de agregados familiares, mas uma parte pequena são netos ou têm outra relação familiar (Quadro 4-2). Cerca de 80% das crianças moçambicanas são filhos ou filhas (incluindo adoptivos ou enteadas/ enteados) dos chefes dos agregados familiares. Uma em cada dez crianças são netos do chefe do agregado familiar. E, perto de 8% têm outra relação familiar com o chefe do agregado familiar. As crianças que não têm relação com os chefes do agregado formam um número muito pequeno de crianças contadas no Censo.

A distribuição das crianças pela sua relação com o chefe do agregado familiar varia entre províncias. Por exemplo,

enquanto na cidade de Maputo, cerca de 3 em cada 10 crianças vivem em agregados familiares chefiados pelos seus avós, em Tete são apenas cerca de 1 em cada 20 crianças que são netos do chefe de agregados familiares. Do mesmo modo, nas zonas urbanas em geral, é menos provável que as crianças vivam com os seus pais do que nas zonas rurais. Uma razão poderia ser devido às possibilidades relativamente limitadas de habitação nas zonas urbanas, que levaria os pais residentes em áreas urbanas a deixar os seus filhos com os seus familiares, muitas vezes idosos, nas zonas rurais.

As crianças mais velhas são mais susceptíveis do que as mais novas de não viverem em agregados familiares chefiados por os seus pais ou avós. Mais de 15% das crianças entre os 15 e os 17 anos têm uma relação familiar com o chefe de agregados familiares que não é de um filho ou de um neto. As raparigas são mais propensas do que os rapazes a ser chefe ou cônjuge do chefe de agregados familiares em agregados familiares moçambicanos. Cerca de 3% das raparigas são chefes de agregados familiares ou cônjuge do chefe de agregados familiares, em comparação com cerca de 0,5% dos rapazes.

Quadro 4-2: Distribuição das crianças por relação chefe do agregado por sexo, área de residência e grupos etários, Moçambique, 2017

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS	RELAÇÃO DE PARENTESCO COM O CHEFE DO AGREGADO FAMILIAR				
	CHEFE OU CÔNJUGE DO CHEFE	FILHO OU FILHA	NETO OU NETA	OUTRO MEMBRO FAMILIAR	CHEFE OU CÔNJUGE DO CHEFE
Sexo					
Masculino	0,5	80,9	10,7	7,1	0,9
Feminino	2,9	77,5	10,7	8,1	0,8
Grupo etário					
0-4	0,0	84,3	11,0	4,1	0,6
5-9	0,0	81,8	11,4	6,1	0,7
10-14	1,1	76,8	10,6	10,5	1,1
15-17	12,2	63,3	7,9	15,1	1,6
Área de residência					
Urbano	1,2	73,3	13,9	10,7	1,0
Rural	2,0	81,6	9,3	6,3	0,8
Província					
Niassa	2,5	82,1	7,8	7,0	0,7
Cabo Delgado	2,4	76,6	11,5	8,8	0,8
Nampula	2,5	77,5	8,9	10,0	1,0
Zambézia	2,0	83,8	6,2	7,1	0,9
Tete	1,4	89,3	5,2	3,5	0,7
Manica	1,4	82,6	9,1	6,1	0,7
Sofala	1,2	82,1	9,5	6,3	0,9
Inhambane	0,7	68,8	21,3	8,5	0,7
Gaza	0,8	66,7	23,5	8,4	0,6
Maputo	0,6	73,2	17,3	8,2	0,8
Cidade de Maputo	0,5	59,5	28,9	10,3	0,7
Quintil de riqueza					
Mais baixo	2,3	84,7	6,9	5,5	0,6
Segundo	2,7	82,4	8,1	6,1	0,7
Terceiro	1,9	81,4	9,2	6,8	0,7
Quarto	1,2	76,4	13,2	8,5	0,8
Mais alto	0,6	70,1	16,5	11,6	1,3
Total	1,8	79,1	10,7	7,6	0,8

Fonte: INE, Censo 2017.

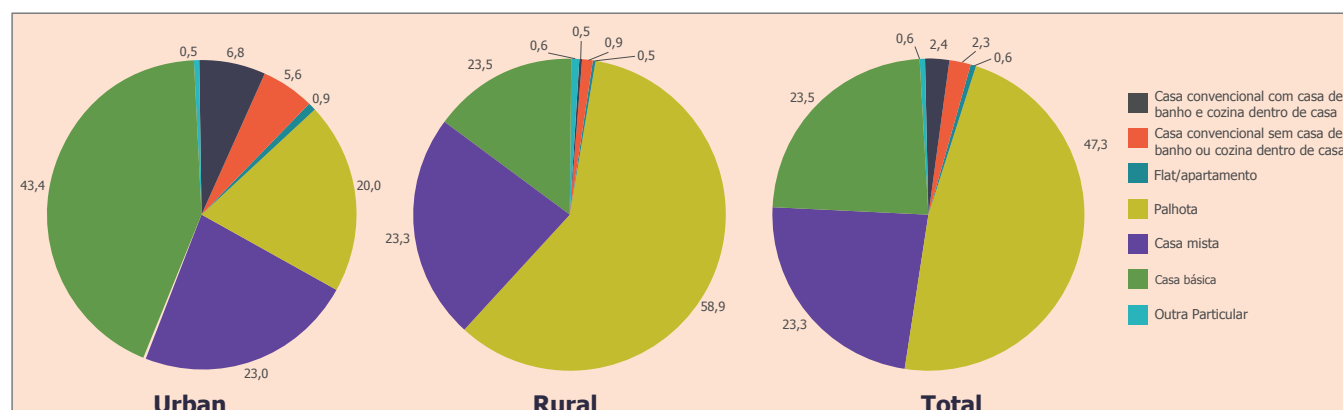
4.3 CONDIÇÕES DE HABITAÇÃO

A capacidade de uma criança para sobreviver e prosperar está intimamente ligada às suas condições de vida. As crianças que vivem em más condições de habitação são mais propensas a desenvolver problemas de saúde física e mental. Por conseguinte, é importante para o desenvolvimento de uma criança que esta tenha acesso a habitação de boa qualidade. No questionário do Censo, há perguntas sobre a propriedade do agregado familiar e infraestruturas gerais de habitação. A análise abaixo explora estas questões para compreender o tipo e as condições das habitações em que as crianças viviam em Moçambique em 2017.

As crianças em Moçambique estão a viver em habitações com infraestruturas inadequadas. Cerca de metade das crianças vivem em *palhotas*, casas tipicamente construídas com material local precário (caniço, paus e barro) e com telhados feitos de capim (Gráfico 4-2:). No entanto, a distribuição das crianças pelo seu tipo de habitação é muito diferente entre as zonas urbanas e rurais. A percentagem de crianças que vivem em *palhotas* é maior nas zonas rurais, onde 59% vivem em habitações deste tipo.

Na zona urbana, a maior percentagem de crianças vive em habitações muito básicas, que não são *palhotas*. Uma em cada cinco crianças urbanas vive em *palhotas*. Apenas cerca de 2,3% das crianças a nível nacional vivem em casas convencionais com cozinha e casas de banho dentro de casa. Nas zonas rurais, apenas 0,5 das crianças vivem em casas com cozinha e casas de banho dentro de casa.

Gráfico 4-2: Principal tipo de habitação em que as crianças vivem por área de residência, Moçambique, 2017

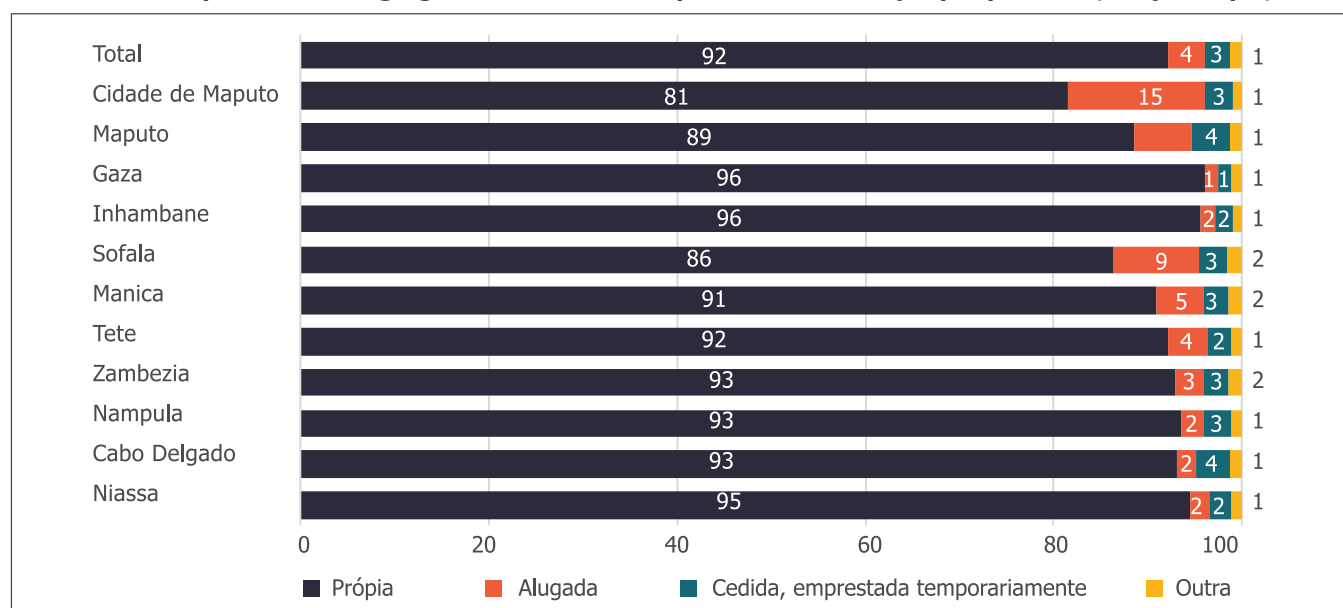


Fonte: INE, Censo 2017.

Embora as condições de habitação sejam na sua maioria pobres em Moçambique, a grande maioria das crianças vive em habitações que são propriedade do agregado familiar. Cerca de 92,1% das crianças vivem em habitações de propriedade do agregado familiar, em comparação com cerca de 3,9% que vivem em casas alugadas (Gráfico 4-3). As habitações arrendadas são mais comuns entre os agregados urbanos, especialmente na cidade de Maputo, onde cerca de 15% vivem em casas alugadas. No Niassa, Gaza e Inhambane, menos de 2% das crianças vivem em casas alugadas e mais de 94% vivem em habitações que são propriedade do agregado familiar.

Embora em Moçambique as habitações arrendadas sejam mais comuns nas áreas urbanas, isto não significa necessariamente que as condições de vida sejam melhores nas áreas urbanas, uma vez que as casas alugadas também podem ser e muitas vezes são com infraestruturas inadequadas. A habitação a preços acessíveis é também crítica para os agregados familiares. Dados os meios limitados, os agregados familiares podem ter de dar prioridade ao pagamento de renda e serviços públicos, desviando recursos da saúde ou educação das crianças.

Gráfico 4-3: Propriedade dos agregados familiares em que vivem as crianças por província, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

A maioria das crianças vive em agregados com condições de habitação precárias em termos de qualidade de paredes, telhado, acesso a água, saneamento e higiene (ASH) adequado e acesso a serviços de eliminação de lixo. Pouco menos de metade das crianças em Moçambique vive em agregados com acesso adequado a água potável. Menos de 20% tinham acesso a instalações sanitárias adequadas. As crianças que vivem em agregados familiares com telhado melhorado são menos de 49%. O acesso à eliminação do lixo é uma realidade para apenas 7% das crianças.

Existem grandes disparidades regionais na acessibilidade das crianças a melhores condições de habitação. O acesso à serviços básicos como água, saneamento e higiene é maior nas zonas urbanas e províncias do Sul do que nas zonas rurais e províncias do Norte. O mesmo se aplica à melhoria dos serviços de eliminação do lixo. Enquanto na cidade de Maputo mais de 92% das crianças vivem em agregados familiares com acesso à água potável gerida com segurança, isto é verdade apenas para cerca de 35% das crianças na Zambézia. A probabilidade de crianças em zonas urbanas terem acesso a instalações sanitárias melhoradas no seu agregado familiar é 4,5 vezes maior do que nas zonas rurais, onde menos de 10% das crianças têm acesso a instalações sanitárias adequadas.

Quadro 4-3: Condições de alojamento das crianças, por características seleccionadas, Moçambique, 2017

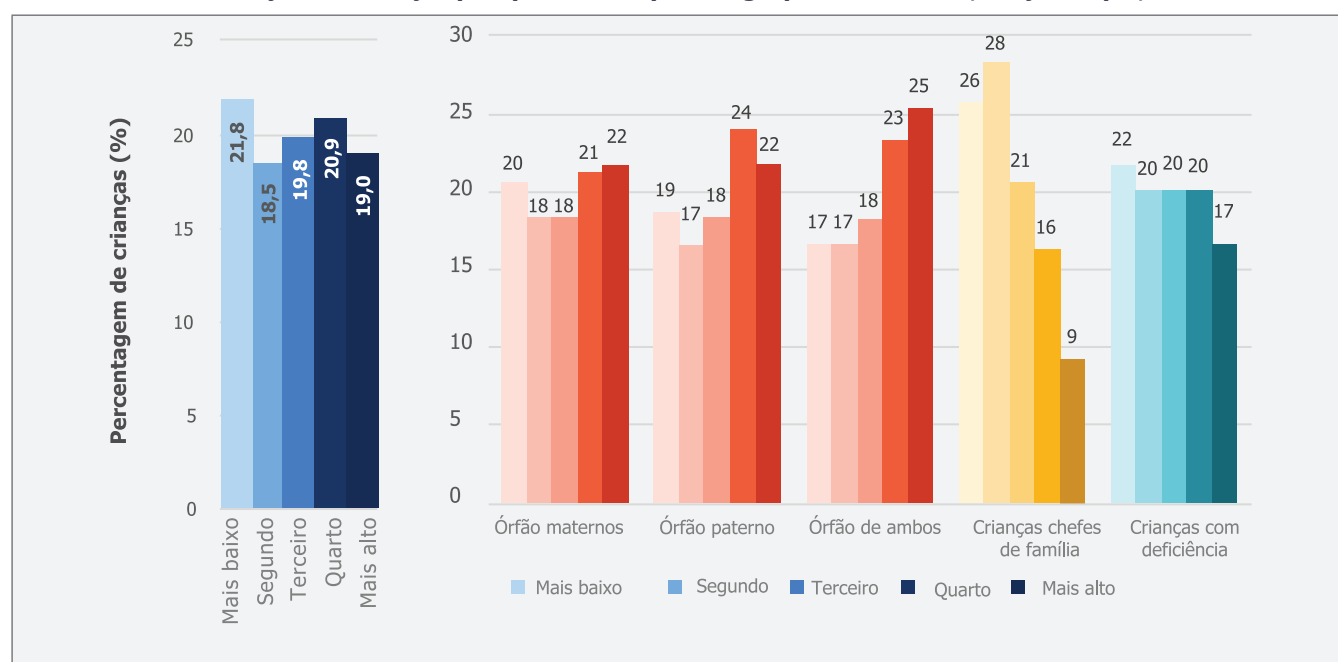
CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS	CRIANÇAS QUE VIVEM EM CASAS COM PAREDES MELHORADAS	CRIANÇAS QUE VIVEM EM CASAS COM TELhado MELHORADO	CRIANÇAS QUE VIVEM EM CASAS COM ACESSO A ÁGUA POTÁVEL GERIDA COM SEGURANÇA	CRIANÇAS QUE VIVEM EM CASAS COM INSTALAÇÕES SANITÁRIAS MELHORADAS	CRIANÇAS QUE VIVEM EM CASAS COM MELHOR ELIMINAÇÃO DO LIXO
Sexo					
Masculino	64,3	48,5	49,3	19,7	7,0
Feminino	64,2	48,7	49,8	20,0	7,1
Grupos etários					
0-4	63,1	43,8	46,6	17,0	5,7
5-9	63,6	47,4	48,7	18,9	6,3
10-14	65,5	53,1	52,2	22,5	8,2
15-17	66,3	55,2	54,2	24,6	
Área de residência					
Urbano	81,1	77,6	65,8	43,4	23,1
Rural	57,1	36,3	42,6	9,7	0,2
Província					
Niassa	83,5	33,4	44,1	10,5	4,0
Cabo Delgado	26,3	41,0	48,5	10,9	3,4
Nampula	66,6	31,8	37,2	12,4	4,6
Zambézia	74,1	35,9	35,0	10,0	1,5
Tete	70,1	45,4	52,5	20,6	4,5
Manica	65,4	53,8	51,4	24,8	4,0
Sofala	40,8	51,3	57,1	25,6	8,3
Inhambane	43,4	70,0	56,9	22,5	1,7
Gaza	47,5	84,5	73,5	36,1	3,0
Maputo	90,3	98,0	83,55	51,9	20,5
Cidade de Maputo	98,5	99,6	92,3	56,9	81,0
Total	64,2	48,6	49,7	19,9	7,1

Fonte: INE, Censo 2017.

Para além da infraestrutura geral e do estado da habitação do agregado familiar, o Censo também fez perguntas sobre a propriedade de diferentes tipos de bens a nível do agregado familiar. As perguntas feitas foram especificamente sobre doze tipos de bens duradouros, tais como televisão, frigorífico, carro, motocicleta, bicicleta e outros bens.^[10] Para se ter uma noção de como um agregado familiar é rico com base na sua propriedade de bens, condições de habitação e infraestruturas, foi criado um índice de riqueza utilizando a análise dos componentes principais.^[11] O índice criado pontua os agregados familiares com base na sua propriedade de bens e outras variáveis que também podem ser utilizadas para medir a riqueza e embora o número do índice por si só não seja particularmente útil, é utilizado para classificar as agregados familiares e dividi-las em quintis de riqueza (cinco partes iguais).

De todos os agregados familiares dentro do espectro da riqueza, é mais provável que as crianças vivam no quintil mais baixo ou na extremidade inferior da distribuição. Como sugerido por o Gráfico 4-4, cerca de 22% das crianças vivem nos 20% de agregados mais pobres. Isto significa que os agregados familiares do quintil mais baixo têm mais crianças do que os agregados de outros quintis. Ao olhar para os diferentes grupos vulneráveis de crianças, não há um padrão geral claro. Enquanto as crianças órfãs serão mais propensas a viver em agregados nos dois quintis mais ricos, as crianças que vivem em agregados familiares chefiados por crianças e as crianças com deficiência estão associadas a agregados familiares no espectro mais baixo da distribuição da riqueza.

Gráfico 4-4: Distribuição de crianças por quintil de riqueza e grupos vulneráveis, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

4.4 ACESSO ÀS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O acesso e a importância do acesso à tecnologia podem ter mudado significativamente ao longo dos últimos anos, mas as crianças em Moçambique em 2017 tinham um acesso muito limitado à computadores e Internet. Desde 2020, quando a pandemia da COVID-19 forçou muitas escolas a introduzir o ensino à distância, as crianças tiveram de se habituar a diferentes plataformas digitais para aceder a professores e material escolar durante períodos de grandes restrições de mobilidade social.

[10] A lista completa incluía também rádio, telefone, computador, internet, ferro, fogão a gás e fogão a lenha.

[11] O índice de riqueza também inclui se o agregado familiar é proprietário da habitação, se tem uma conta bancária, número de quartos de dormir por membro e tipo de electricidade. No total, foram consideradas 21 variáveis e seguiu-se o mais próximo possível a metodologia aplicada nos relatórios do DHS.

De facto, como os dados recentes do IOF sugerem, a que maioria dos agregados familiares em Moçambique já possuíam um telefone (mais de 60%).

Em 2017, menos de 10% das crianças com menos de 13 anos de idade possuíam um telemóvel, mas aos 17 anos cerca de 35% dos rapazes e 27% das raparigas possuíam um telemóvel. Além disso, como demonstrado no Quadro 4-4 menos de 5% das crianças viviam em agregados familiares com acesso a um computador e menos de 2% tinham acesso à Internet. A maioria das crianças com acesso a computador e Internet estão localizadas em áreas urbanas, especialmente na cidade de Maputo, onde cerca de 30% das crianças tinham acesso a um computador e 10% tinham acesso à Internet. Não houve diferenças significativas entre raparigas e rapazes.

Quadro 4-4: Percentagem de crianças que vivem em agregados familiares com acesso às tecnologias de informação e comunicação, segundo características seleccionadas, Moçambique, 2017

CARACTERÍSTICAS SELECIONADAS	CRIANÇAS QUE VIVEM EM CASAS COM ACESSO À RÁDIO	CRIANÇAS QUE VIVEM EM CASAS COM ACESSO À TV	CRIANÇAS QUE VIVEM EM CASAS COM ACESSO AO COMPUTADOR	CRIANÇAS QUE VIVEM EM CASAS COM ACESSO À INTERNET
Sexo				
Masculino	38,4	22,9	4,7	1,8
Feminino	38,3	23,1		1,9
Grupos etários				
0-4	36,3	19,2	3,9	1,5
5-9	38,5	21,9	4,3	1,7
10-14	40,3	26,4	5,5	2,2
15-17	39,5	29,9	6,9	2,6
Área de residência				
Urbano	41,8	54,8	12,9	4,9
Rural	36,9	9,5	1,3	0,5
Província				
Niassa	39,3	13,7	2,5	1,0
Cabo Delgado	34,9	13,7	2,6	0,9
Nampula	31,7	16,5	2,3	1,1
Zambézia	34,5	9,1	1,9	0,9
Tete	38,5	14,5	2,6	1,4
Manica	43,1	24,4	3,9	1,6
Sofala	38,3	25,8	4,8	2,1
Inhambane	47,3	33,3	6,0	1,5
Gaza	45,9	43,0	6,8	2,0
Maputo	50,0	66,8	17,5	6,2
Cidade de Maputo	54,3	85,3	29,9	10,08
Total	38,3	23,0	4,7	1,8

Fonte: INE, Censo 2017.

5 REGISTO DE NASCIMENTO E ÓBITO

Apesar dos progressos realizados na última década, uma grande proporção de crianças em Moçambique carece de identidade jurídica. Em 2017, cerca de metade das crianças com menos de cinco anos não estavam legalmente registadas (UNFPA, 2021; UNICEF, 2022). Esta questão era especialmente preocupante nas províncias do Norte (UNFPA, 2021). O Censo de 2017 revela que a principal razão para não efectuar o registo de nascimento dos recém-nascidos foi a falta de conhecimento. A principal barreira para os agregados familiares rurais era a distância a um posto de registo civil, enquanto a falta de tempo foi citada como a principal barreira para os agregados familiares em áreas urbanas (UNFPA, 2021). Para este efeito, desde o censo, o governo começou a introduzir um sistema electrónico de registo e estatísticas como um esforço para impulsionar o registo de nascimento. No entanto, a implantação desigual do sistema fez com que subsistissem lacunas de desigualdade entre o registo urbano e rural e entre os quintis de riqueza (UNICEF, 2022). Do mesmo modo, o registo de mortes de crianças é vital para os governos conceberem políticas relevantes e combaterem doenças (Mathers et al., 2005). A medida em que Moçambique tem feito progressos nesta frente tem sido menos explorada na literatura.

O Censo de 2017 perguntou em relação a cada criança com menos de 18 anos, se o seu nascimento foi registado e para cada membro do agregado familiar falecido nos últimos 12 meses, se a sua morte foi registada. Assim, os dados informam sobre a prevalência do registo de nascimento entre aqueles que eram menores em 2017, mas não permitem estimar a percentagem de moçambicanos que foram

registados em 2017, nem investigar se os pais não registados seriam mais propensos a não registar os seus filhos. Para os registos de óbitos, o âmbito é reduzido aos que morreram nos 12 meses anteriores ao recenseamento e, para efeitos deste estudo, aos membros do agregado familiar que tinham menos de 18 anos quando faleceram.

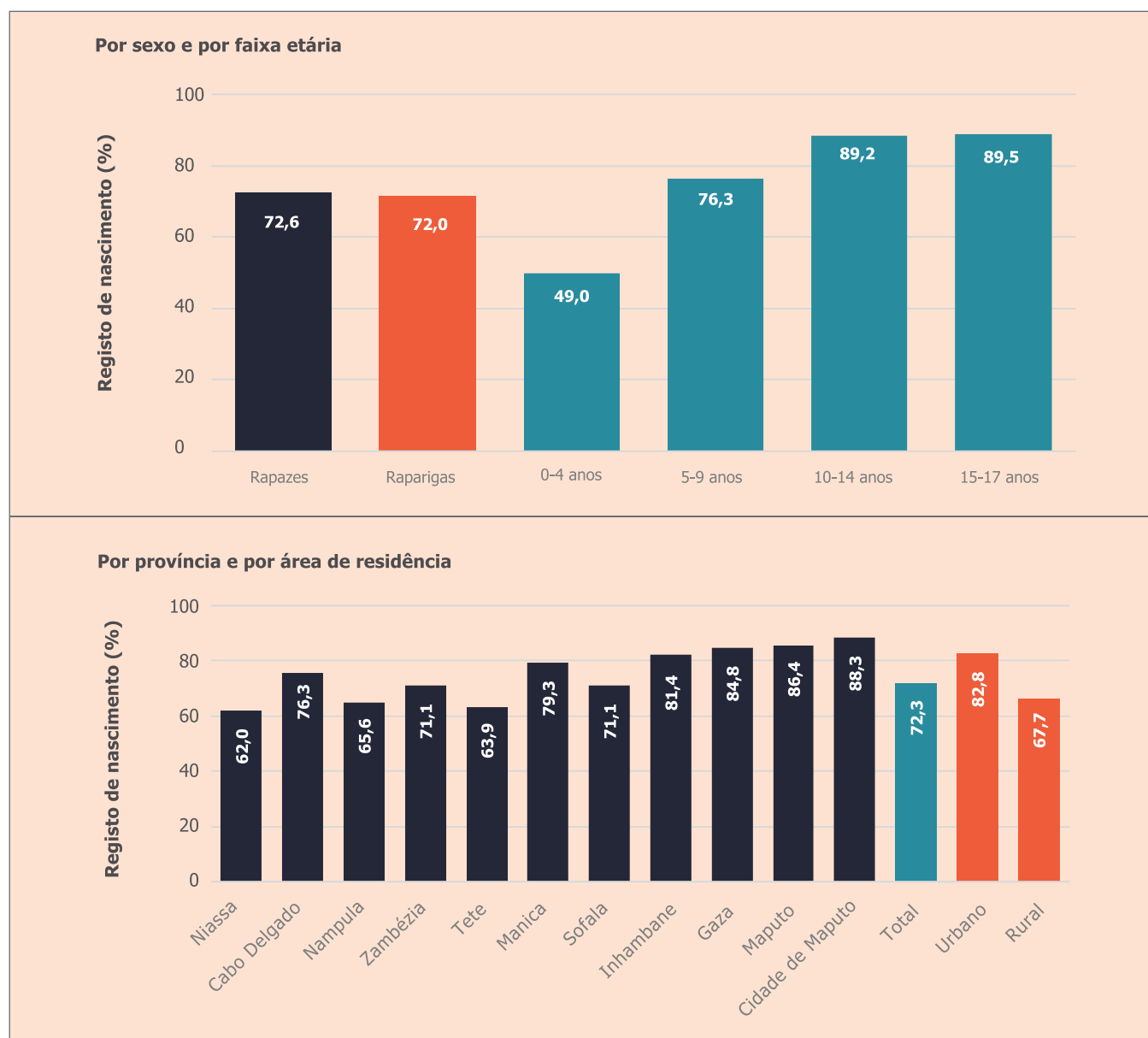
5.1 REGISTO DE NASCIMENTO DE CRIANÇAS

Entre as crianças moçambicanas com menos de 18 anos, cerca de 72% tiveram o seu nascimento registado. Como se pode ver no Gráfico 5-1, os rapazes são ligeiramente mais susceptíveis de serem registados do que as raparigas e é provável que os nascimentos sejam registados muito depois dos primeiros 120 dias de vida da criança, uma vez que a completude do registo de nascimento aumenta com a idade. Menos de 50% das crianças com menos de 5 anos de idade são registadas.^[12]

As crianças nascidas em áreas urbanas têm mais probabilidades de serem registadas (83%) do que as crianças nascidas em áreas rurais (68%). Esta diferença também se reflecte a nível provincial: os percentuais de registo são superiores a 80% na região sul do país: na Cidade de Maputo (88%), Província de Maputo (86%), Gaza (85%) e Inhambane (81%) e inferiores a 70% em quatro províncias do centro e norte no Niassa (62%), Tete (64%) e Nampula (66%).

[12] Em Moçambique, os nascimentos têm de ser registados nos primeiros 120 dias de vida de uma criança, quando não há taxas (UNICEF, n.d.).

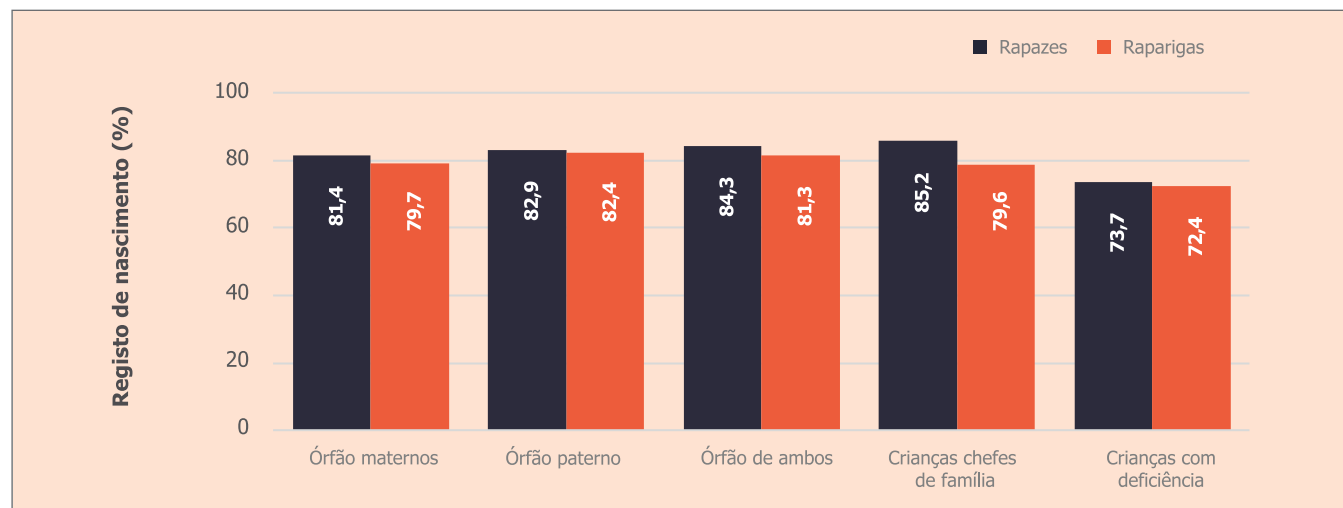
Gráfico 5-1: Registo de nascimento por diferentes características da criança, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

O percentagem de crianças com o registo de nascimento é mais elevada entre os grupos vulneráveis de crianças (Gráfico 5-2): crianças órfãs (80-83%), chefes de agregados familiares (82%), e em menor grau crianças com deficiência (73%). Isto deve-se potencialmente ao facto de grupos vulneráveis de crianças, em particular chefes de agregados familiares, tenderem a ser compostos predominantemente por crianças mais velhas. Entre as crianças que são chefes de agregados familiares, é registada a maior diferença na percentagem de registo entre rapazes e raparigas: 85% dos rapazes chefes de agregados familiares são registados, em comparação com 80% das raparigas.

Gráfico 5-2: Registo de nascimento por tipo de vulnerabilidade e sexo, Moçambique, 2017

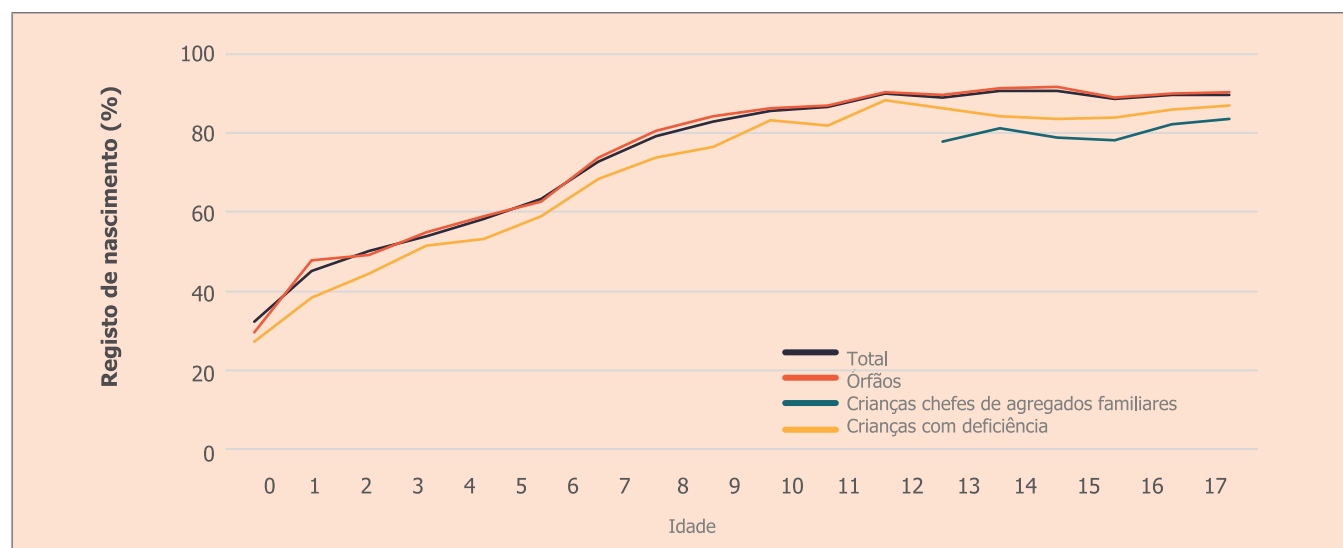


Fonte: INE, Censo 2017.

O teste das diferenças na percentagem de registo de nascimento para a sua significância estatística confirma que a incidência de registo é significativamente mais elevada entre as crianças que perderam um ou ambos os pais ou são chefes de agregados familiares, enquanto não são detectadas diferenças significativas para as crianças com deficiência. No entanto, a composição etária dos grupos vulneráveis nos leva a ter estas diferenças, que tendem a inverter ou desaparecer quando analisados dentro do mesmo grupo etário. Como

mostrado no Gráfico 5-3, crianças com deficiência ou chefes de agregados familiares possuem taxas menores do que crianças em geral da mesma idade. Órfãos, no entanto, tendem a ter taxas bem semelhantes ou um pouco acima do que crianças em geral da mesma idade. O Gráfico 5-3 também demonstra que em 2017 crianças em idade escolar possuíam muito mais chances de estarem registadas do que crianças mais novas.

Gráfico 5-3: Registo de nascimento por tipo de vulnerabilidade e idade, Moçambique, 2017

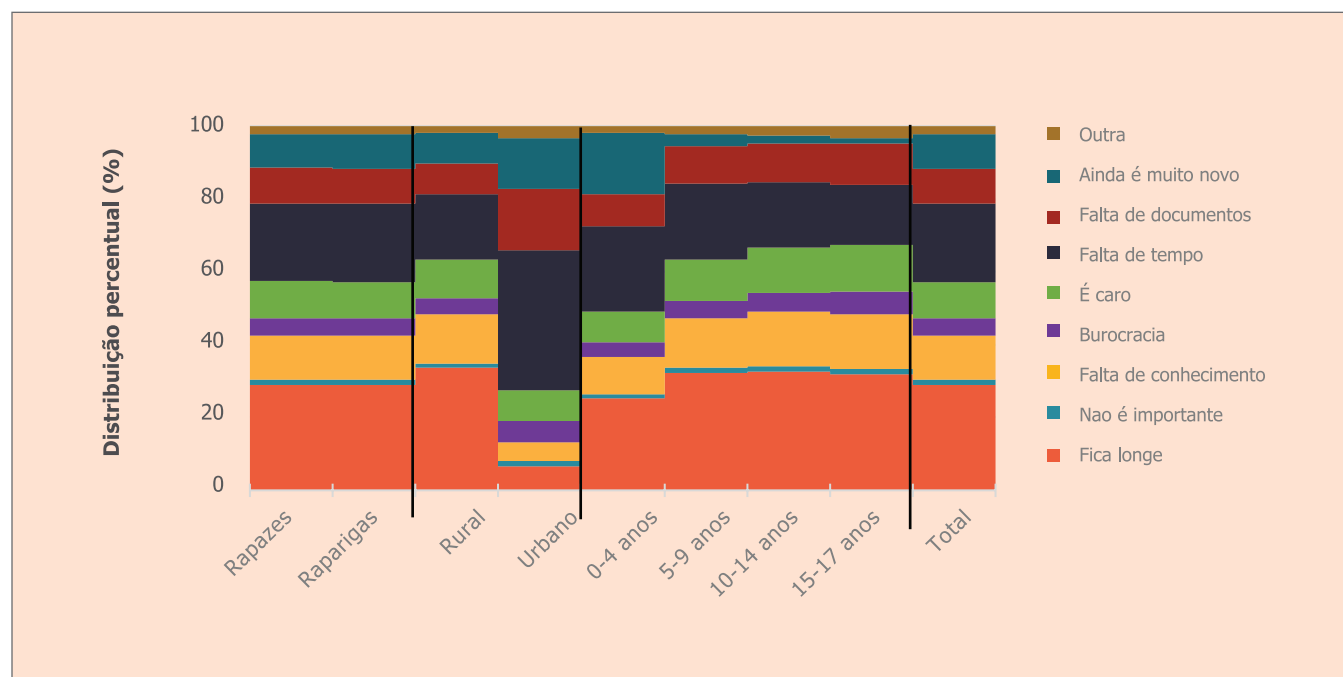


Fonte: INE, Censo 2017.

Os principais motivos declarados pelos quais as crianças ainda não tinham sido registadas não varia significativamente entre rapazes e raparigas, ou até mesmo entre diferentes grupos etários (Gráfico 5-4). A exceção sendo os motivos apresentados para crianças com menos do que 5 anos, onde

o motivo 'ainda é muito novo' é desproporcionalmente maior do que os outros grupos etários. Os motivos também variam bastante de acordo com a área de residência da criança. Enquanto em áreas urbanas o principal motivo é 'falta de tempo', em áreas rurais o principal motivo é 'fica longe'.

Gráfico 5-4: Distribuição percentual dos principais motivos por não registar crianças por diferentes características, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

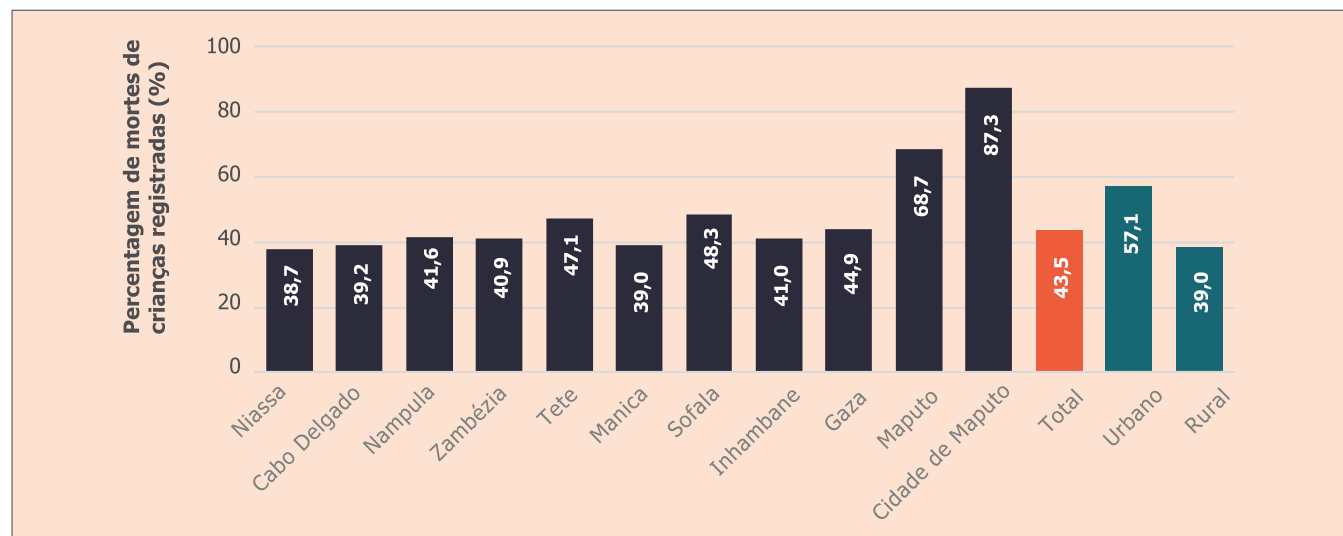
5.2 REGISTO DE CRIANÇAS EM CASO DE MORTE

Entre os agregados familiares que sofreram a perda de um membro com menos de 18 anos nos últimos 12 meses, a percentagem que registou a mortalidade da criança foi de cerca de 43,5% (Gráfico 5-5). Isto não exclui que registem a morte mais tarde, embora ainda possa haver muito poucos incentivos (ou demasiados desincentivos) para o fazer. De facto, produzir uma certidão de óbito pode ser caro e normalmente só é necessário para fins de herança ou para solicitar fundos da segurança social e provavelmente nem se aplica à morte de uma criança.^[13] A acessibilidade dos serviços perto de casa pode também estar na origem do baixo registo onde agregados familiares mais afastados dos serviços de registo civil podem se localizar em cerca de cinco quilómetros de distância e outras ainda mais distantes, até mesmo 50 quilómetros (CRCEV, 2019).^[14] À semelhança dos registos de nascimento, as percentagens de registo de óbitos de crianças são mais elevadas nas zonas urbanas (57%) em comparação com as zonas rurais (39%). Os percentuais de registo de óbitos de crianças são mais elevadas na Cidade de Maputo (87%), seguida pela Província de Maputo (69%), enquanto as outras províncias registaram percentuais de registo entre 39 e 48%.

[13] Em Moçambique, são aplicáveis taxas de registo de óbitos, que variam se houver vontade ou bens envolvidos na morte da pessoa (UNICEF, n.d). As taxas podem ser dispensadas se o falecido for considerado incapacitado ou pobre.

[14] Disponível em: https://systemesec.ca/sites/default/files/assets/images/CRVS_Mozambique_p_WEB_b.pdf [acessado em 19 de setembro de 2022, 10:15am]

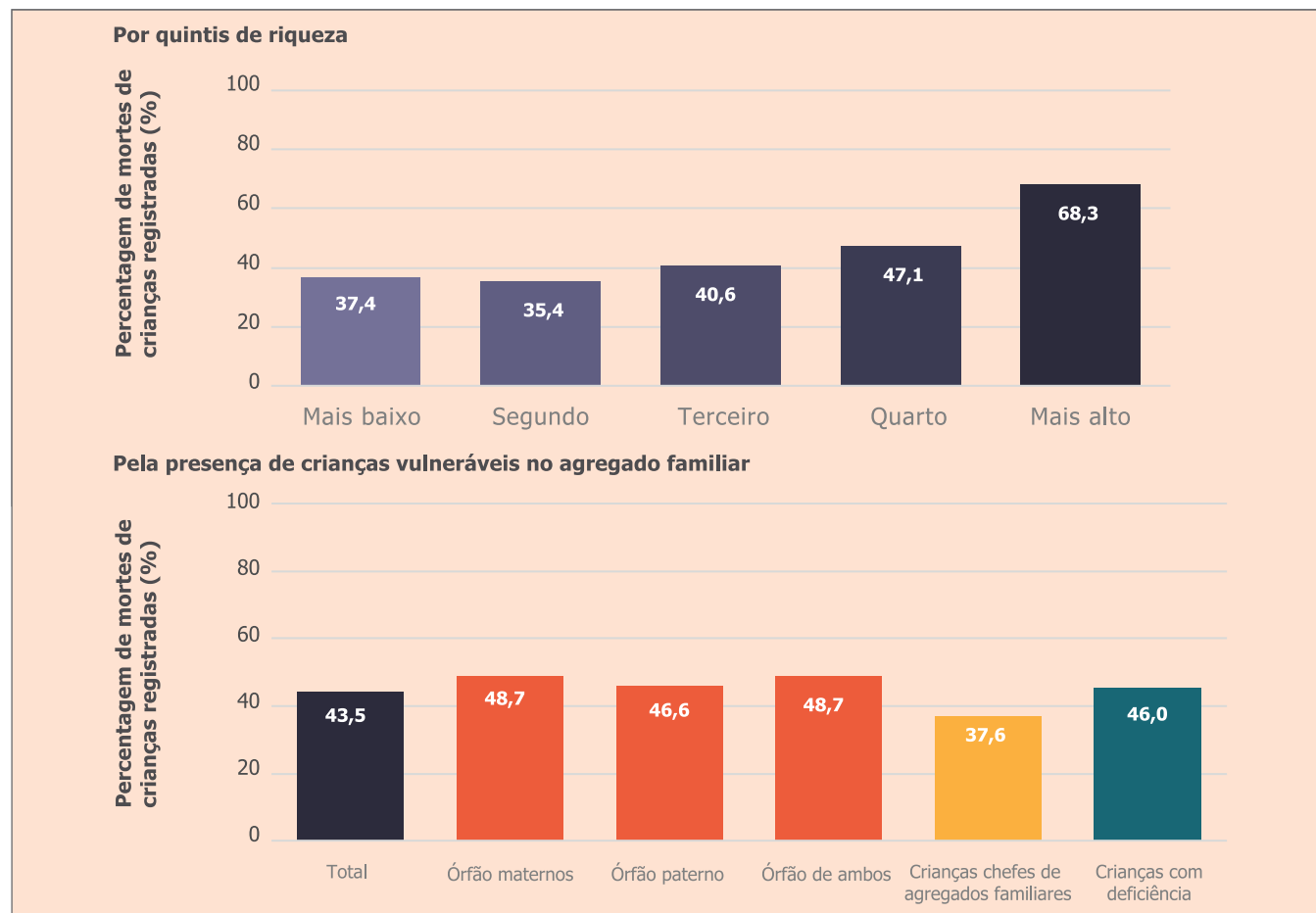
Gráfico 5-5: Registo de mortalidade entre crianças por província e por área de residência, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

A percentagem de registo de mortes de crianças é consideravelmente mais elevada entre os agregados familiares no quintil mais rico da distribuição da riqueza (68%), enquanto para os quintis um a quatro varia entre 37% e 47% (Gráfico 5-6). Entre os agregados familiares que tiveram mortes de crianças nos 12 meses anteriores ao censo, aqueles com crianças órfãs e aqueles com membros com alguma deficiência apresentam percentuais de registo ligeiramente mais elevadas. Por outro lado, o registo era inferior entre os agregados familiares com uma criança como o chefe do agregado (Gráfico 5-6).

Gráfico 5-6: Registo de mortalidade infantil por quintil de riqueza e tipo de vulneráveis, Moçambique, 2017

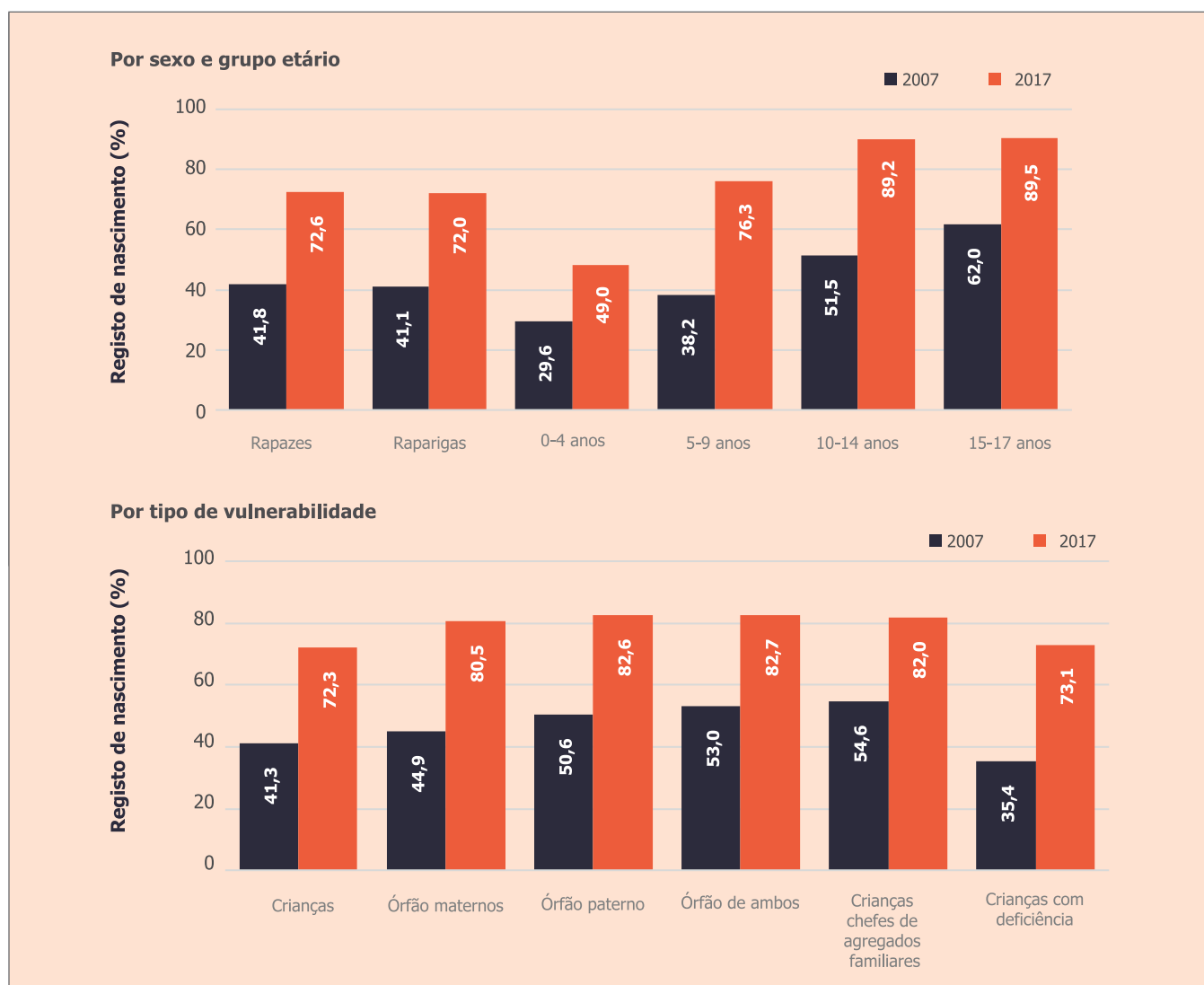


Fonte: INE, Censo 2017.

5.3 TENDÊNCIAS NO REGISTO DE NASCIMENTO

O registo de nascimento de crianças menores de 18 anos aumentou significativamente desde 2007, de uma média de 41% para 72% em 2017. Tal como em 2017, os dados históricos de registo mostram muito poucas diferenças nos percentuais de registo entre homens e mulheres e as probabilidades de serem registados aumentam com a idade (Gráfico 5-7). Em 2007, as crianças com idades entre os 15 e 17 anos tinham o dobro da probabilidade de terem sido registadas do que as crianças menores de 5 anos de idade. Dez anos mais tarde, isto é, em 2017 esta diferença entre os grupos etários mais velhos e mais novos continuava a ser elevada. Uma mudança notável foi no registo de nascimento de crianças com idades entre os 5 e os 14 anos, que aumentaram significativamente nos dez anos que antecederam o Censo. O percentual de registo aumentou também de forma consistente em todos os grupos de crianças vulneráveis, em particular em crianças com deficiência, de 35 para 73%.

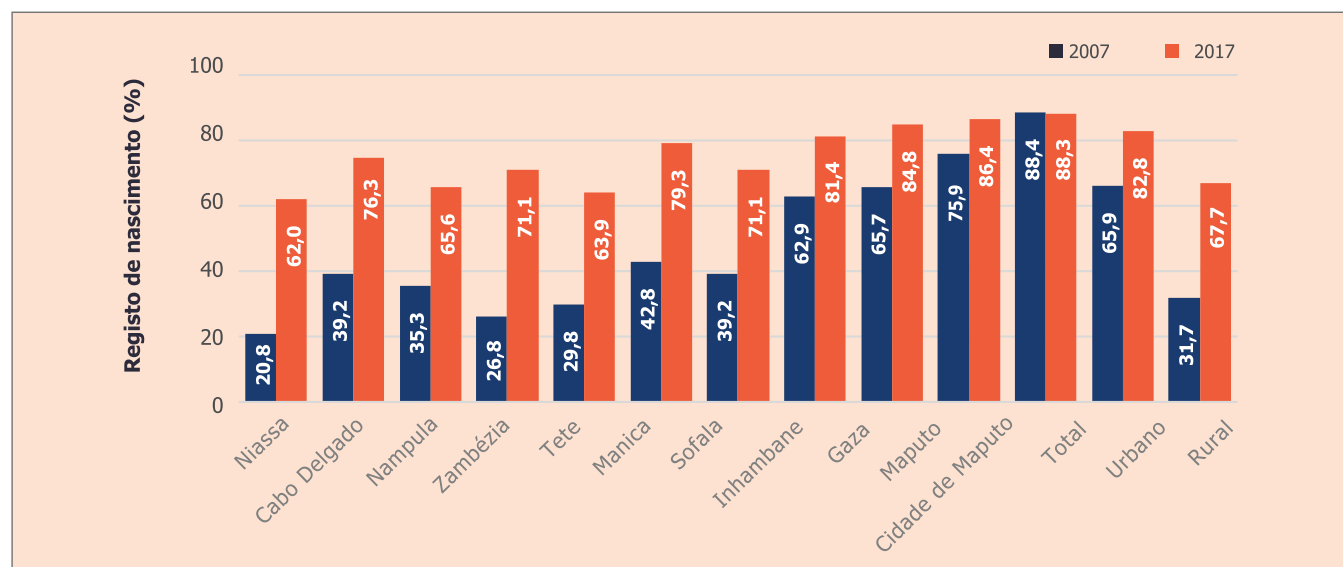
Gráfico 5-7: Registo de nascimento entre crianças 0-17 por sexo, grupos de idade e grupos vulneráveis, Moçambique, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

O aumento do registo de nascimento entre 2007 e 2017 foi principalmente impulsionado pelo aumento do registo nas zonas rurais, onde o registo de nascimento cresceu 36 pontos percentuais. Nas áreas urbanas, o registo de nascimento já era relativamente elevada, mas mesmo assim entre 2007 e 2017 aumentou cerca de 17 pontos percentuais. Em todas as províncias, as melhorias mais significativas foram registadas onde a completude de registo foram mais baixas em 2007 (por exemplo, Zambézia e Niassa). Isto significa que nas províncias em que o registo de nascimento era baixo em 2007 têm vindo a recuperar o seu desempenho nesta vertente, o que levou a uma menor disparidade geográfica nos percentuais de registo em 2017 (Gráfico 5-8).

Gráfico 5-8: Registo de nascimento entre crianças 0-17 por província e área de residência, Moçambique, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 2007, 2017.

5.4 FACTORES ASSOCIADOS AO REGISTO DE NASCIMENTO

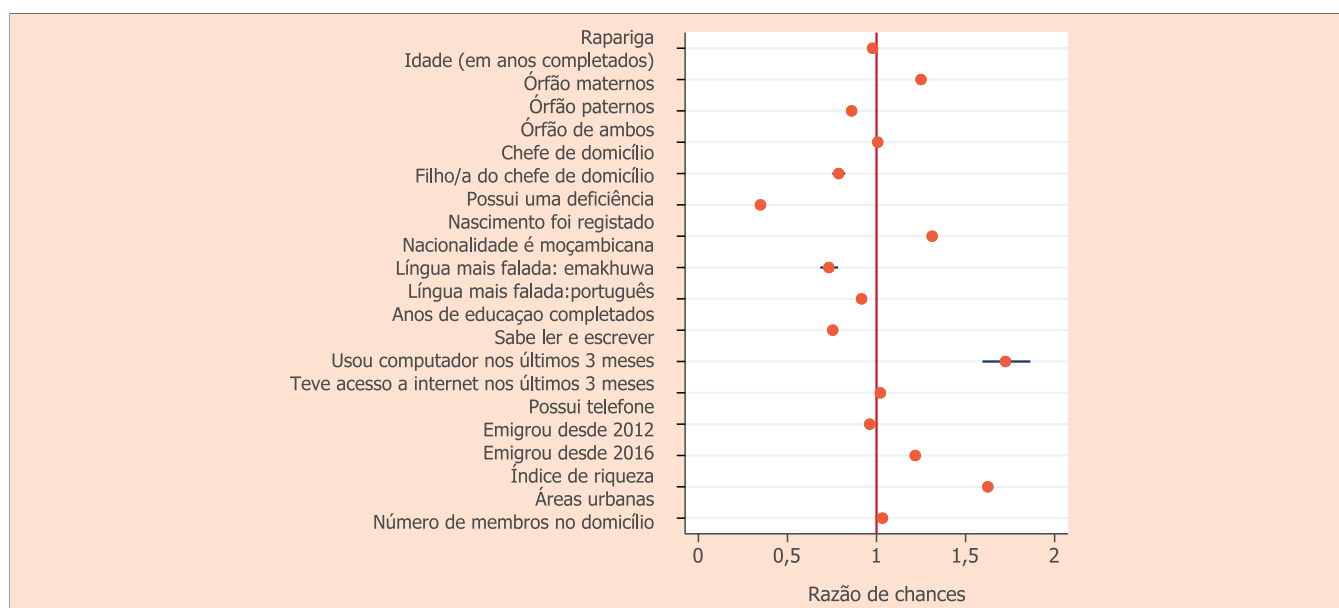
Foi realizada uma análise de regressão para estabelecer quais os principais factores estão associados às crianças com registo de nascimento. Uma vez controlado para as características individuais e do agregado familiar que foram observadas no Censo, incluindo efeitos fixos distritais, a análise de regressão indica que as crianças de todos os grupos vulneráveis relevantes têm uma probabilidade significativamente menor do que outras crianças de serem registadas.^[15] O Gráfico 5-9 abaixo apresenta os principais resultados de forma gráfica. Comparado a crianças fora dos grupos vulneráveis, as crianças órfãs de mãe têm 2% menos probabilidades de serem registadas; tanto as crianças órfãs de ambos pais como as crianças com deficiência têm 4% menos probabilidades de serem registadas; e as crianças que são chefes de agregados familiares têm 11% menos probabilidades de serem registadas. Em certa medida, estes resultados contrastam com as estatísticas descritivas apresentadas acima, que, em geral, apresentaram médias entre os grupos vulneráveis maiores do que a média total.

Embora a magnitude do efeito seja bastante pequena, a análise também indica que raparigas têm 0,4% menos probabilidade de ser registado do que rapazes. Como acima descrito, as

probabilidades de serem registadas aumentam com a idade (em 3% por ano adicional de idade), sugerindo o facto de muitas pessoas serem registadas mais tarde na vida. As crianças de nacionalidade moçambicana têm 7% a mais de probabilidades de serem registadas do que crianças não moçambicanas. A análise de regressão também confirma que as crianças que vivem em áreas urbanas têm 7% mais probabilidades de serem registadas e que quanto melhor for o nível de vida do agregado familiar, maiores são as probabilidades de os nascimentos das crianças serem registados.

As crianças biológicas do chefe de agregados familiares têm cerca de 3% mais probabilidades de serem registadas do que crianças não biológicas. Quanto mais crianças o chefe do agregado familiar tiver, menor é a probabilidade de os menores do agregado serem registados no registo civil. No entanto, os agregados familiares maiores não estão associados à menores probabilidades de registo de nascimento. As crianças mais novas do chefe de agregados familiares têm menos probabilidades de serem registadas, embora isto não signifique que não serão registadas mais tarde. Ser o filho mais velho do chefe do agregado familiar está também associado à menores probabilidades de registo no registo civil. Finalmente, as probabilidades de uma criança nascer ser registada aumentam com a idade e educação dos seus pais.

Gráfico 5-9: Coeficientes de regressão do registo de nascimento, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo de 2017. Notas: Estimativas das razões de chances, representadas em pontos cor-de-laranja, foram estimadas a partir de um modelo logit a nível individual. As barras horizontais representam intervalos de confiança de 90%. As regressões incluem efeitos fixos distritais e os pesos de amostragem foram considerados. Ver Anexo 2 para resultados completos da regressão.

[15] Os resultados completos poder ser vistos no Anexo 3, assim como as variáveis de controlo utilizadas.

6 EDUCAÇÃO

Em Moçambique, há altas taxas de absentismo escolar e de abandono escolar entre as crianças. Embora os registos administrativos reportem taxas líquidas de matrícula de cerca de 100% no ensino primário, os dados do Censo indicam que a frequência líquida no ensino primário é de 60% (UNICEF, 2022). No ensino secundário, segundo o Censo, quatro em cada cinco crianças em idade secundária não frequentavam o ensino secundário em 2017 (UNICEF, 2022).

A repetição de classe e o aproveitamento escolar são também grandes questões em Moçambique. Menos de metade das crianças da amostra das escolas primárias do Estudo de Abandono Longitudinal (UNICEF, 2020a) estão na classe correcta, ou seja, crianças que estão a frequentar uma classe apropriada à sua idade. De acordo com o mesmo estudo, perto de uma em cada cinco crianças com 11 anos de idade nunca foram além da primeira classe da escola primária (UNICEF, 2020a)

O Censo de 2017 registou a frequência escolar e o nível educacional de todas as pessoas com 3 anos ou mais. Foi perguntado aos inquiridos se frequentavam a escola no momento do censo, ou se teriam frequentado a escola em algum momento no passado, ou nunca frequentaram a escola. As pessoas que responderam ter alguma vez frequentado a escola (ou estiveram na escola na altura do censo) foram então questionadas sobre o nível mais elevado frequentado

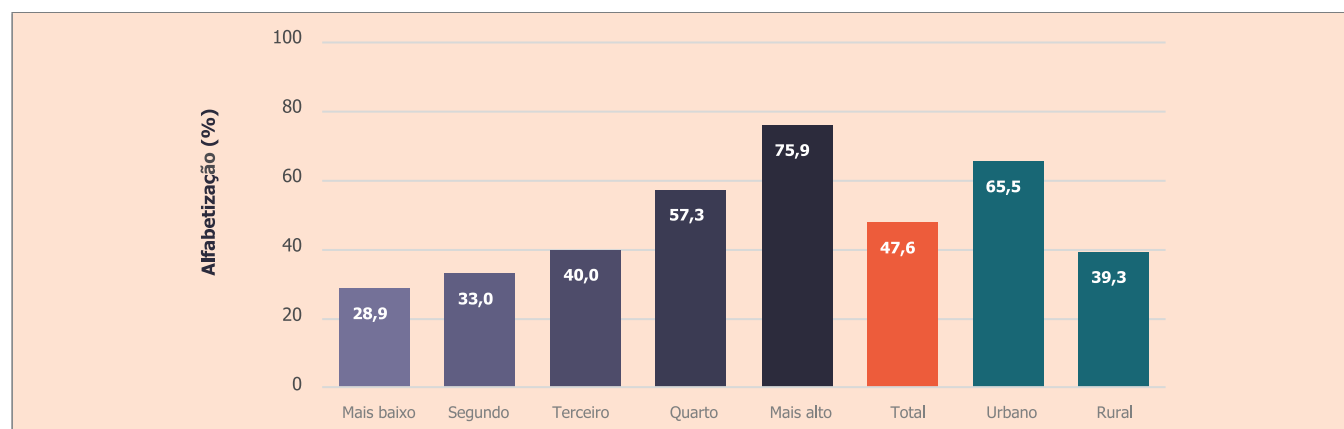
(ou o nível em frequência no momento da entrevista) e, assim como o nível mais alto alcançado.

Infelizmente, as variáveis correspondentes a essas perguntas nos microdados do Censo são afectados por um número muito elevado de casos omitidos, graves inconsistências na distribuição do nível de educação concluído de acordo com a idade e muitos casos de pessoas com mais de 50 anos de idade que frequentam a escola.^[16] Após a limpeza dos dados, um indicador binário da frequência escolar actual e uma variável categórica do nível mais elevado alcançado foram seleccionados como variáveis de interesse. Foi também utilizado um indicador de alfabetização, baseado na capacidade de leitura e escrita da pessoa em qualquer língua (pergunta feita a pessoas com 5 ou mais anos de idade).

6.1 ALFABETIZAÇÃO

Em 2017, cerca de 48% das crianças com idades compreendidas entre os 5 e os 17 anos podiam escrever, com pequenas diferenças entre rapazes e raparigas (Gráfico 6-1). Contudo, são observadas diferenças significativas nas taxas de alfabetização entre as áreas urbanas (66%) e rurais (39%) e na distribuição da riqueza, com a percentagem de crianças capazes de escrever a variar entre 29% no quintil inferior e 76% no quintil superior.

Gráfico 6-1: Alfabetização por quintil de riqueza e por área de residência, Moçambique, 2017

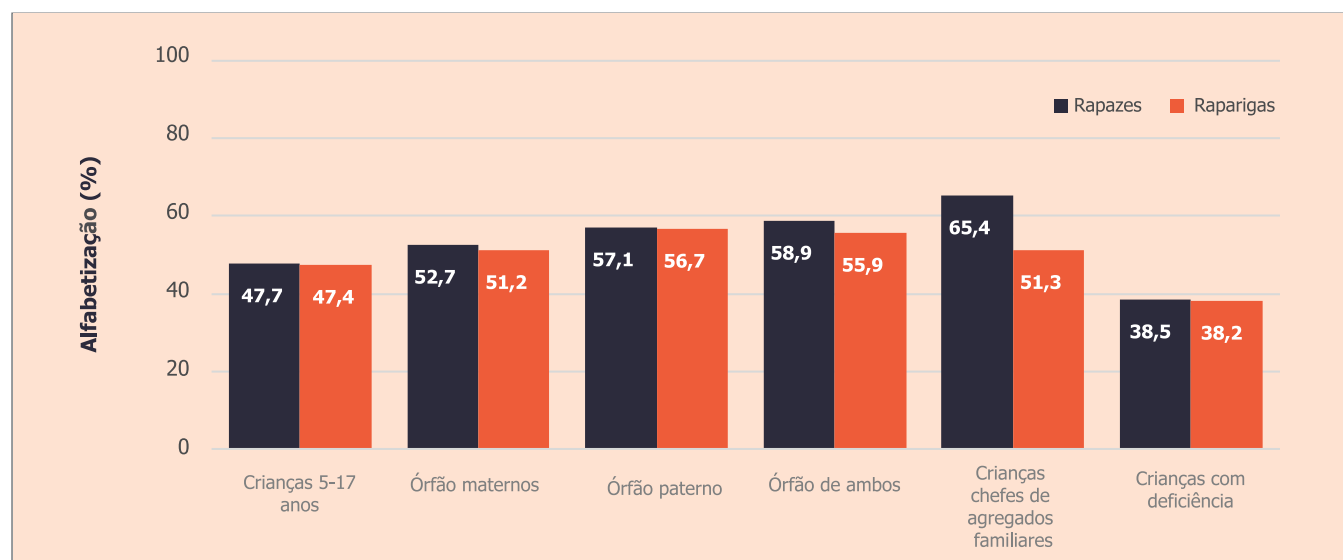


Fonte: INE, Censo 2017.

[16] Ver Anexo 4 para mais detalhes.

Entre as crianças vulneráveis, as crianças com deficiência apresentam taxas de alfabetização mais baixas, enquanto as crianças órfãs e as crianças que são chefes de agregados familiares apresentam taxas de alfabetização superiores à média (Gráfico 6-2). As diferenças de sexo são consideráveis entre as crianças que são chefes de agregados familiares, com 65% dos rapazes chefes de agregados familiares são capazes de escrever, em comparação com 51% das raparigas chefes de agregados familiares.

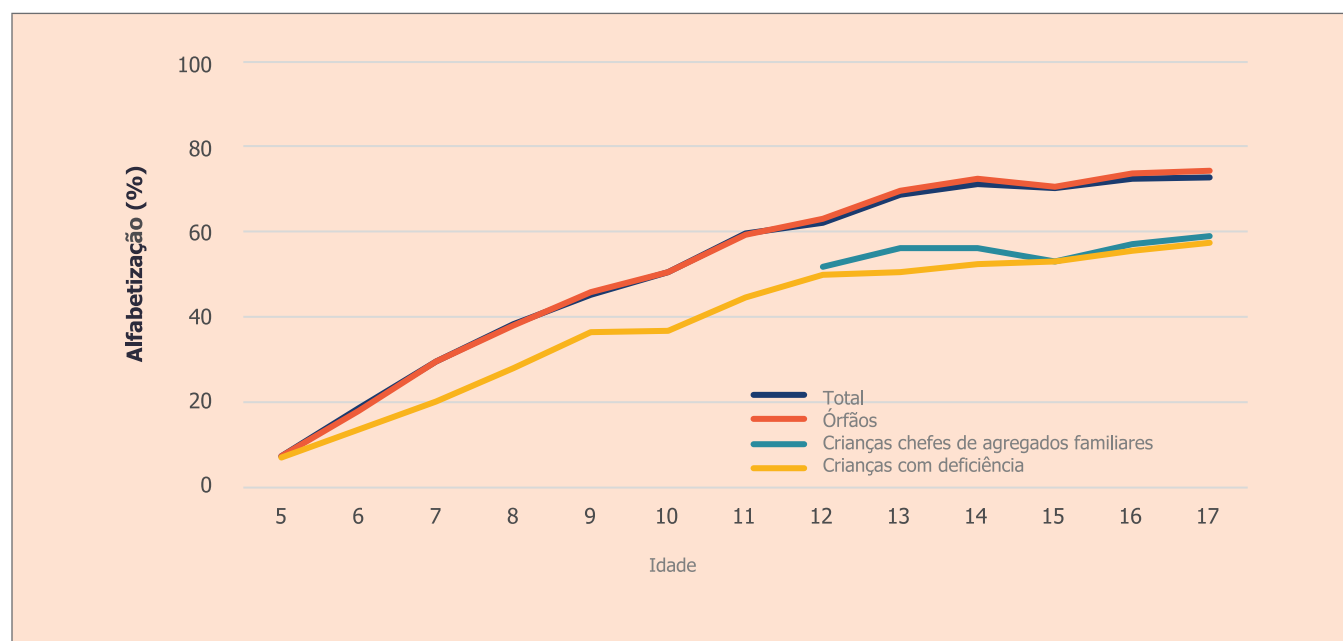
Gráfico 6-2: Alfabetização por tipo de vulnerabilidade e sexo, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

O teste das diferenças nas taxas de alfabetização para cada grupo vulnerável para significância estatística confirma os resultados. Mas a composição etária dos grupos vulneráveis afecta estas diferenças, que podem desaparecer ou inverter uma vez que se controle a idade. O Gráfico 6-3 claramente mostra que com excepção de crianças órfãs as crianças de grupo vulneráveis da mesma idade tendem a ter taxas de alfabetização menores do que crianças em geral.

Gráfico 6-3: Alfabetização por tipo de vulnerabilidade e idade, Moçambique, 2017



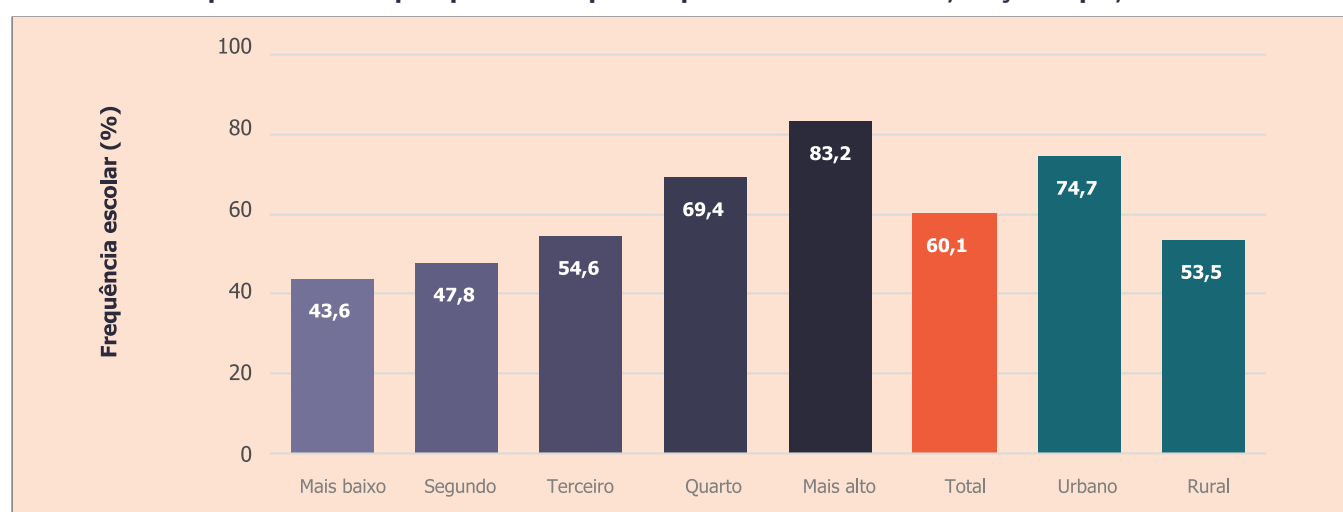
Fonte: INE, Censo 2017.

6.2 FREQUÊNCIA ESCOLAR

A taxa de frequência escolar entre as crianças dos 3 aos 17 anos de idade foi de 60%. Entre crianças dos 5 aos 9 anos, cerca de 53% das crianças frequentavam a escola enquanto 81% das crianças mais velhas dos 10 aos 17 anos frequentavam. Isto pode ser indicativo de que crianças iniciam a escola mais tarde. Além disso, enquanto 68% das crianças dos 6 aos 12 anos de idade frequentam a escola primária, apenas 24% das crianças dos 13 aos 17 anos de idade frequentam a escola secundária, fornecendo mais provas de que as crianças estão atrasadas nos seus estudos, quer começando tarde, quer faltando as aulas, quer repetindo as classes.

À semelhança da alfabetização, as taxas de frequência são mais elevadas entre as crianças de agregados familiares com melhores níveis de vida e/ou baseadas em áreas urbanas.

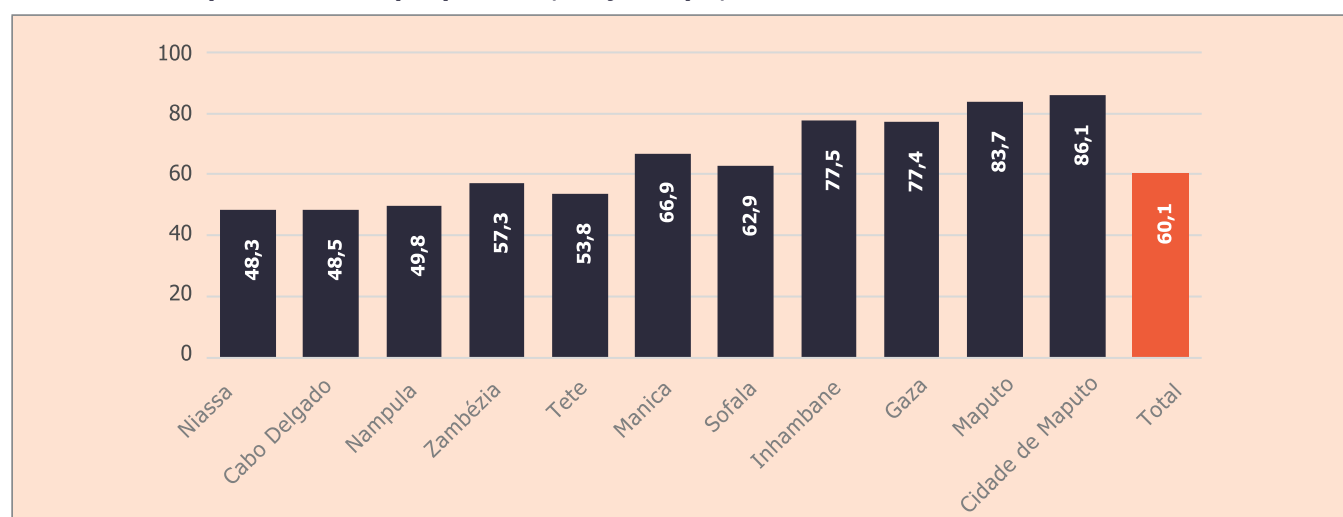
Gráfico 6-4: Frequência escolar por quintil de riqueza e por área de residência, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

Tais diferenças reflectem-se também nas taxas de frequência escolar por província, que são mais elevadas na Cidade de Maputo (86%) e Maputo (84%) e decrescem abaixo dos 50% nas três províncias do norte de Moçambique (Gráfico 6-5). Em Niassa e Cabo Delgado, a frequência escolar entre crianças com 3-17 anos é de um pouco maior do que 48% Cabo Delgado e Nampula).

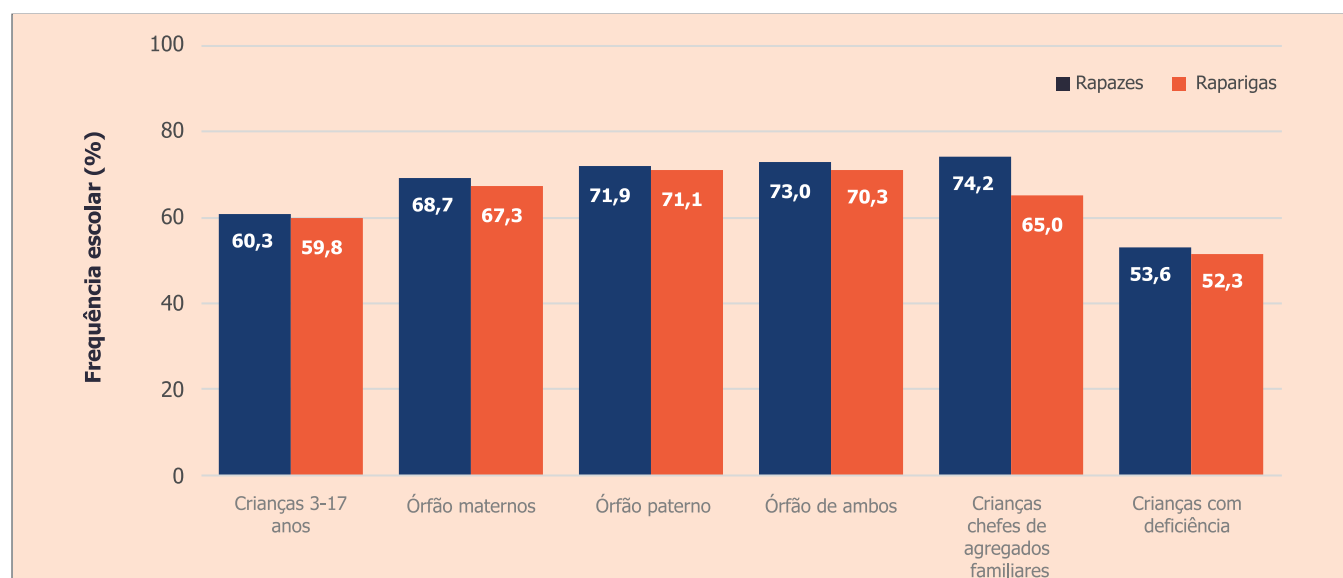
Gráfico 6-5: Frequência escolar por província, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

As taxas de frequência escolar são inferiores à média para crianças com deficiência, enquanto a frequência escolar foi superior à média para crianças órfãos e crianças que são chefes de agregados familiares (Gráfico 6-6). No entanto, esses resultados estão atrelados às diferentes idades destes grupos. Entre sexos, raparigas dos diferentes grupos vulneráveis apresentam menores taxas escolares. Os rapazes que são chefes de agregados familiares são mais propensos a frequentar a escola do que as raparigas chefes de agregados familiares, indicando que talvez seja mais comum as raparigas desistirem da escola em favor das tarefas domésticas associadas a responsabilidade de ter de zelar pela família (o que poderia ser verdade para as raparigas em geral e não apenas para os chefes de agregados familiares).

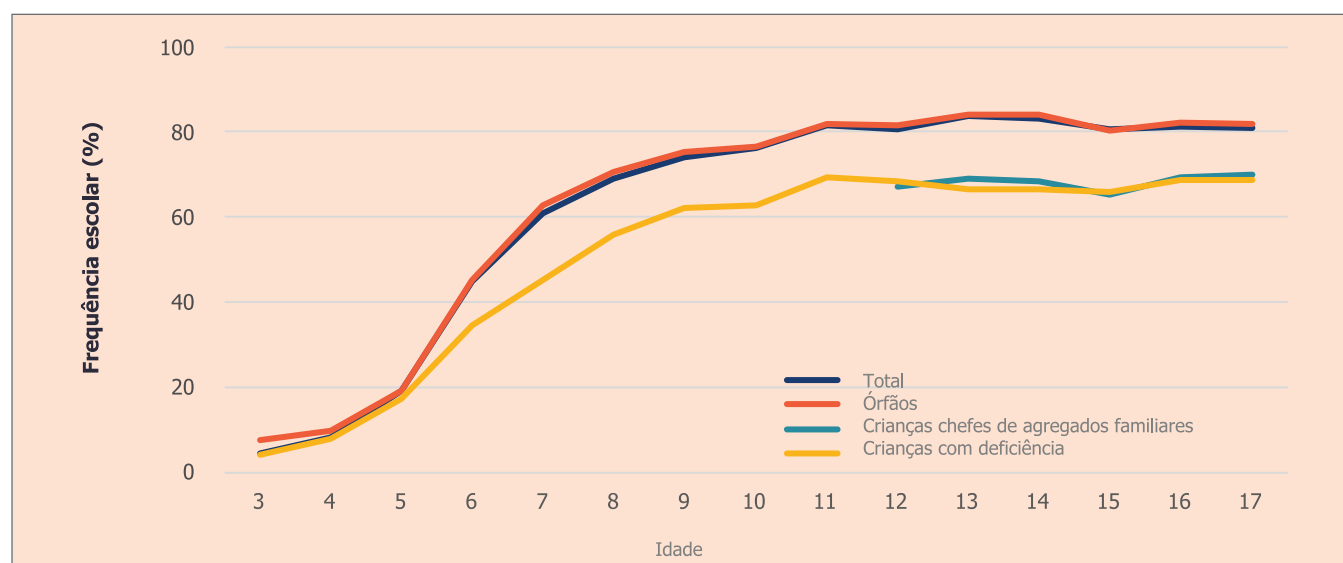
Gráfico 6-6: Frequência escolar por tipo de vulnerabilidade e sexo, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

Como dito acima, embora as crianças nos diferentes grupos vulneráveis (com exceção das crianças com deficiência) apresentem em um percentual maior à média nacional de frequência escolar, estas diferenças tendem a desaparecer ou inverter quando se leva em conta as idades das crianças. O Gráfico 6-7 apresenta a percentagem de crianças que frequentam a escola por idade e tipo de vulnerabilidade. Com exceção de crianças órfãs, as crianças de grupo vulneráveis da mesma idade tendem a frequentar menos as escolas do que crianças em geral em todas as idades.

Gráfico 6-7: Frequência escolar por idade e nível de escola, Moçambique, 2017



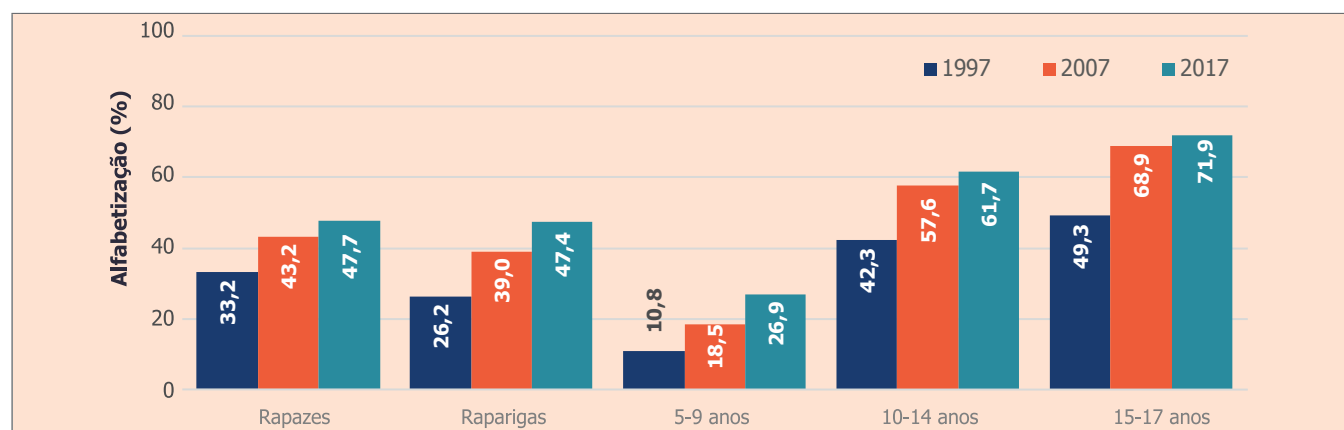
Fonte: INE, Censo 2017.

6.3 TENDÊNCIAS NA EDUCAÇÃO

ALFABETIZAÇÃO

A taxa de alfabetização, medida como a percentagem de crianças entre os 5-17 anos de idade capazes de ler e escrever, melhorou de forma contínua ao longo do tempo, de cerca de 30% em 1997 para 42% em 2007 para perto de 47% em 2017. A diferença nas taxas de alfabetização entre raparigas e rapazes diminuíram bastante ao longo do tempo. Em 2007, a taxa de alfabetização entre rapazes era cerca de 7 pontos percentuais a mais do que a taxa entre raparigas. Já em 2017, as taxas de alfabetização entre rapazes e raparigas são muito próximas. Para crianças entre 10 e 17 anos, a literacia aumentou significativamente entre 1997 e 2007 do que entre 2007 e 2017 em relação ao grupo dos 5 aos 9 anos, sendo o grupo que contribuiu mais para o progresso verificado (Gráfico 6-8). Isto pode ser explicado pelo fraco investimento na pré-escola e no generalizado ingresso tardio á escola.

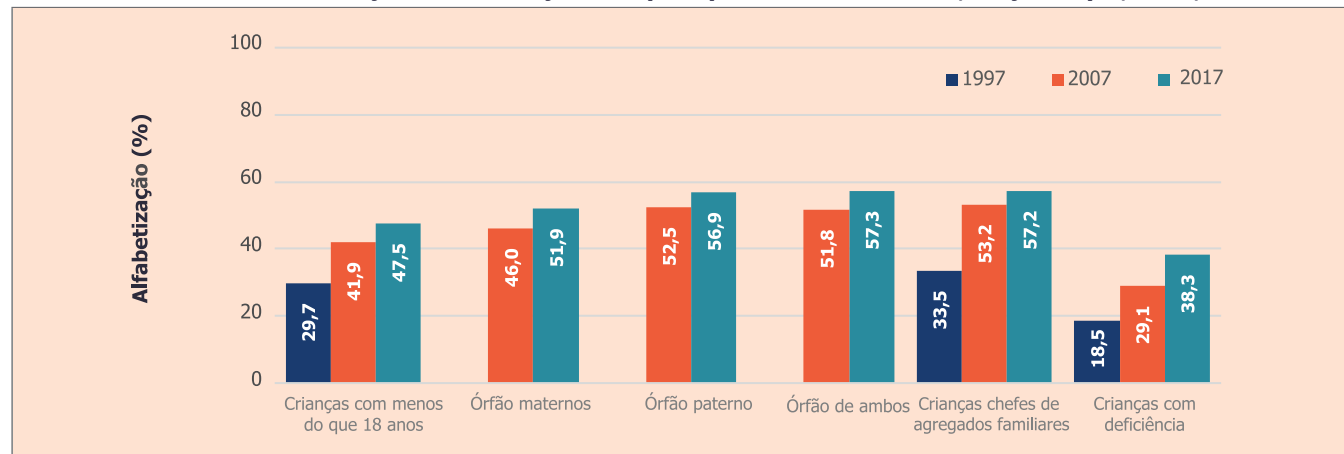
Gráfico 6-8: Taxa de alfabetização entre crianças 5-17 por sexo e grupo etário, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Embora ainda inferior à média, a alfabetização tem aumentado consideravelmente para as crianças com deficiência. Em 1997, menos de 19% das crianças com deficiência sabiam ler e escrever, já em 2017 esse percentagem sobe para cerca de 38%, mais do que o dobro. Nenhum outro grupo de crianças vulneráveis teve um crescimento tão significativo. Para crianças órfãs^[17] e crianças chefes de agregados familiares, o aumento da alfabetização a partir de 2007 tem sido menos evidente (Gráfico 6-9).

Gráfico 6-9: Taxa de alfabetização entre crianças 5-17 por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017

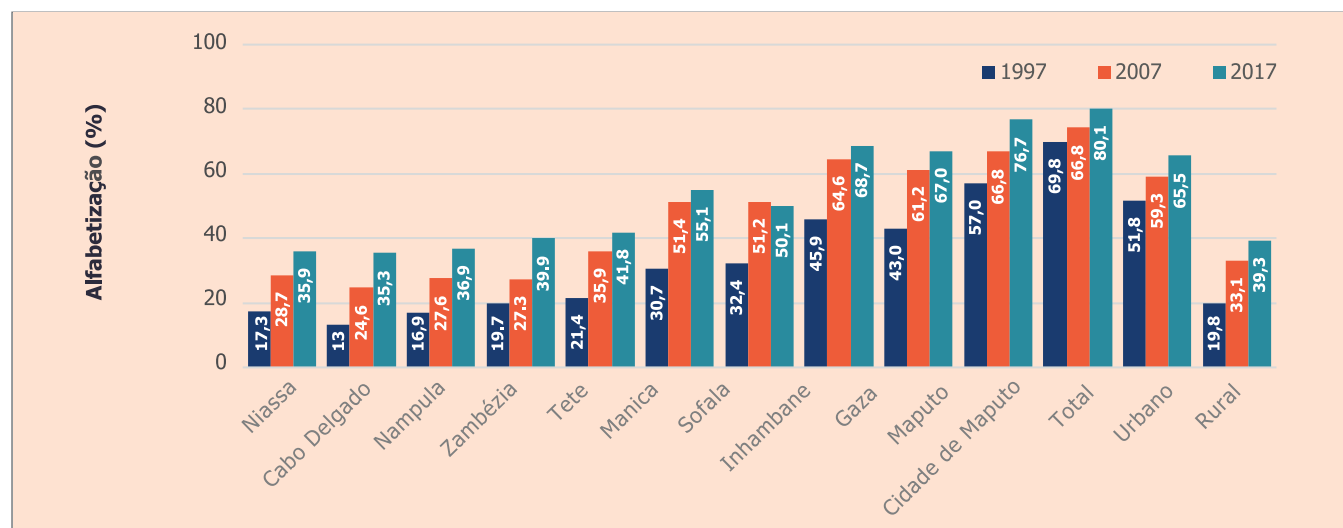


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

[17] Dados não disponíveis para 1997.

Continua a existir um fosso entre as zonas rurais e urbanas, embora a alfabetização tenha aumentado de forma constante desde 1997. As províncias de Manica, Sofala, Inhambane e Gaza registaram as melhorias mais significativas na alfabetização entre 1997 e 2007, enquanto entre 2007 e 2017 as melhorias pararam (como no caso de Sofala) ou abrandaram. Com excepção de Maputo, onde a alfabetização tem sido mais elevada, nas outras províncias com melhorias mais baixas de alfabetização, as melhorias foram mais constantes e aceleradas entre 2007 e 2017 (Gráfico 6-10).

Gráfico 6-10: Alfabetização entre crianças 5-17 por área de residência e província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017

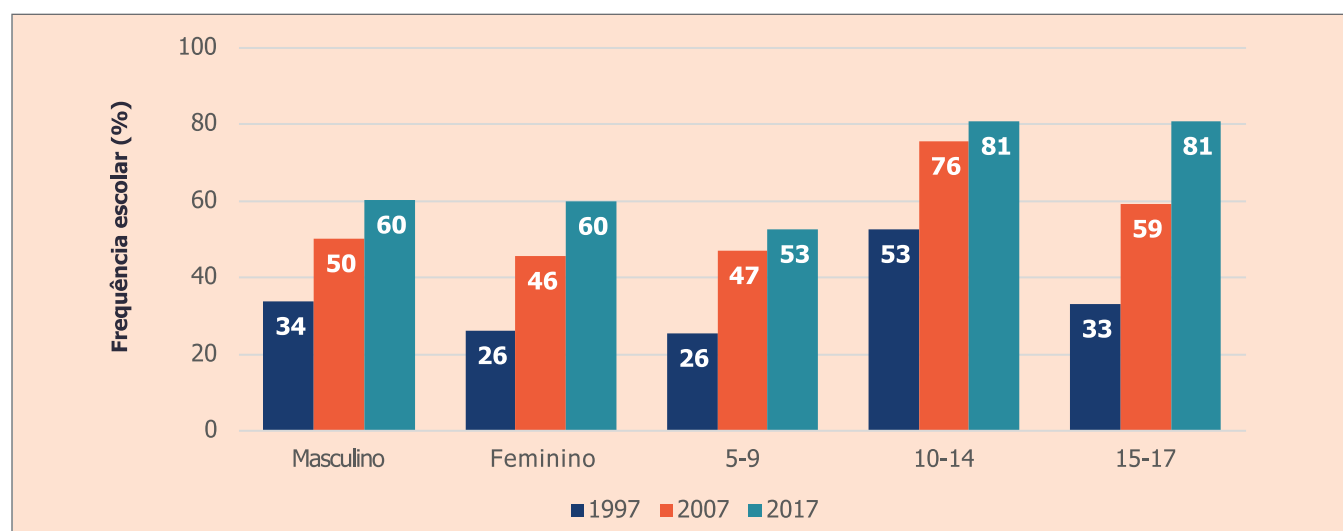


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

FREQUÊNCIA

À semelhança da alfabetização, a frequência escolar tem vindo a melhorar de forma consistente com o tempo e o fosso potencial entre rapazes e raparigas foi desaparecendo até ao último recenseamento. Numa perspectiva geral, a taxa de frequência passou de 30% em 1997 para 48% em 2007 e para 60% em 2017. Enquanto se registaram aumentos semelhantes na taxa de assiduidade entre 1997 e 2007 em todos os grupos etários, entre 2007 e 2017 a assiduidade aumentou relativamente pouco para as crianças mais novas, dos 5 a 14 anos, em comparação com as crianças mais velhas, dos 15 aos 17 anos, que acabaram por atingir uma taxa de assiduidade semelhante à dos seus pares dos 10 aos 14 anos (81%) (Gráfico 6-11).

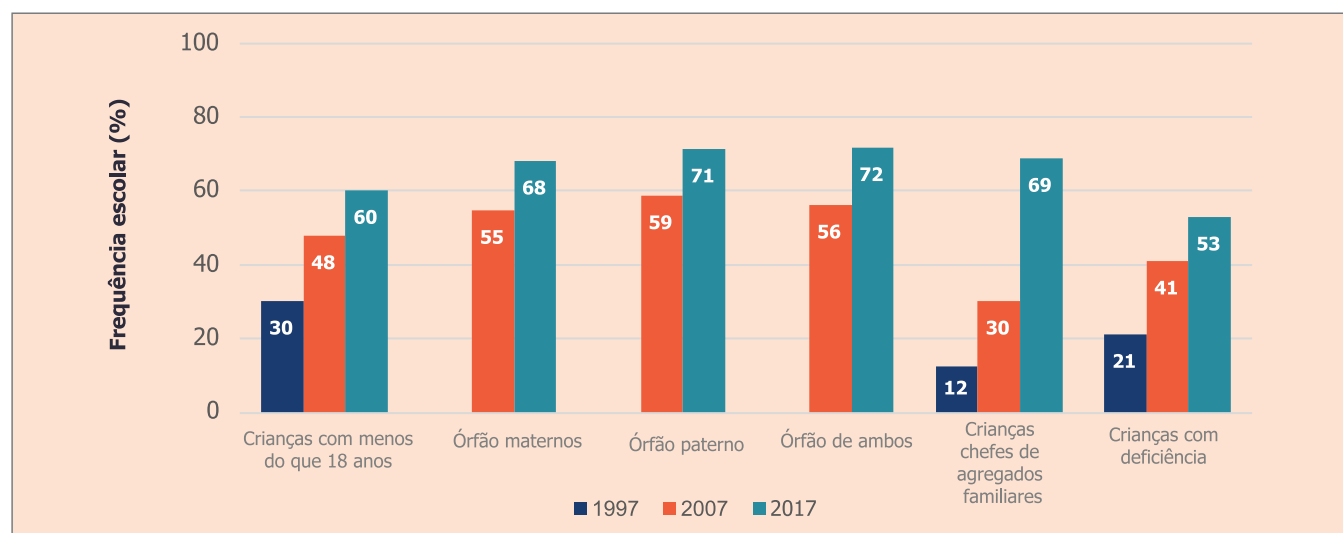
Gráfico 6-11: Frequência escolar das crianças 5-17 por sexo e grupo etário, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A frequência escolar aumentou significativamente para todas as crianças vulneráveis, especialmente para aquelas que são chefes de agregados familiares, que a cada 10 anos registaram mais do que o seu dobro, isto é, de 12% em 1997 para 30% em 2007 e para 69% em 2017. As crianças com deficiência têm também vindo a registar melhorias na frequência a escola de forma cada vez mais consistente (Gráfico 6-12). O que explica o aumento expressivo na taxa de alfabetismo à crianças com deficiência. O percentagem de crianças com deficiência que frequentam a escola subiu de 21% em 1997 para 53% em 2017.

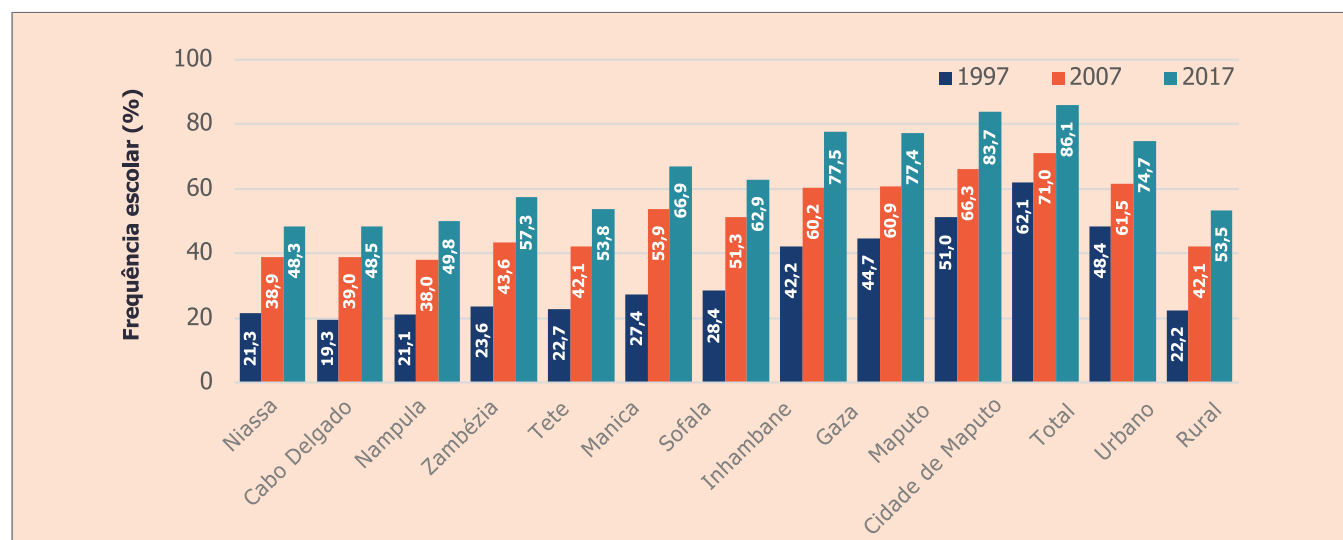
Gráfico 6-12: Frequência escolar das crianças 5-17 por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Desde 1997, as taxas de frequência escolar têm melhorado consistentemente em todas as províncias, especialmente naquelas que já têm uma escolaridade mais elevada (Maputo, Gaza, Inhambane). No entanto, o aumento da frequência escolar parece ter abrandado entre 2007 e 2017 nas províncias do Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Tete e Sofala (Gráfico 6-13). O gráfico abaixo também demonstra que a desigualdade regional persiste há muitos anos. Desde 1997, províncias do Norte consistentemente apresentam médias menores do que as províncias do Sul.

Gráfico 6-13: Frequência escolar das crianças 5-17 por área de residência e província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

6.4 FACTORES ASSOCIADOS À FREQUÊNCIA ESCOLAR

A relação entre a frequência escolar e as características das crianças foi investigada de forma mais aprofundada, utilizando a análise de regressão. O Gráfico 6-14 apresenta os principais resultados desta análise. Após controlar para outras características^[18], sendo um órfão materno ou de ambos, com idades entre os 3 e os 17 anos está ligado a menores probabilidades de frequentar a escola. As crianças que são chefes de agregados familiares têm 11% menos probabilidades de frequentar a escola. Ter uma deficiência está associado a 12% de menores probabilidades de frequentar a escola.

A probabilidade das crianças frequentarem a escola aumenta em cerca de 4% a cada ano de idade. As raparigas são ligeiramente menos propensas a frequentar a escola do que os rapazes. Para crianças dos 3 aos 17 anos de idade, ser de nacionalidade moçambicana está ligado a probabilidades 3% mais elevadas de frequentar a escola. A primeira língua também parece ser um factor relevante em relação à frequência escolar, uma vez que as crianças de língua portuguesa têm 6% mais probabilidades de frequentar a escola.

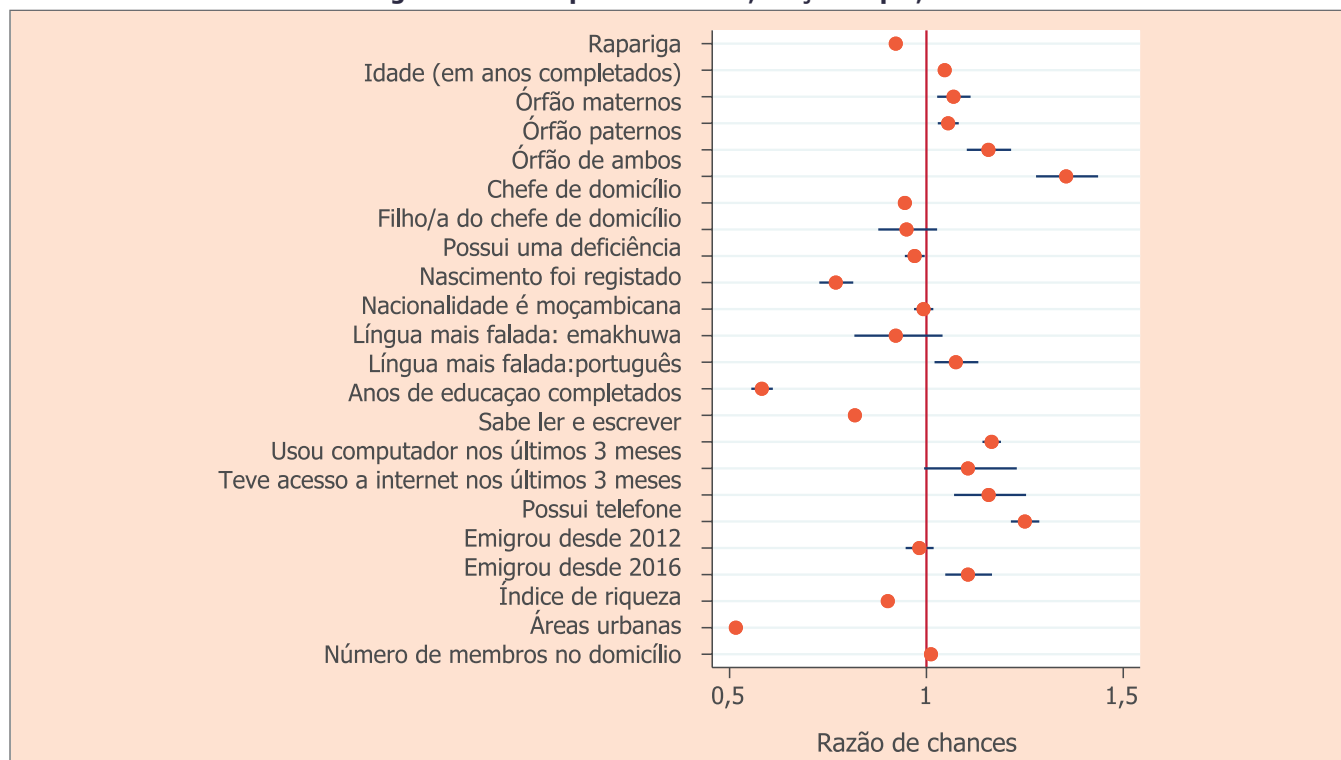
Os filhos biológicos do chefe de agregados familiares são mais propensos a frequentarem a escola. Por outro lado, sendo os únicos filhos do chefe do agregado familiar (que

ainda faz parte do agregado familiar) estão ligados a probabilidades ligeiramente mais baixas de frequentar a escola. Per se, o tamanho maior do agregado familiar não afecta negativamente a probabilidade das crianças irem à escola. Contudo, à medida que o número de crianças do chefe do agregado familiar aumenta, as probabilidades de elas irem à escola diminuem ligeiramente.

Tanto o filho mais velho como o mais novo do chefe do agregado familiar estão associadas a probabilidades mais baixas de frequentarem a escola. O nível de alfabetização e educação dos pais afecta positivamente as probabilidades das crianças frequentarem a escola. A condição laboral dos pais está também positivamente associada à frequência escolar: se um (ou ambos) o pai ou a mãe trabalham, as crianças têm mais probabilidades de frequentar a escola.

Como esperado, as crianças em áreas urbanas têm mais probabilidades de frequentar a escola e melhores padrões de vida (medidos por um índice de riqueza composto) afectam positivamente as probabilidades das crianças frequentarem a escola. Finalmente, as crianças de agregados familiares que se deslocaram (de um distrito para outro) nos cinco anos anteriores têm menos probabilidades de frequentar a escola.

Gráfico 6-14: Coeficientes de regressão da frequência escolar, Moçambique, 2017



Fonte: Estimativas dos autores utilizando a amostra 10% do Censo de 2017. Notas: Estimativas das razões de chances, representadas em pontos cor-de-laranja, foram estimadas a partir de um modelo logit a nível individual. As barras horizontais representam intervalos de confiança de 90%. As regressões incluem efeitos fixos distritais e os pesos de amostragem foram considerados. Ver Anexo 2 para resultados completos da regressão.

[18] Ver Anexo 3 para todos os resultados completos.

7 TRABALHO INFANTIL

Apesar de Moçambique ter adoptado a legislação internacional de melhores práticas com relação a trabalho infantil (Embaixada dos Estados Unidos, 2018), o trabalho infantil continua a prevalecer no país. De acordo com um estudo recente (UNICEF, 2022) baseado em dados do Censo de 2017, uma em cada cinco crianças com idades compreendidas entre os 7 e os 14 anos de idade estava envolvida em alguma forma de trabalho em Moçambique. O trabalho infantil está intimamente interligado a outros indicadores de privações que são importantes para medir a situação de bem-estar das crianças, como, pobreza, saúde e educação. Por exemplo, o UNICEF (2020b) constatou que as províncias com mais de 20% de crianças envolvidas em trabalho infantil tendem também a ter as taxas mais elevadas de pobreza infantil multidimensional.

Não existe uma definição precisa de trabalho infantil que seja utilizada universalmente, uma vez que o trabalho infantil é uma construção social e varia em diferentes contextos. A OIT (2022) afirma que “o trabalho infantil é frequentemente definido como trabalho que priva as crianças da sua infância, do seu potencial e da sua dignidade e que é prejudicial ao desenvolvimento físico e mental”. Embora esta definição reconheça que o trabalho infantil é um conceito multidimensional, a definição precisa de ser complementada com medições quantificáveis para exercícios orientados por dados, tais como a estimativa da prevalência do trabalho infantil.

Este estudo segue uma definição de trabalho infantil utilizada para análise estatística na UNICEF & OIT (2021). Esta definição baseia-se no número de horas trabalhadas em actividades económicas^[19] e serviços domésticos não remunerados, que incluem as tarefas domésticas e a prestação de cuidados aos membros do agregado familiar:

- Para crianças dos 7 aos 11 anos, mais de 1 hora de actividade económica por semana e/ou envolvidas em serviços domésticos não remunerados durante mais de 21 horas por semana.
- Para crianças dos 12 aos 14 anos, mais de 14 horas de actividade económica por semana e/ou envolvidas em serviços domésticos não remunerados durante mais de 21 horas por semana.
- Para crianças dos 15 aos 17 anos de idade, mais de 43

horas por semana em actividade económica.

O limiar de 14 horas é reconhecer que “trabalho leve” é aceitável para certos grupos etários e o limiar de 43 horas é um substituto para o trabalho perigoso. A inclusão de serviços domésticos não remunerados é particularmente importante para a análise do sexo, embora seja considerada como “opcional” de acordo com a Resolução de 2008 relativa às Estatísticas do Trabalho Infantil (UNICEF & OIT, 2021).

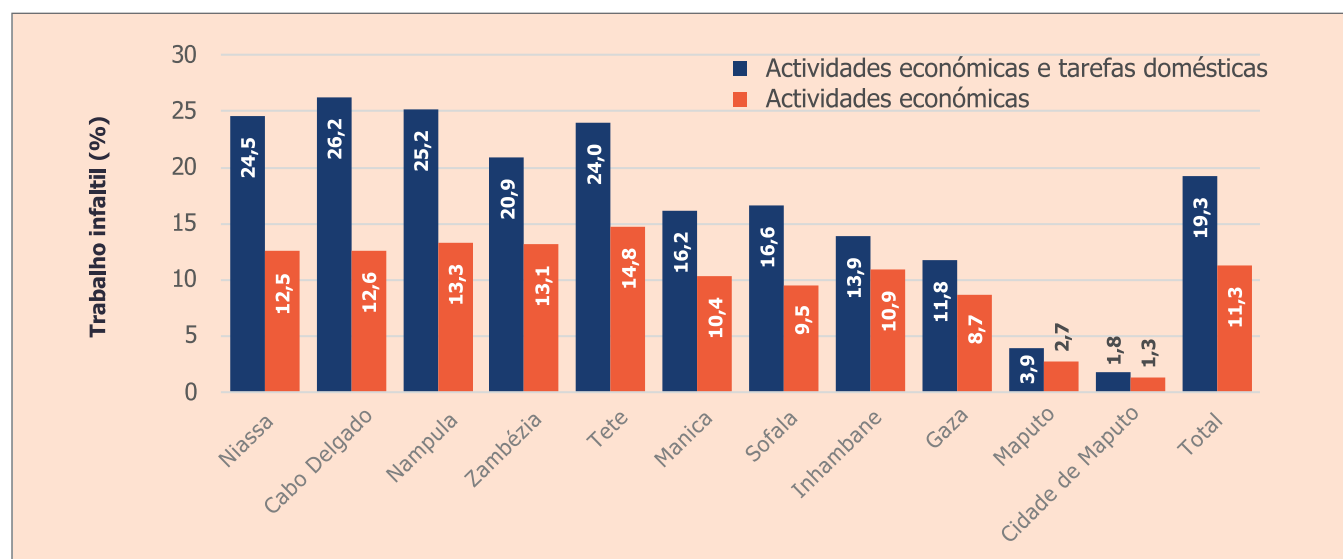
Com base nos dados do censo, as horas trabalhadas nas tarefas domésticas só são conhecidas através daqueles que declararam não trabalhar. Como resultado, o total de horas trabalhadas em actividades económicas domésticas e remuneradas não é conhecido. Além disso, o número de dias de trabalho por semana também não é conhecido, pelo que se assumem cinco dias.

7.1 PREVALÊNCIA DO TRABALHO INFANTIL

De acordo com a definição específica da idade do trabalho infantil, em 2017, mais de 11% das crianças (12% dos rapazes e 11% das raparigas) participaram em actividades económicas, 19% quando se incluiu os serviços domésticos não remunerados (Gráfico 7-1). A participação em actividades económicas é maior em Tete (15%), seguida por Nampula, Zambézia, Cabo Delgado e Niassa (13%). As mesmas províncias também apresentam a maior prevalência de crianças exercendo actividades domésticas não remuneradas: quando se inclui serviços domésticos não remunerado na definição de trabalho infantil, em Cabo Delgado a incidência atinge os 26%, seguido por Nampula (25%), Niassa (25%), Tete (24%) e Zambézia (21%). As outras províncias apresentam níveis mais baixos de participação de crianças em actividades económicas e uma menor incidência de crianças exercem funções domésticas não remuneradas. A incidência do trabalho infantil é mais baixa na Cidade de Maputo (1%) e na província de Maputo (3%) e apenas marginalmente afectada pelo alargamento da definição ao incluir as actividades domésticas.

[19] Actividades económicas é um conceito amplo que engloba os mais variados tipos de actividades productivos tanto remunerado bem como alguns tipos de trabalhos não remunerados. O trabalho pode estar tanto no setor formal como no informal.

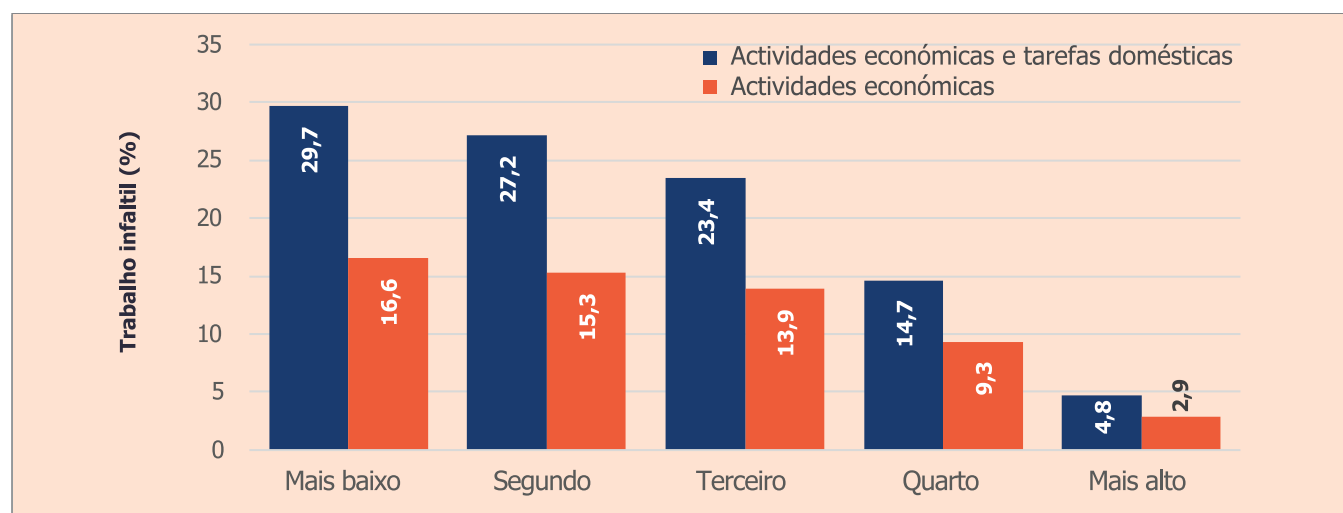
Gráfico 7-1: Prevalência do trabalho infantil por província, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

Sem surpresa, a participação no trabalho infantil é mais elevada entre as crianças de agregados familiares dos quintis mais pobres da distribuição da riqueza (Gráfico 7-2). O que demonstra o ciclo de pobreza. Por questões económicas e de sobrevivência, crianças mais pobres são obrigadas a trabalharem. Com isso, elas serão mais propensas a abandonarem a escola e a perderem outros aspectos importantes para o desenvolvimento como as brincadeiras e saúde, pois muitas das condições de trabalho prejudicam a saúde física das crianças. Assim, crianças que são obrigadas a trabalhar terão menores chances de desenvolvimento.

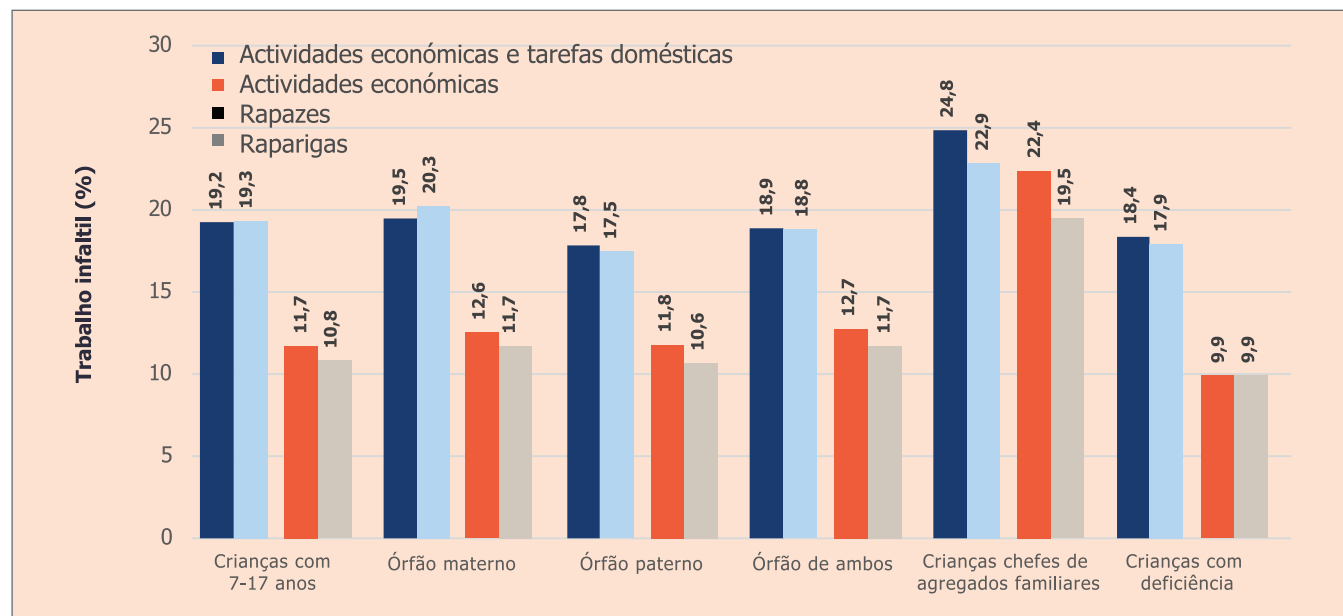
Gráfico 7-2: Prevalência do trabalho infantil por quintis de riqueza, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

As crianças que são chefes de agregados familiares são mais susceptíveis de participar em actividades económicas do que os seus pares sem aquela responsabilidade (Gráfico 7-3). Embora as tarefas domésticas não remuneradas acrescente relativamente pouco às taxas de participação em actividades económicas, os rapazes chefes de agregados familiares são mais propensos a trabalhar do que as raparigas chefes de agregados familiares. Os padrões nas outras categorias vulneráveis seguem largamente os observados para as crianças em geral: pequenas diferenças na participação entre rapazes e raparigas e diferenças relativamente maiores na participação de trabalho infantil quando não se inclui o tarefas doméstica.

Gráfico 7-3: Prevalência do trabalho infantil por sexo e grupo vulneráveis, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

O teste das diferenças entre as crianças vulneráveis e os seus pares confirma que as crianças que são chefes de agregados familiares têm uma probabilidade significativamente maior de participar no trabalho infantil, uma diferença que se mantém quando se considera também serviços doméstico não remunerados, embora esta probabilidade dependa da idade média mais elevada das crianças chefes de agregados familiares. As crianças com deficiência, por outro lado, têm menos probabilidades de se envolverem em actividades económicas ou em serviços domésticos não remunerados do que os seus pares. Os resultados são mistos em relação às crianças órfãs: os órfãos maternos e os órfãos de ambos são significativamente mais susceptíveis de se envolverem em actividades económicas, enquanto os órfãos paternos são menos susceptíveis de participar no trabalho (incluindo o trabalho doméstico).

Quadro 7-1 Prevalência média do trabalho infantil entre grupos vulneráveis de crianças e os seus homólogos não vulneráveis, Moçambique, 2017

GRUPO VULNERÁVEL	CRIANÇAS QUE NÃO ESTÃO EM GRUPO VULNERÁVEL		ENTRE AS CRIANÇAS EM GRUPOS VULNERÁVEIS		DIF.
	EST.	Ep	EST.	EP	
Atividades económicas					
Órfãos materno	0,113	[0,004]	0,121	[0,006]	-0,009***
Órfãos paterno	0,113	[0,004]	0,112	[0,005]	0,001
Órfãos de ambos	0,113	[0,004]	0,122	[0,006]	-0,009**
Chefes de agregados familiares	0,112	[0,004]	0,207	[0,009]	-0,095***
Crianças com deficiência	0,113	[0,004]	0,099	[0,004]	0,014***
Atividades económicas e domésticas não remuneradas					
Órfãos materno	0,196	[0,006]	0,199	[0,009]	-0,003
Órfãos paterno	0,196	[0,006]	0,177	[0,008]	0,019***
Órfãos de ambos	0,196	[0,006]	0,188	[0,009]	0,007
Chefes de agregados familiares	0,193	[0,006]	0,237	[0,009]	-0,044***
Crianças com deficiência	0,193	[0,006]	0,182	[0,007]	0,011***

Fonte: INE, Censo 2017. Nota: Erro padrão (EP) agrupados (clusterizados) por distrito entre parênteses. * $p < 0,10$ ** $p < 0,05$ *** $p < 0,01$.

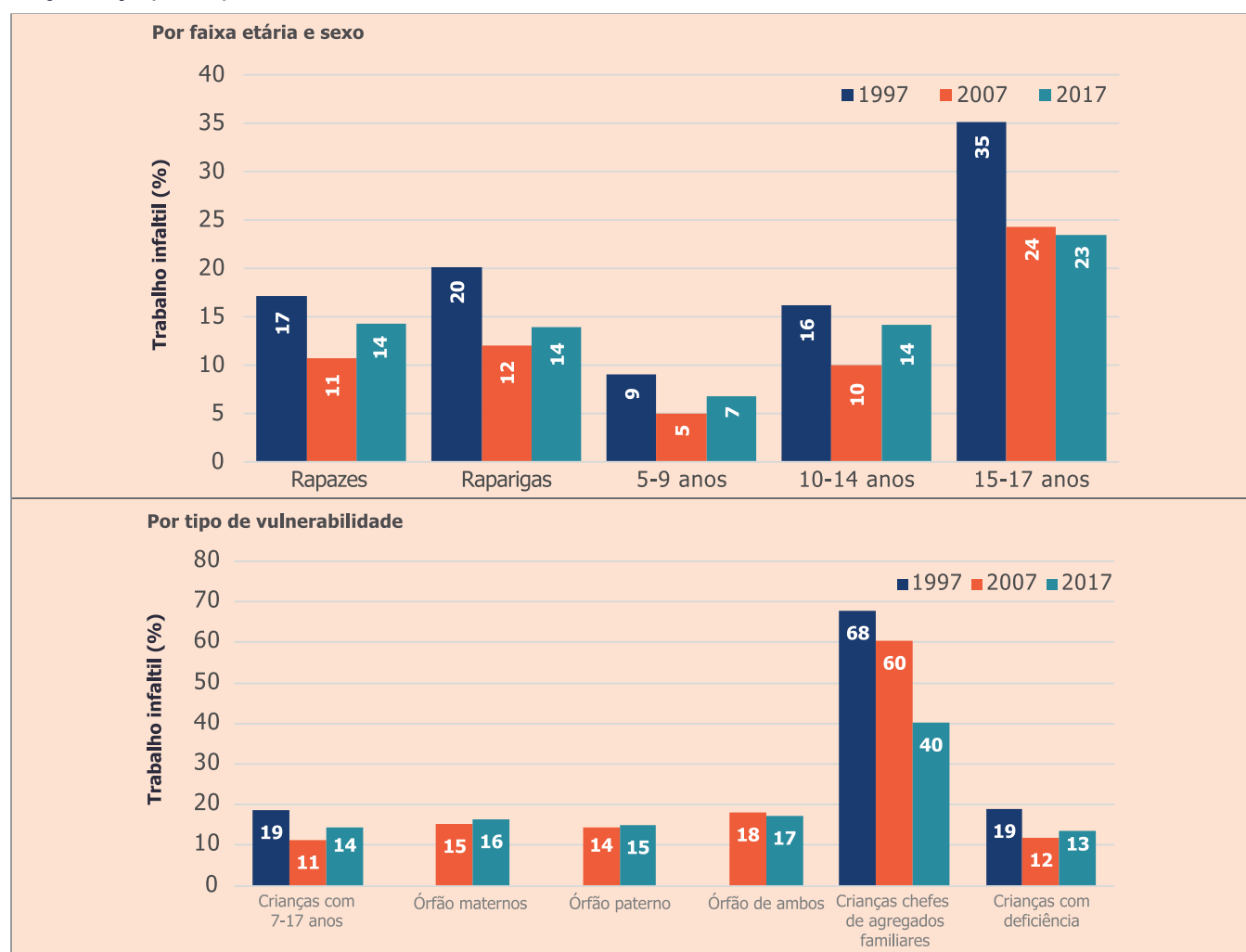
7.2 TENDÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL

Devido à diferenças nos questionários dos censos e a fim de comparar a prevalência do trabalho infantil ao longo do tempo, esta secção analisa indicadores mais simples de trabalho infantil. Ou seja, nesta secção não se leva em conta as horas trabalhadas, apenas analisa se a criança trabalhou ou não nos sete dias que antecederam aos censos.

TRABALHO FORA DO AGREGADO FAMILIAR

Dada esta definição, o trabalho infantil diminuiu de cerca de 19% em 1997 para 11% em 2007, mas depois subiu novamente para quase 14% até 2017 (Gráfico 7-4). Olhando separadamente para os rapazes e as raparigas, parece que as raparigas tinham uma probabilidade ligeiramente maior de estarem trabalhando em 1997 (20% em comparação com 17% para os rapazes), mas esta diferença potencial desapareceu com o tempo. A participação em actividades económicas não aumentou para as crianças mais velhas (15-17 anos), o que indica que aumento do trabalho infantil entre 2007 e 2017 parece afectar apenas as crianças mais novas (7-14 anos). Foi detectada pouca variação no trabalho infantil para crianças que perderam um ou ambos os pais e para crianças com deficiência, enquanto se registou uma queda significativa na participação das crianças que são chefes de agregados familiares, de 60% em 2007 para 40% em 2017 (Gráfico 7-5)

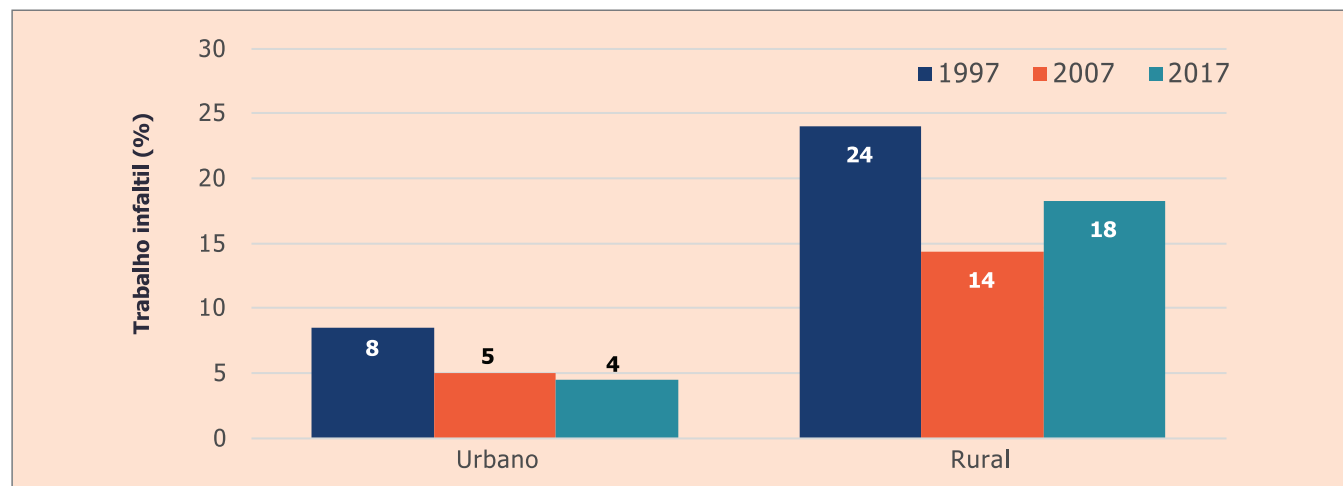
Gráfico 7-4: Percentagem de crianças 7-17 trabalhando, por faixa etária, sexo e tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

O Gráfico 7-5 mostra um fosso persistente no trabalho infantil entre as zonas urbanas e rurais. Nas zonas urbanas, a participação das crianças em actividades económicas já era relativamente baixa em 1997, sendo de 8%, diminuindo para 4,6% em 2007 e não aumentou posteriormente. Por outro lado, o trabalho infantil nas zonas rurais passou de quase uma em cada quatro crianças (24%) em 1997 para 14% em 2007, mas parece ter aumentado novamente para 18% no último censo. Isto indica que o aumento global do trabalho infantil observado entre 2007 e 2017 se concentrou nas zonas rurais.

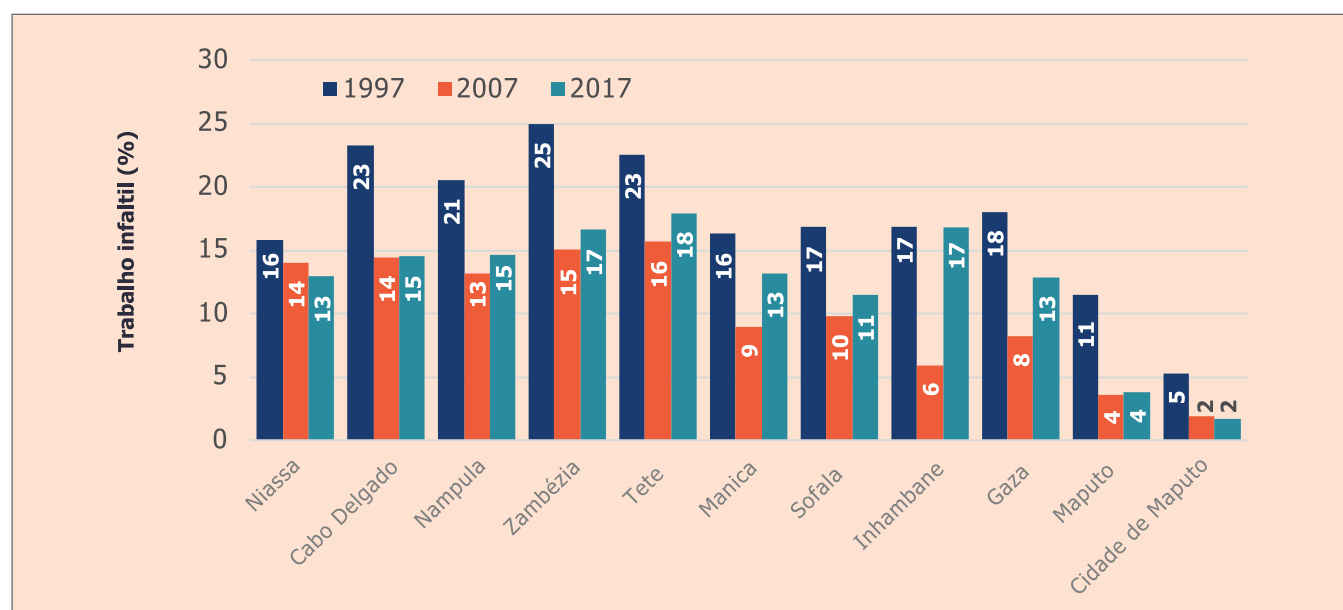
Gráfico 7-5: Percentagem de crianças 7-17 trabalhando por área de residência, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Diferentes padrões emergem também ao olhar para as onze províncias: em 1997 o trabalho infantil era mais elevado na Zambézia, Cabo Delgado, Tete e Nampula, em 2007 tinha caído 7 a 10 pontos percentuais, mas não se registaram mais progressos em 2017. Em Manica, Sofala e Gaza, a participação de crianças em actividades económicas passou de 16-18% em 1997 para 8-10% em 2007 e para 11-13% em 2017. A província de Inhambane mostra tanto a melhor como a pior melhoria, com o trabalho infantil a oscilar de 17% em 1997, para 6% em 2007 e de volta aos 17% em 2017. Niassa é a única província em que se registou uma ligeira, mas constante diminuição do trabalho infantil, enquanto a participação de crianças em actividades económicas na província e cidade de Maputo tende a alinhar-se com o padrão das áreas urbanas (Gráfico 7-6).

Gráfico 7-6: Percentagem de crianças 7-17 trabalhando por província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



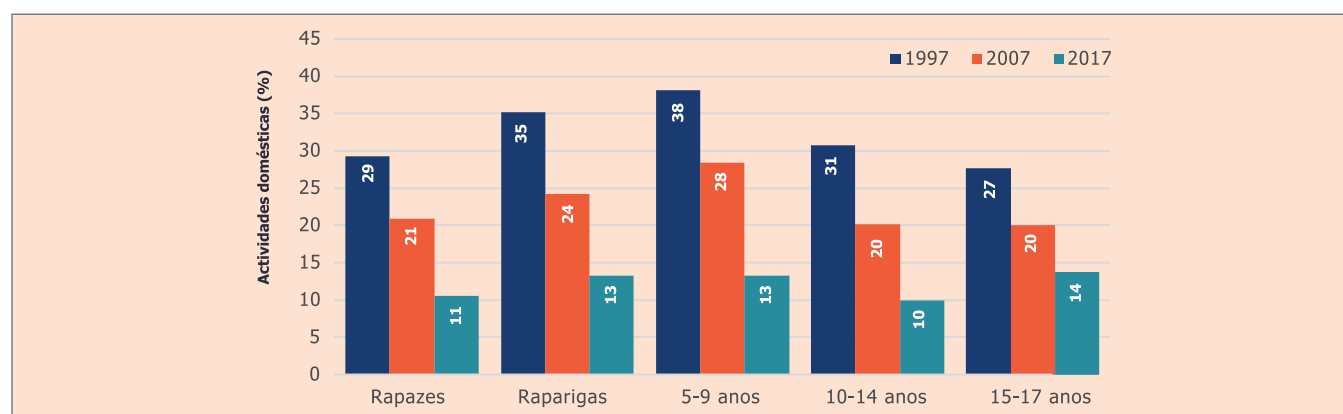
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

TAREFAS DOMÉSTICAS DENTRO DO AGREGADO FAMILIAR

Em termos de tarefas domésticas não remuneradas,^[20] diferentemente da participação das crianças em actividades económicas, a percentagem de crianças que exercem tarefas domésticas não remuneradas tem diminuído de forma contínua nos últimos 25 anos, de 32% em 1997 para 12% em 2017. Subsiste uma pequena diferença entre rapazes e raparigas, mas que também vem diminuindo, uma vez que as raparigas ainda são mais susceptíveis de ajudar no lar

em 2 pontos percentuais em 2017 em comparação com uma diferença de 6 pontos percentuais em 1997. Até 2007, as crianças mais jovens (demasiado jovens para trabalhar fora) costumavam ser as mais propensas a dedicar-se aos serviços domésticos, mas isto parece ter mudado nos últimos anos. A partir de 2017, cerca de 14% das crianças mais velhas 15-17, 13% das crianças com menos de 10 e 10% das crianças 10-14 envolvidas em actividades domésticas (Gráfico 7-7).^[21]

Gráfico 7-7: Percentagem de crianças 7-17 envolvidas em actividades domésticas não remuneradas por sexo e faixa etária, Moçambique, 1997, 2007 e 2017

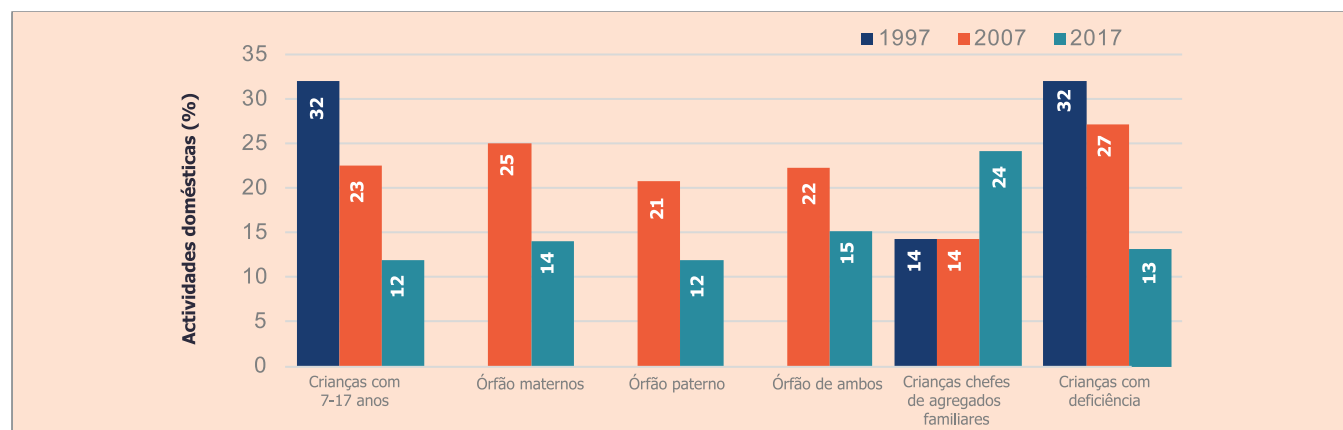


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A participação no trabalho doméstico diminuiu significativamente para as crianças que perderam um ou ambos os pais e para as crianças com deficiência, de acordo com a tendência média. As crianças que são chefes de agregados familiares representam uma excepção: embora menos de 14% tenham participado em

trabalho doméstico em 1997 e 2007, a proporção aumentou mais de dez pontos percentuais até ao último recenseamento. Isto sugere que a menor participação no trabalho fora do agregado familiar é de certa forma substituída por trabalho doméstico e não a escola (Gráfico 7-8).

Gráfico 7-8: Percentagem de crianças 7-17 envolvidas actividades domésticas não remuneradas por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



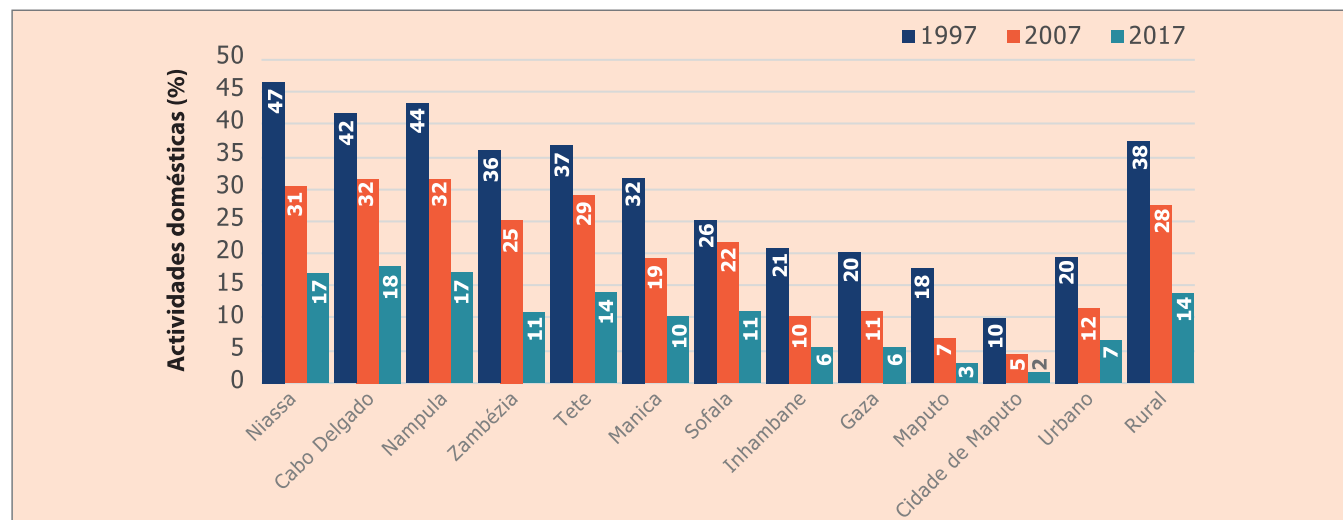
Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

[20] Na definição adoptada, as tarefas domésticas seria uma actividade concorrente ao trabalho fora do lar, mas não à escola.

[21] Nota-se que isto não inclui crianças com menos de 7 anos, uma vez que a questão relevante do censo não se lhes aplicava.

A participação de crianças em tarefas domésticas não remuneradas é consistentemente mais elevada nas zonas rurais e províncias do Norte, embora a participação tenha diminuído de forma generalizada ao longo do tempo (Gráfico 7-9). Em Niassa em 1997, quase uma em cada duas crianças tinham responsabilidades sobre actividades domésticas não remuneradas. Já em 2017, cerca de 17% das crianças estavam envolvidas em actividades domésticas não remuneradas. Já na Cidade de Maputo, a percentagem de crianças que eram responsáveis por tarefas domésticas não remuneradas cai de 10% em 1997 para cerca de 2% em 2017.

Gráfico 7-9: Percentagem de crianças 7-17 envolvidas actividades domésticas não remuneradas por área de residência e província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

7.3 FACTORES ASSOCIADOS AO TRABALHO INFANTIL

A análise de regressão foi conduzida para investigar melhor quais os factores que afectam o trabalho infantil e em que medida, controlando para todos os outros factores considerados. O Gráfico 7-11 apresenta os principais resultados desta análise. Ser órfão está associado à probabilidades mais elevadas de se envolver em actividades económicas, sendo o efeito mais forte (1%) para as crianças que perderam ambos os pais. As crianças que são chefes de agregados familiares têm cerca de 5% mais probabilidades de participar em actividades económicas. Por outro lado, as crianças com deficiência têm menos probabilidades de trabalhar fora do agregado familiar.

As raparigas são ligeiramente menos susceptíveis de se envolverem em actividades económicas do que os rapazes, embora em menos de 1%. À medida que as crianças crescem, as probabilidades de participarem no trabalho infantil aumentam. As crianças falantes de língua portuguesa têm menos probabilidades de participar no trabalho infantil. O trabalho infantil está negativamente correlacionado com o facto de ter ou não uma certidão de nascimento: as crianças que não estão registadas no registo civil têm mais probabilidades de participar no trabalho infantil.

As crianças biológicas do chefe de agregados familiares são ligeiramente menos propensas a participar no trabalho infantil. A dimensão do agregado familiar desempenha um papel marginal, mas positivo, na determinação da participação das crianças no trabalho infantil. A medida que aumenta o número de irmãos (filhos do chefe do agregado familiar), aumenta também a probabilidade das crianças participarem em actividades económicas. Ser a criança mais velha do chefe do agregado familiar, aumenta a probabilidade das crianças participarem em trabalho infantil, o que se torna menos provável para a criança mais nova do agregado familiar.

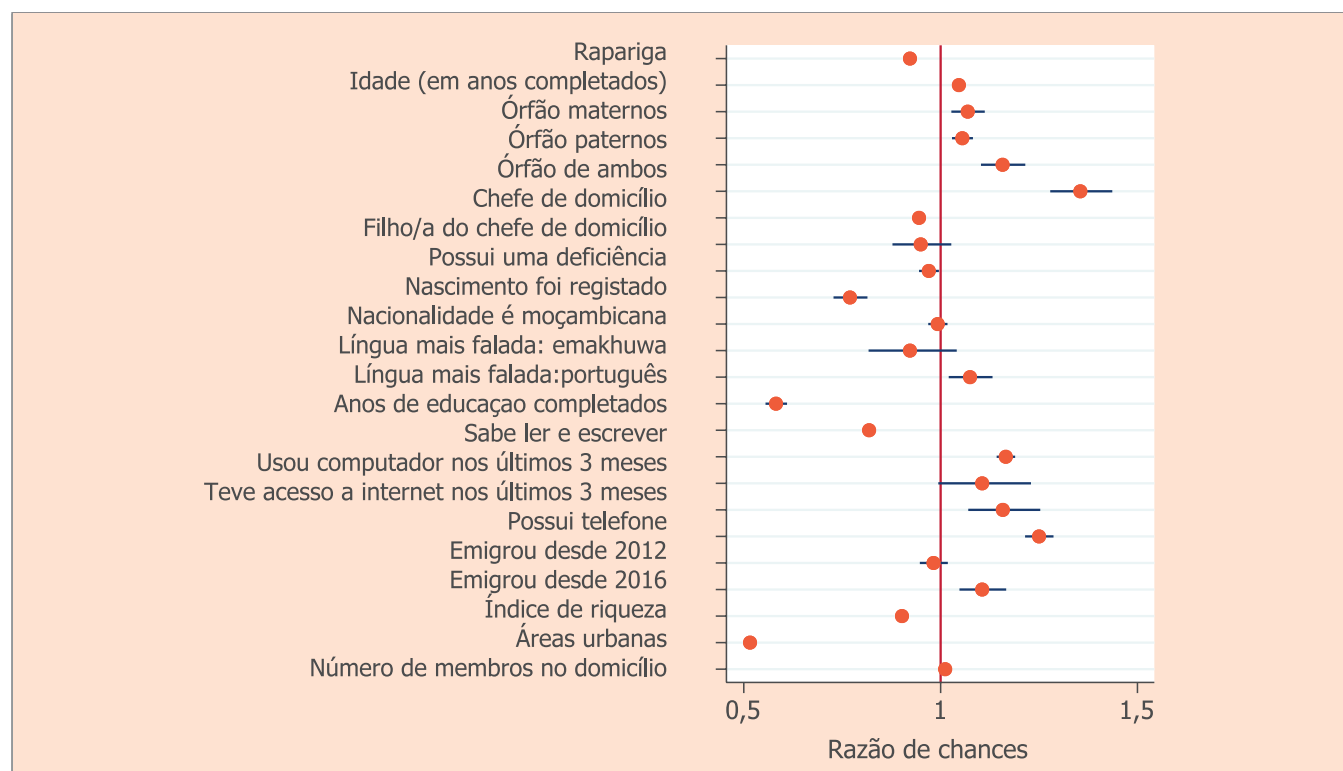
A educação (classe mais elevada concluída) está negativamente associada ao trabalho infantil, sendo o efeito potencialmente mediado pelo nível de vida, mas reflectindo também o compromisso parcial entre o trabalho e a ida à escola. Por outro lado, a alfabetização está positivamente correlacionada com a participação em actividades económicas: ser capaz de ler e escrever é potencialmente um requisito necessário para ser empregado, mesmo que informalmente. A utilização do computador, o acesso à Internet e a posse de um telefone estão todos positivamente correlacionados com o trabalho infantil.

Ter-se mudado do estrangeiro no último ano afecta negativamente as probabilidades de trabalho infantil, enquanto os resultados em relação à migração interna são mistos: ter-se mudado no último ano está positivamente correlacionado com o trabalho infantil (a mudança pode mesmo ser motivada pelo trabalho) enquanto ter mudado nos últimos 5 anos está negativamente correlacionado com o trabalho infantil.

As melhores condições de vida diminuem as probabilidades das crianças se dedicarem à actividades económicas. As crianças baseadas em áreas urbanas têm 6% menos probabilidades de participar em actividades económicas, o que é consistente com as crianças das áreas urbanas terem mais probabilidades de frequentar a escola.

O nível de alfabetização e educação dos pais está negativamente correlacionado com a participação das crianças no trabalho infantil. Por outro lado, se um ou ambos os pais trabalham, é mais provável que as crianças também participem no trabalho infantil.

Gráfico 7-11: Coeficientes de regressão do trabalho infantil (actividades económicas), Moçambique, 2017



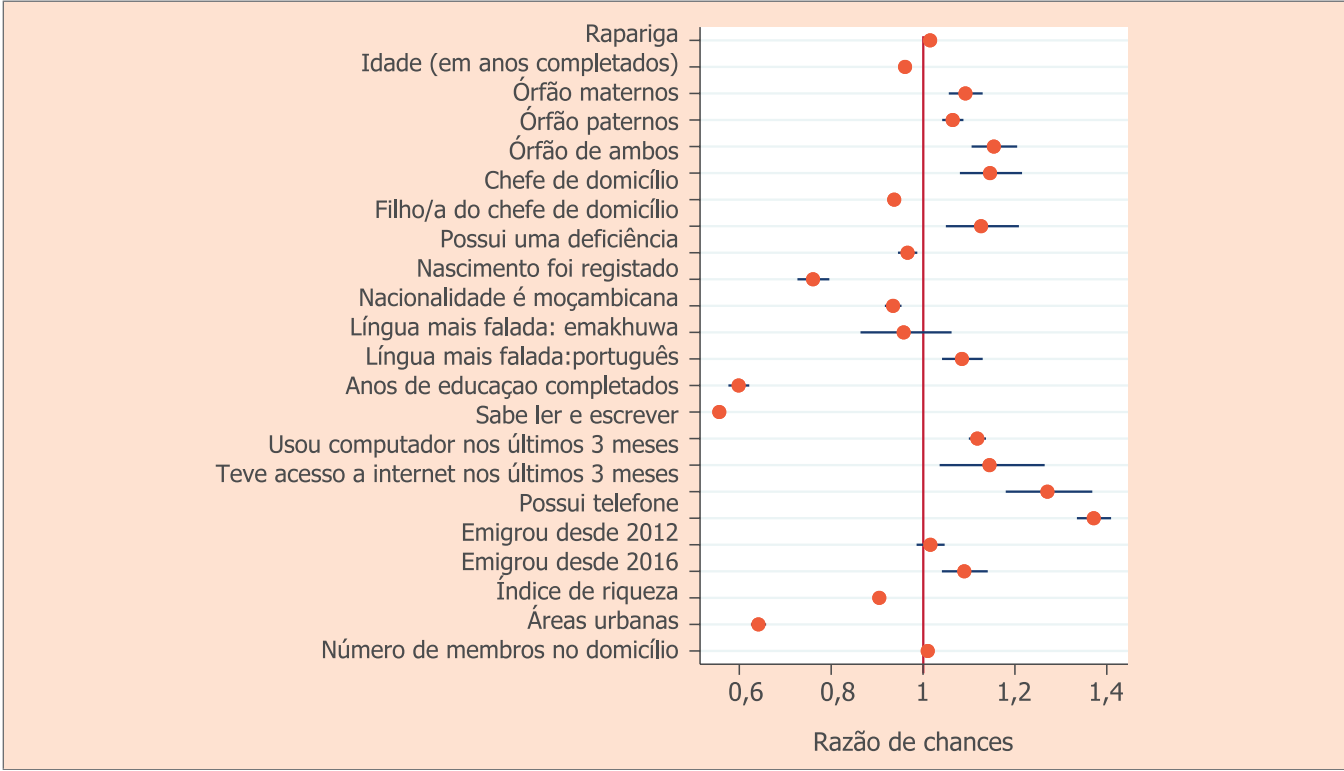
Fonte: INE, Censo 2017. Notas: Estimativas das razões de chances, representadas em pontos cor-de-laranja, foram estimadas a partir de um modelo logit a nível individual. As barras horizontais representam intervalos de confiança de 90%. As regressões incluem efeitos fixos distritais e os pesos de amostragem foram considerados. Ver Anexo 2 para resultados completos da regressão.

Os resultados são provenientes de regressões de modelos Logit. Pesos de amostragem foram aplicados. A variável dependente é uma variável binária que é igual a um se a criança de 7-17 anos de idade esteve envolvida em trabalho infantil (apenas em actividades zero caso contrário). As regressões incluem variáveis independentes sobre características individuais e do domicílio. Efeitos fixos distritais foram incluídas nos Modelos 2, 4 e 6. Erro padrão agrupado (clusterizados) por distrito são apresentados entre parênteses. * $p < 0,10$ ** $p < 0,05$ *** $p < 0,01$.

O Quadro A2 mostra os coeficientes de regressão quando o trabalho doméstico é incluído na definição de trabalho infantil. Para as crianças que perderam um ou ambos os pais, a correlação positiva com o trabalho infantil não só se mantém quando se inclui o trabalho doméstico, mas a magnitude é também ligeiramente superior. Pelo contrário, a magnitude da associação entre ser chefe de agregados familiares e o trabalho infantil é menor (um%) quando se inclui o trabalho doméstico, sugerindo que os chefes de agregados familiares podem sentir mais urgência de se envolverem em trabalho remunerado para sustentar a família. Mesmo incluindo o trabalho doméstico, as crianças com deficiência têm menos probabilidades de participar no trabalho.

Ao incluir o trabalho doméstico, o sexo continua a ter um impacto significativo na probabilidade de trabalho infantil, mas na direcção oposta, uma vez que as raparigas têm mais probabilidades de participar no trabalho se isso incluir o trabalho doméstico. O sinal no coeficiente de idade é também invertido, sendo as crianças menos propensas a participar no trabalho à medida que crescem. A direcção da correlação mantém-se inalterada para todos os outros factores.

Gráfico 7-12: Coeficientes de regressão do trabalho infantil (incluindo actividades domésticas não remuneradas), Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017. Notas: Estimativas das razões de chances, representadas em pontos cor-de-laranja, foram estimadas a partir de um modelo logit a nível individual. As barras horizontais representam intervalos de confiança de 90%. As regressões incluem efeitos fixos distritais e os pesos de amostragem foram considerados. Ver Anexo 2 para resultados completos da regressão.

8 UNIÕES PREMATURAS E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Moçambique ainda tem uma das taxas mais elevadas de uniões prematuras do mundo: de acordo com o VACS 2019, mais de 41% dos jovens moçambicanos entre os 18 e 24 anos já estavam casados ou em relações de facto antes dos 18 anos. A união prematura está também estreitamente ligada à gravidez na adolescência e associado ao abandono escolar, violência de género, elevada mortalidade materna e neonatal e geralmente menos oportunidades para as raparigas. Ciente disto, desde o Censo de 2017, Moçambique teve progressos significativos em termos de legislação. Revogou a lei que proibia as raparigas grávidas de frequentar a escola diurna em 2018 e proibiu-se as uniões prematuras em 2019. Isto contribuirá para mitigar os fenómenos das uniões prematuras e da gravidez na adolescência, mas não necessariamente afectará as suas causas profundas.

8.1 DEFINIÇÕES

A Lei de Prevenção e Combate as Uniões Prematuras definem as uniões prematuras como sendo “*a ligação entre pessoas em que pelo menos uma seja criança... com propósito imediato ou futuro de constituir família*”. Ainda a lei estabelece que seja esta ligação um “*...uniões prematuras, noivado, a união de facto ou qualquer que seja equiparável a relação de conjugalidade, independentemente da sua designação regional ou local, envolvendo criança são consideradas como união prematura...*” (Artigo 2, Lei 19/2019 de 22 de Outubro). Portanto, não é necessário que a união seja formalmente inscrita no registo civil (ou em registos religiosos) para ser abrangida pela definição de uniões prematuras. Estar numa união conjugal, ou seja, levar uma vida matrimonial de acordo com os costumes locais, é suficiente para que menores de 18 anos sejam considerados casados.

Para efeitos deste estudo, os indivíduos envolvidos nas uniões prematuras são identificados como crianças entre os 12 e os 18 anos de idade, na altura do censo, que já foram casados (actualmente casados, separados, divorciados, viúvos) ou

numa união conjugal. De facto, o Censo recolhe dados sobre o estado civil actual para pessoas com 12 ou mais anos de idade sem fornecer informações sobre a idade em que se casaram pela primeira vez. Como resultado, este estudo investiga as uniões prematuras entre aqueles que eram menores em 2017, mas não foi possível traçar um quadro mais amplo de todos os residentes de 2017 que alguma vez estiveram envolvidos nas uniões prematuras, nem explorar quaisquer padrões intergeracionais. Por exemplo, se os filhos de casais que se casaram cedo são mais propensos a casar cedo.

A gravidez na adolescência refere-se a raparigas que engravidam antes dos 20 anos de idade (OMS). Para efeitos deste estudo, as mães adolescentes são identificadas como raparigas entre os 10 e os 18 anos de idade na altura do censo que já tiveram nados-vivos, excluindo, portanto, a interrupção da gravidez e natimortos. Isto baseia-se nos dados do Censo sobre o número de crianças alguma vez nascidas vivas, recolhidos para mulheres com idades compreendidas entre os 10 e 50 anos. Similar a medição das uniões prematuras, os dados permitem identificar as mulheres que eram menores em 2017 e já tinham filhos, mas não informam sobre as mulheres que alguma vez estiveram grávidas antes dos 18 anos, já que não é a idade na primeira gravidez ou nados-vivos não é perguntada. O Censo não regista a data de nascimento e não permite fazer corresponder os registos das crianças e dos pais dentro do agregado familiar, excepto para os filhos do chefe do agregado familiar. Foram identificadas algumas inconsistências nos dados em relação ao número de crianças.^[22]

8.2 PREVALÊNCIA DAS UNIÕES PREMATURAS

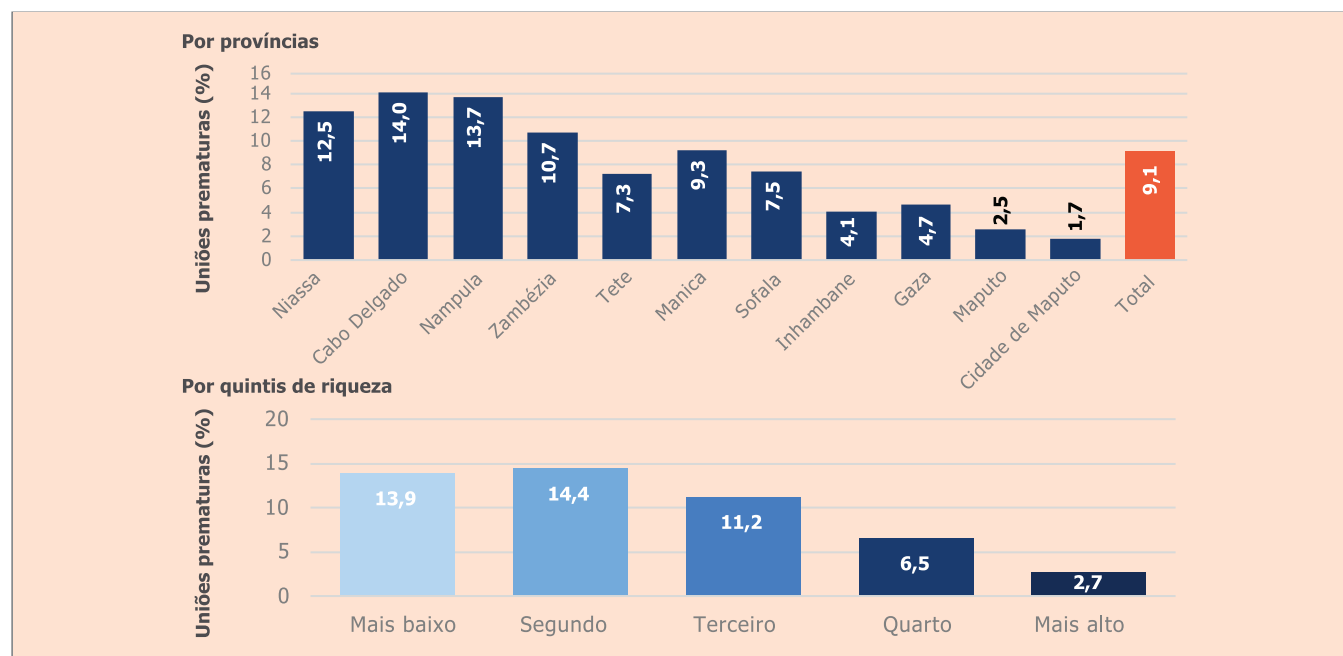
Em Moçambique, as raparigas têm mais probabilidades (15%) do que os rapazes (3%) de estarem casadas (ou já foram casadas), sendo as crianças que vivem em zonas urbanas significativamente menos susceptíveis (5%) de estarem casadas do que as crianças das zonas rurais (11%).

[22] Quando mais de 2 filhas ou 2 filhos foram relatados para os inquiridos com menos de 14 anos, presume-se que a idade da criança foi relatada em vez do número e o número corrigido para 1. Ver Anexo 4 para mais detalhes.

A prevalência das uniões prematuras é maior em Cabo Delgado e Nampula (14%), seguido por Niassa (13%). As crianças em agregados familiares mais pobres têm mais probabilidades de serem casadas do que as crianças em agregados familiares mais ricos (Gráfico 8-1). Crianças dos

quintis mais baixo têm cerca de 5 vezes mais chances de estarem casadas do que crianças no quintil mais rico, o que demonstra que uniões prematuras é um fenómeno social que impacta de forma igual todas as crianças.

Gráfico 8-1: Prevalência das uniões prematuras por província e por quintis de riqueza, Moçambique, 2017

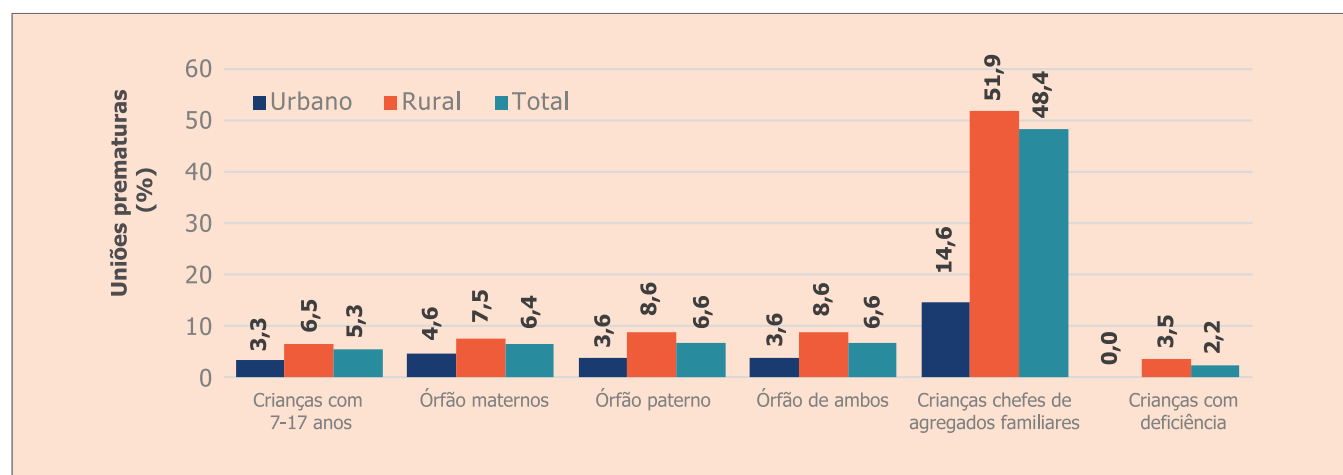


Fonte: INE, Censo 2017.

Olhando para os grupos vulneráveis de interesse, a união prematura de menores é mais predominante entre as crianças que são chefes de agregados familiares, especialmente nas zonas rurais. Cerca de 48% das crianças chefes de agregados familiares estão ou já estiveram casadas. Em zonas rurais, uniões prematuras entre crianças chefes de agregados familiares chega a ser de um pouco menos do que 52%, o

que é 3,5 vezes superior ao percentual em áreas urbanas entre crianças chefes de agregados familiares (14,6%). A prevalência das uniões prematuras é superior à média entre as crianças que perderam um ou ambos os pais, enquanto é inferior à média entre as crianças com deficiência, mas não muito diferente da média nacional.

Gráfico 8-2: Percentagem de crianças entre 12 e 17 anos de idade casadas por grupo de vulnerabilidade e área de residência, Moçambique, 2017

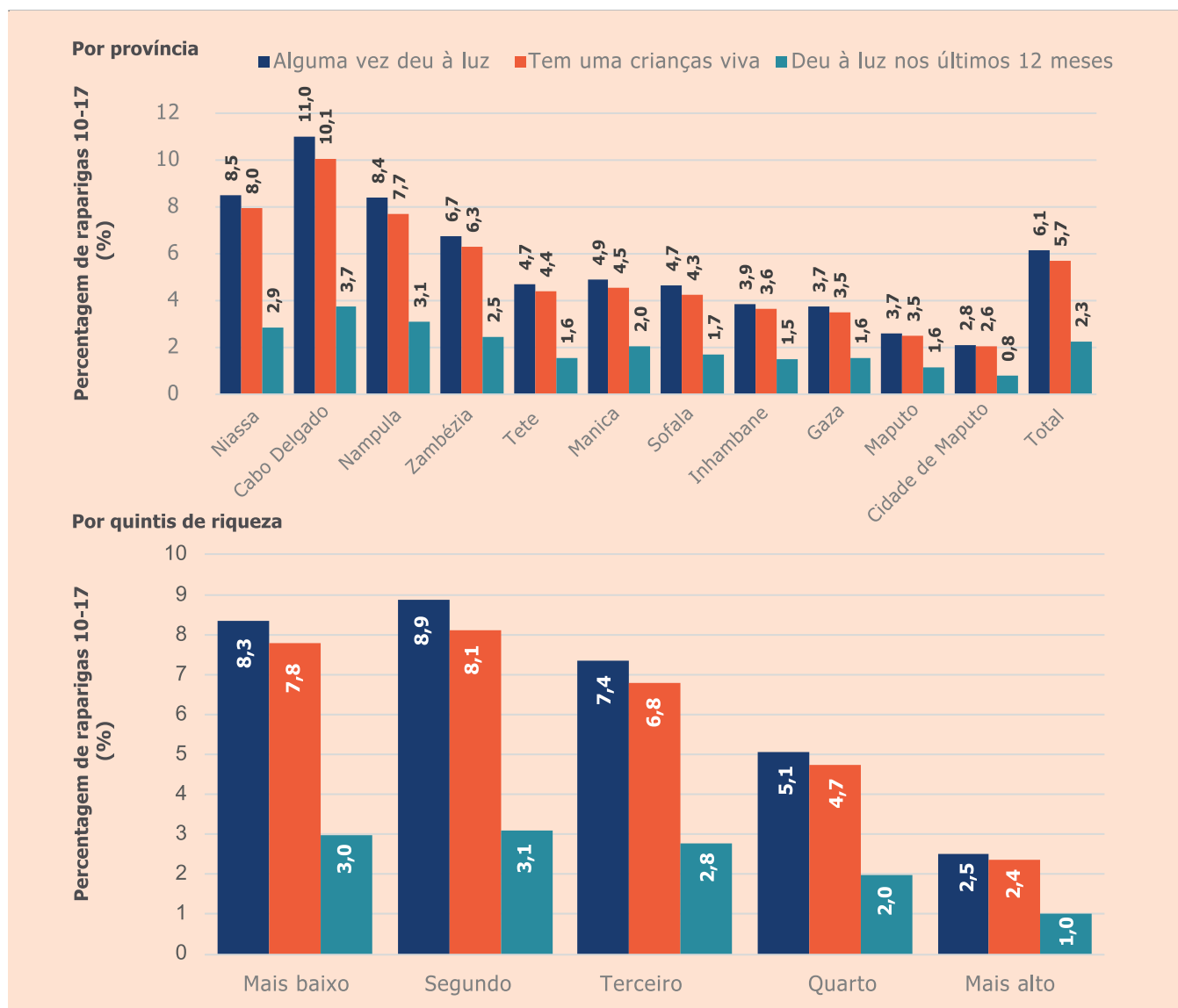


Fonte: INE, Censo 2017.

8.3 PREVALÊNCIA DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Assim como uniões prematuras, a gravidez na adolescência também é mais elevada nas zonas rurais (7%) em comparação com os locais urbanos (4%). A maior incidência de adolescentes que alguma vez já deu à luz foi registada em Cabo Delgado (11%) seguido de Niassa e Nampula (8%). Na Cidade de Maputo, o percentual é de 2%, muito inferior do que as províncias do Norte. As raparigas dos agregados familiares na metade inferior da distribuição da riqueza têm mais probabilidades de ter filhos antes dos 18 anos (Gráfico 8-3). Cerca de 8 a 9% das raparigas entre 10 e 17 anos nos dois quintis mais pobres já deram à luz pelo menos uma vez. Já no quintil mais rico, o percentagem é de 2,5%. Considerando apenas os últimos doze meses, cerca de 2,3% das raparigas entre 10 e 17 anos deram à luz.

Gráfico 8-3: Percentagem de raparigas 10-17 que tiveram filhos por província e quintis de riqueza, Moçambique, 2017

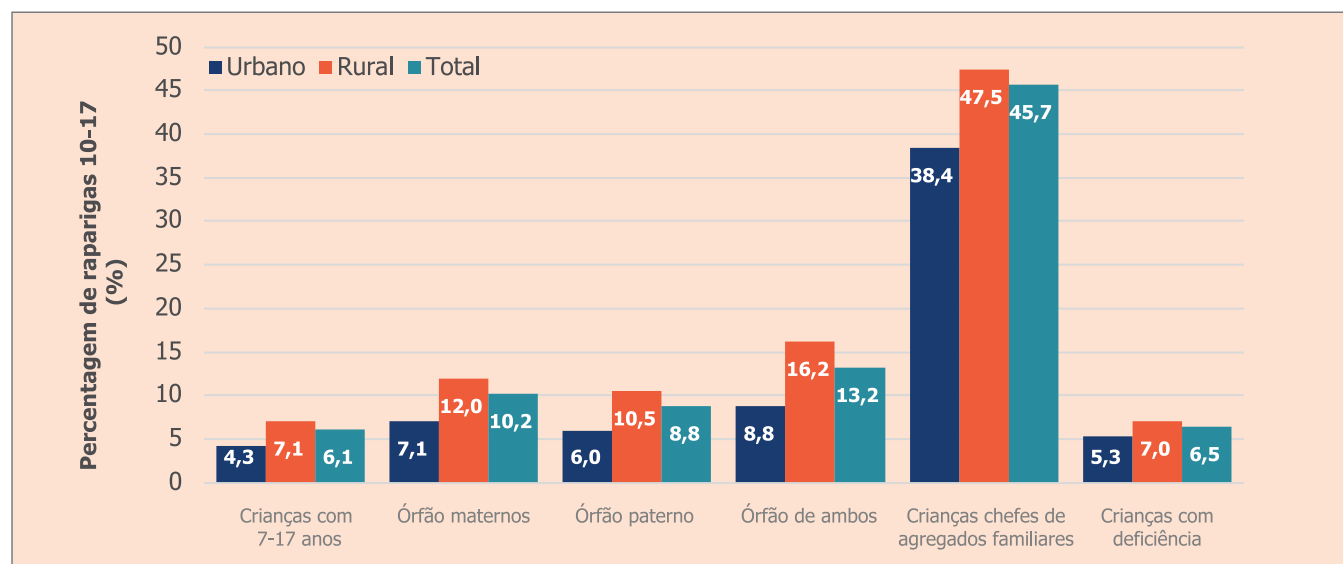


Fonte: INE, Censo 2017.

Olhando para os grupos de interesse vulneráveis, a prevalência da gravidez precoce atinge 46% entre as crianças que são chefes de agregados familiares, em comparação com uma média geral de 6%. De facto, engravidar e ser chefe de agregados familiares são potencialmente determinados simultaneamente: as raparigas que engravidam podem, como resultado, separar-se do seu agregado familiar original; por outro lado, as raparigas que iniciam a sua própria família terão provavelmente filhos. A elevada incidência de gravidez precoce entre as raparigas que são chefes de agregados familiares aponta potencialmente para

uma situação de extrema vulnerabilidade para as raparigas menores de idade que se vejam responsáveis não só por os seus filhos, mas por todo o agregado familiar. As taxas de gravidez estão também acima da média entre raparigas que perderam um ou ambos os pais, enquanto não parece haver quaisquer diferenças relevantes entre raparigas com e sem deficiência. As raparigas das zonas rurais têm mais probabilidades de ter filhos em comparação com as raparigas das zonas urbanas.

Gráfico 8-4: Percentagem de crianças entre 10-17 anos de idade que já tiveram filhos por grupo de vulnerabilidade e área de residência, Moçambique, 2017



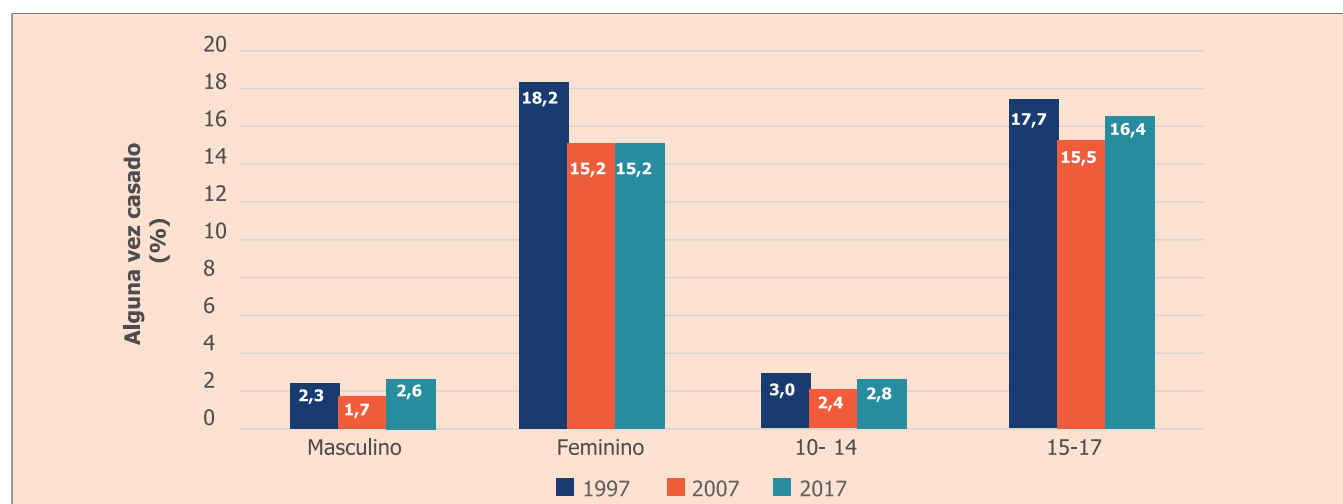
Fonte: INE, Censo 2017.

8.4 TENDÊNCIAS DA UNIÕES PREMATURAS E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

UNIÕES PREMATURAS

Apesar dos esforços para limitar este fenómeno, Moçambique não registou grandes mudanças nas taxas de uniões prematuras nos últimos 25 anos. As uniões prematuras afectam esmagadoramente mais raparigas do que rapazes, o que significa que é relativamente comum que raparigas menores de idade se casem com homens mais velhos. De facto, foram feitos progressos entre 1997 e 2007, com as uniões prematuras de raparigas a cair de 18 para 15%, mas a situação não parece ter melhorado depois disso. Gráfico 8-5 Também mostra uma repartição por subgrupos etários.

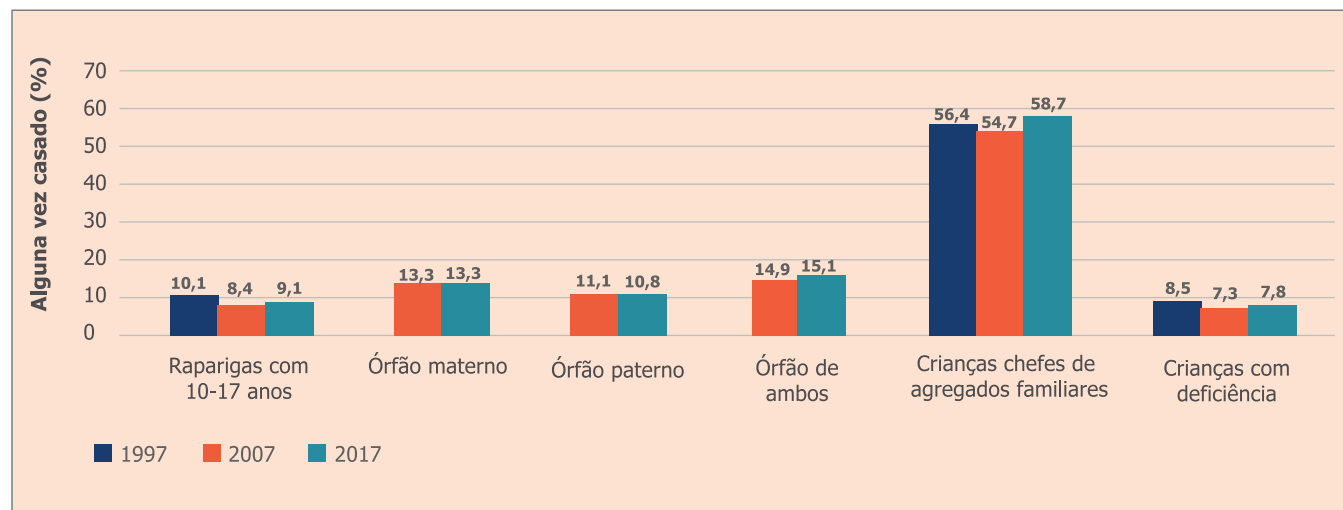
Gráfico 8-5: Percentagem de crianças entre 12-17 casados por sexo e faixa etária, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A prevalência das uniões prematuras manteve-se bastante estável ao longo do tempo, com crianças órfãs ligeiramente mais propensas do que a média a casar antes dos 18 anos e crianças com deficiência ligeiramente menos propensas do que a média. Como já foi referido, a maioria das crianças que são chefes de agregados familiares seriam casadas. Entre este grupo, a prevalência das uniões prematuras nunca parece ter descido abaixo dos 55% e parece mesmo ter aumentado para 59% na altura do último censo (Gráfico 8-6).

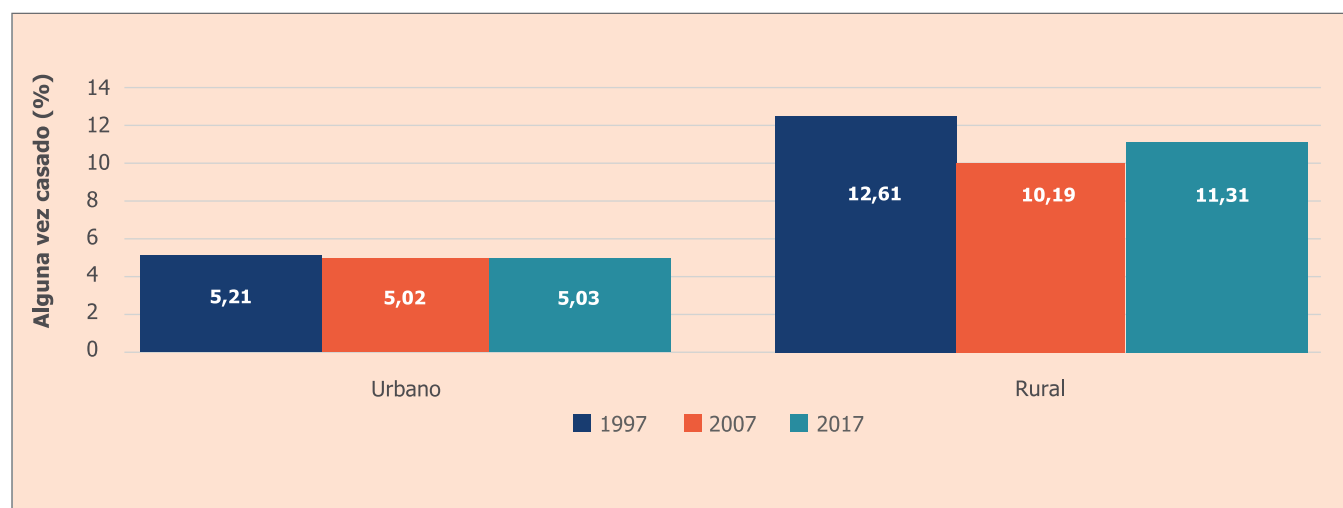
Gráfico 8-6: Percentagem de crianças 12-17 casadas por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

As uniões prematuras continuam a ser mais prevalente nas zonas rurais e mais carenciadas: enquanto uma taxa média constante de 5% tem sido registada ao longo do tempo nas zonas urbanas, a taxa de uniões prematuras nas zonas rurais flutuou entre 13 e 11% entre 1997 e 2017 (Gráfico 8-7).

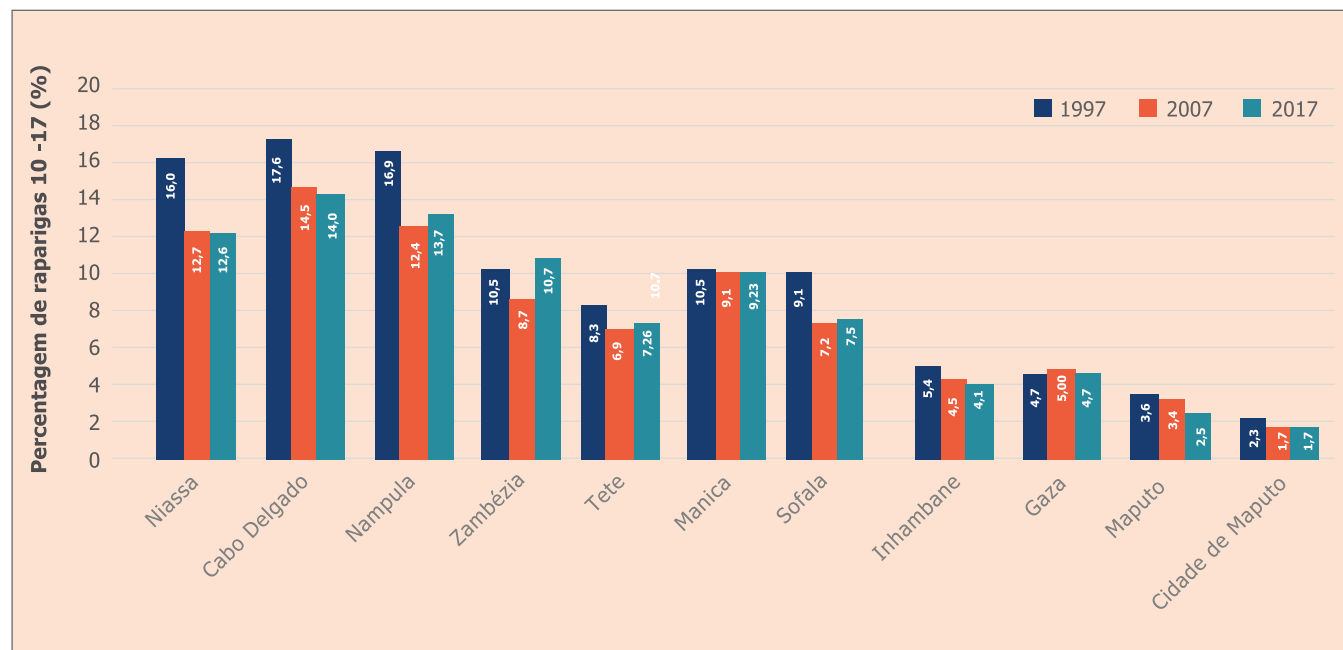
Gráfico 8-7: Percentagem de crianças de 12-17 casadas por área de residência, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

Foram registadas mudanças muito mínimas nas uniões prematuras nas províncias que já tinham taxas mais baixas, ou seja, Cidade de Maputo, província de Maputo, Gaza e Inhambane. Sofala, Manica e Tete registaram apenas alguns progressos limitados entre 1997 e 2007. Curiosamente, na Zambézia, os progressos feitos entre 1997 e 2007 foram mais do que invertidos até 2017. Nampula foi a província que registou a maior queda nas uniões prematuras entre 1997 e 2007 (de 17 a 12%), mas mais uma vez este facto foi parcialmente compensado até 2017. Finalmente, Niassa e Cabo Delgado, viram as uniões prematuras cair cerca de 3 pontos percentuais entre 1997 e 2007 e a prevalência não aumentou posteriormente (Gráfico 8-8)

Gráfico 8-8: Percentagem de crianças entre 12-17 casados por província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017

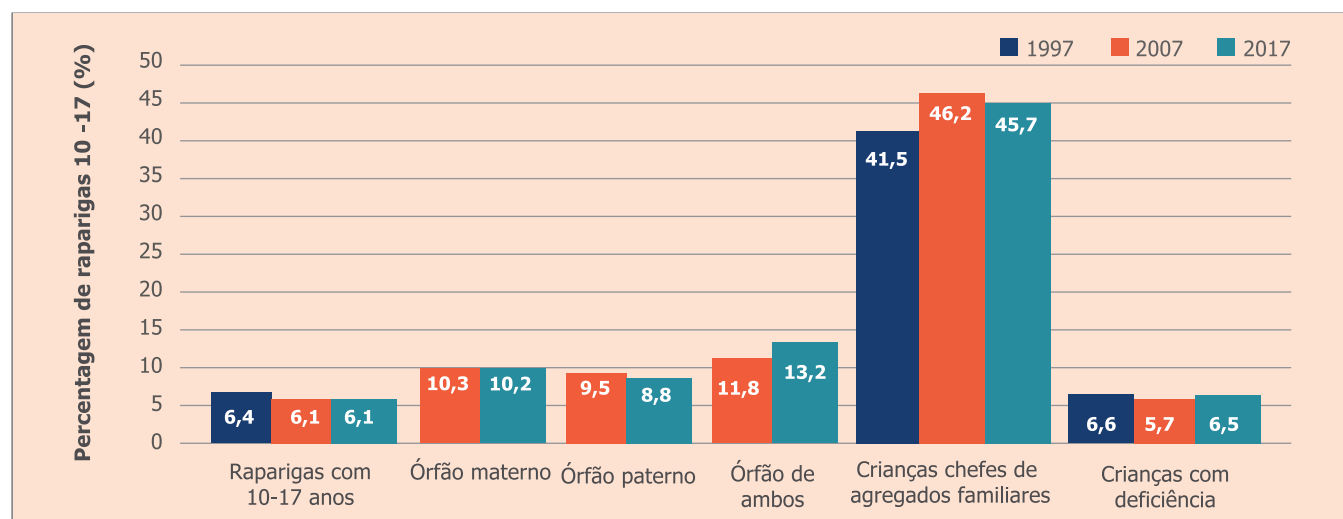


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

À semelhança das uniões prematuras Moçambique não testemunhou quaisquer mudanças significativas na gravidez na adolescência, o que afecta cerca de 6% das raparigas dos 10 aos 17 anos de idade. Como já foi referido, as órfãs tendem a ser ligeiramente mais vulneráveis à gravidez na adolescência, as crianças com deficiência ligeiramente menos afectadas e as crianças que são chefes de agregados familiares são aquelas entre as quais as taxas de gravidez (e uniões prematuras) são mais elevadas (46%, Gráfico 8-9).

Gráfico 8-9: Percentagem de raparigas entre 10-17 grávidas por tipo de vulnerabilidade, Moçambique, 1997, 2007 e 2017

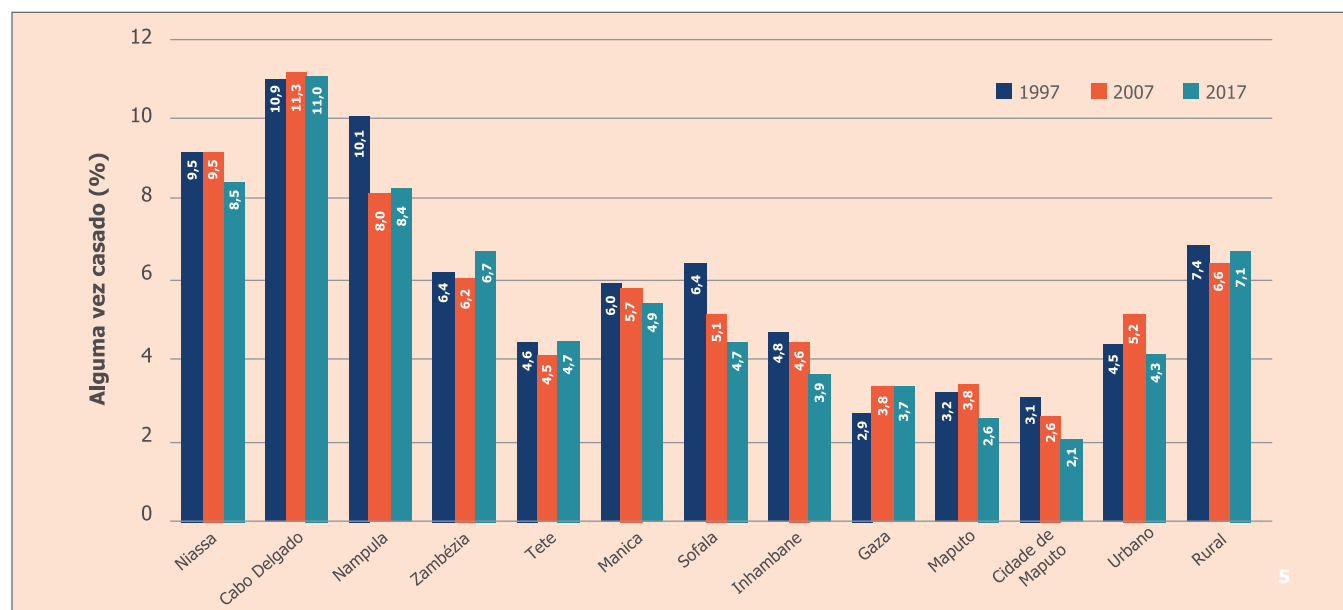


Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

A gravidez na adolescência é mais prevalente nas zonas rurais do que nas urbanas, mas não se observam tendências definidas ao longo do tempo. Do mesmo modo, entre províncias, foram registadas variações de dois pontos percentuais no máximo (em Nampula entre 1997 e 2007) nos últimos três recenseamentos. Enquanto Niassa, Manica, Inhambane e Maputo mostraram

algum progresso entre 2007 e 2017 em termos de taxas mais baixas de gravidez na adolescência, Nampula, Zambézia e Tete parecem ter visto um ligeiro, mas preocupante aumento na taxa de gravidez na adolescência (Gráfico 8-12).

Gráfico 8-12: Percentagem de raparigas entre 10-17 grávidas por área de residência e província, Moçambique, 1997, 2007 e 2017



Fonte: INE, Censos 1997, 2007, 2017.

8.5 FACTORES ASSOCIADOS A UNIÕES PREMATURAS

A análise de regressão foi utilizada para investigar a relação entre as uniões prematuras, pertencente a um dos grupos vulneráveis e as características individuais e domésticas. Os órfãos entre os 12 e os 18 anos de idade têm menos probabilidades do que os seus pares de serem casados. As crianças que são chefes de agregados familiares têm 29% mais probabilidades do que os seus pares de serem casados. De facto, é provável que se tornem chefes de agregados familiares ao casarem e mudarem-se para fora da sua casa familiar. As crianças com deficiência têm 3% menos probabilidades do que os seus pares de se casarem.

As raparigas têm 10% mais probabilidades do que os rapazes de se casarem antes dos 18 anos. Todos os anos, as probabilidades de uma criança entre 12-18 anos de idade aumentam em média 3%. As crianças de nacionalidade moçambicana têm cerca de 3% menos probabilidades de serem casadas do que as crianças de outras nacionalidades. As crianças de língua portuguesa são ligeiramente menos propensas a casar, enquanto as crianças cuja língua principal é o Emakhuwa são mais 1 a 2% mais propensas a casar. As crianças que estão registadas no Registo Civil têm uma probabilidade ligeiramente menor (1%) de serem casadas do que as não registadas.

Os genros e noras dos chefes de agregados familiares têm 43% mais probabilidades de serem casados do que outros filhos (se forem genros é porque casaram e se mudaram para a casa dos pais do cônjuge). As crianças em agregados familiares maiores parecem ter menos probabilidades de serem casados. As crianças que são os filhos mais novos do chefe de agregados familiares têm 4% mais probabilidades do que outras de serem casadas. Ser o filho mais velho da casa está associado a probabilidades ligeiramente maiores de uniões prematuras, enquanto ter mais irmãos diminui as probabilidades de uniões prematuras.

Os resultados também confirmam a relação negativa bem estabelecida entre as uniões prematuras e o nível de educação: à medida que a educação aumenta, as probabilidades das

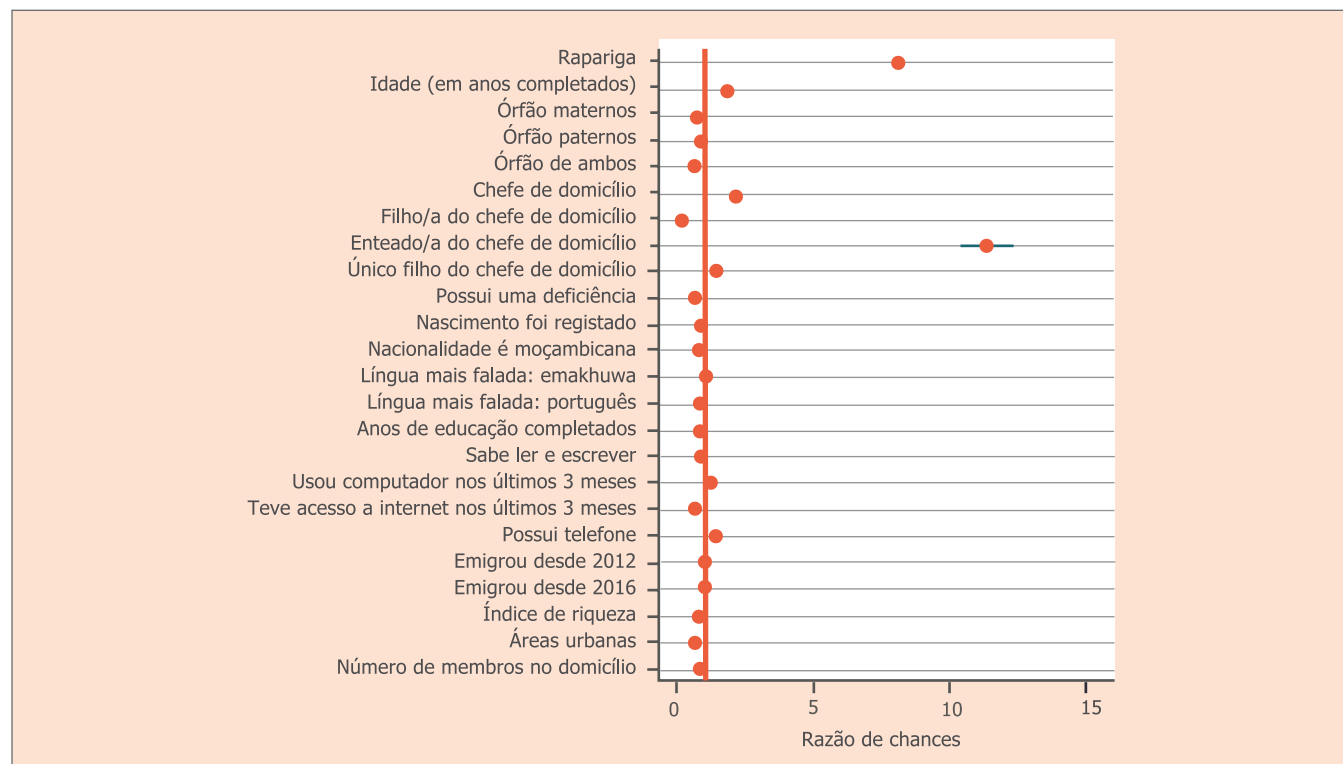
crianças serem casadas diminuem. Resultados semelhantes são observados em relação à alfabetização (capacidade de ler e escrever). Possuir um telefone e ter acedido à Internet estão negativamente correlacionados com as uniões prematuras, enquanto a utilização do computador mostra uma correlação positiva.

Ter migrado nos últimos cinco anos (desde 2012) está negativamente correlacionado com as uniões prematuras, embora o efeito não se torne significativo quando se analisa a migração no ano passado (desde 2016). Ter estado baseado no estrangeiro um ou cinco anos antes não parece afectar as probabilidades de uniões prematuras.

A riqueza está negativamente correlacionada com as uniões prematuras (crianças em agregados familiares mais ricos têm menos probabilidades de casar antes dos 18 anos), embora o efeito seja menor do que 1% em magnitude. As crianças em zonas urbanas têm menos probabilidades do que as crianças em zonas rurais de casar antes dos 18 anos, embora o efeito não seja tão pronunciado como apareceu na análise descritiva quando se controlou por outros factores.

O nível de educação de qualquer dos pais não parece afectar significativamente as probabilidades de uniões prematuras. A alfabetização do pai reduz ligeiramente as probabilidades de uniões prematuras (enquanto o efeito da alfabetização da mãe não é significativo). O estado profissional dos pais é considerado como tendo um efeito pequeno, mas significativo nas uniões prematuras: as crianças têm uma probabilidade ligeiramente menor de casar se o pai estiver empregado e uma probabilidade ligeiramente maior de casar se a mãe estiver empregada. Ambas as situações poderiam sugerir uma situação financeira precária para o agregado familiar (em que o pai está desempregado e/ou a mãe trabalha para sustentar a família) em que as uniões prematuras fora do agregado familiar seriam uma forma de levantar alguma pressão dos pais e alcançar melhores padrões de vida.

Gráfico 8-13: Coeficientes de regressão das uniões prematuras, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017. Notas: Estimativas das razões de chances, representadas em pontos cor-de-laranja, foram estimadas a partir de um modelo logit a nível individual. As barras horizontais representam intervalos de confiança de 90%. As regressões incluem efeitos fixos distritais e os pesos de amostragem foram considerados. Ver Anexo 2 para resultados completos da regressão.

8.6 FACTORES ASSOCIADOS À GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A análise de regressão confirmou que as raparigas que são chefes de agregados familiares têm 25% mais probabilidades de ter (tiveram) filhos do que as raparigas que não são chefes de agregados familiares, mas têm características semelhantes (Gráfico 8-14). No entanto, como já foi referido, a relação é provavelmente afectada pela endogeneidade, pelo que o coeficiente é tendencioso. Ao controlar para um conjunto abrangente de características individuais e domésticas, ser órfão (materno, paterno, ou de ambos) não afecta significativamente as probabilidades de gravidez na adolescência. Por outro lado, as raparigas com deficiência têm menos probabilidades de ter filhos antes dos 18 anos, uma constatação que contrasta com os resultados dos testes de diferença, mas em linha com as provas globais.

Para as raparigas dos 10 aos 17 anos, as probabilidades de gravidez aumentam em 2,5% todos os anos. As raparigas com certidão de nascimento e as que falam português têm um pouco menos de probabilidade de engravidar antes dos 18 anos. As melhores condições socioeconômicas estão negativamente correlacionados com a gravidez na adolescência.

As filhas biológicas do chefe do agregado familiar têm menos probabilidades de ter filhos (muitas raparigas com filhos deixariam o seu agregado familiar de origem), enquanto as noras do chefe do agregado familiar têm mais probabilidades de ter filhos (teriam mudado para o agregado familiar de origem do parceiro após a união prematura e/ou gravidez). As raparigas que são a criança mais nova do chefe do agregado familiar têm maiores probabilidades de gravidez, embora isto deva ser interpretado como sendo menos provável de se separarem do agregado familiar de origem depois de engravidarem.

O tamanho do agregado familiar está negativamente correlacionado com a gravidez na adolescência, possivelmente devido ao facto de as raparigas se separarem do agregado familiar de origem e iniciarem um novo agregado familiar, mais pequeno. O número de filhos do chefe de agregados familiares também tem uma correlação negativa com a gravidez na adolescência,

provavelmente determinada por factores semelhantes (o chefe de agregados familiares recém-formado teria menos filhos). As características dos pais (alfabetização, educação e emprego) e se a mãe é a mais velha ou a mais nova dos filhos do chefe não afectam significativamente as probabilidades de ter filhos antes dos 18 anos.

Tanto a alfabetização como a educação têm um impacto negativo sobre a probabilidade de ter filhos antes dos 18 anos. O acesso à Internet, que poderia ser um substituto para o acesso à informação, está também negativamente associado à gravidez na adolescência. Por outro lado, a posse de um telefone tem um ligeiro impacto positivo.

Embora a migração internacional não pareça afectar as probabilidades de engravidar antes dos 18 anos, a migração interna (de um distrito para outro) nos últimos cinco anos ou no último ano está associada a menores probabilidades de gravidez.

Gráfico 8-14: Resultados da regressão da gravidez na adolescência, Moçambique, 2017



Fonte: INE, Censo 2017.

Notas: Estimativas das razões de chances, representadas em pontos cor-de-laranja, foram estimadas a partir de um modelo logit a nível individual. As barras horizontais representam intervalos de confiança de 90%. As regressões incluem efeitos fixos distritais e os pesos de amostragem foram considerados. Ver Anexo 2 para resultados completos da regressão.

9 CONCLUSÕES

Este estudo explorou a situação das crianças em Moçambique utilizando dados do Censo de 2017. Concentrou-se especificamente em quatro áreas temáticas: registo de nascimento e morte de crianças, educação, trabalho infantil e uniões prematuras e gravidez. Ao longo destes quatro temas, o estudo analisou em particular três grupos de crianças especialmente vulneráveis: órfãos, chefes de agregados familiares e crianças com deficiência. A análise de regressão foi utilizada para investigar os factores de registo, educação, trabalho, uniões prematuras e resultados da gravidez.

A partir de 2017, verificou-se que as crianças que perderam um ou ambos os pais tinham menos probabilidades de frequentar a escola e mais probabilidades de se envolverem em trabalho infantil, quer fora quer dentro do agregado familiar, em comparação com crianças com características de outro modo semelhantes. Verificou-se também que as crianças que são chefes de agregados familiares tinham uma probabilidade significativamente menor de frequentar a escola e uma maior probabilidade de participar em trabalho infantil. Os chefes de agregados familiares menores de idade são o grupo com maior incidência de uniões prematuras e de gravidez precoce, uma vez que teriam provavelmente iniciado o seu próprio agregado familiar após a união prematura e/ou a gravidez. Finalmente, as crianças com deficiência têm menos probabilidades do que os seus pares de participar no trabalho infantil e de casar e ter filhos antes de completarem 18 anos. Por outro lado, são também menos propensos a frequentar a escola.

Em todas as áreas, emergiu um padrão consistente de vulnerabilidade, em que grupos de crianças com características semelhantes mostrariam piores resultados: menor percentual de registo de nascimento, menor alfabetização e taxa de frequência escolar, maior participação no trabalho infantil e maior incidência de uniões prematuras e gravidez. As crianças que vivem em zonas rurais estão claramente em desvantagem em comparação com as crianças das zonas urbanas, provavelmente devido à falta de infraestruturas e à inacessibilidade dos serviços. Existe uma divisão semelhante entre as províncias do Norte e do

Sul, em que as crianças nas províncias mais carenciadas do Norte continuam a apresentar resultados piores, apesar dos progressos alcançados nos últimos 25 anos. As crianças que não são de nacionalidade moçambicana e/ou para as quais o português não é a primeira língua parecem também estar em desvantagem em comparação com os seus pares. Como era de esperar, as crianças de agregados familiares mais pobres (em termos de condições de vida) e cujos pais são menos educados tendem a ser mais vulneráveis ao abandono escolar, ao trabalho infantil, a união prematura e à gravidez na adolescência. Finalmente, a falta de registo de nascimento, educação mais deficiente, participação no trabalho, uniões prematuras e gravidez são em si mesmos indicadores de vulnerabilidade das crianças, expondo-as a um maior risco de pobreza mais tarde na vida e na geração seguinte.

De uma perspetiva política, isto traduz-se em proporcionar oportunidades equitativas para todas as crianças moçambicanas, reduzindo o fosso geográfico entre o Norte e o Sul e as zonas rurais e urbanas e atenuando a desvantagem experimentada pelas crianças de agregados familiares não moçambicanas e não lusófonas. Isto incluiria a melhoria da acessibilidade dos serviços, mas também a abordagem de quaisquer barreiras comportamentais. Abaixo estão algumas recomendações chave de política e de pesquisa em torno de quatro áreas focais deste estudo.^[23]

REGISTO DE NASCIMENTO E ÓBITO

Em termos de registo de nascimento e morte de crianças, ocorreram alterações significativas tanto na legislação como na infraestrutura de registo desde o último Censo. No entanto, podem ser tomadas outras medidas para promover o registo de nascimento e óbito de crianças em Moçambique:

- Identificar e promover o registo de nascimento e morte em áreas onde o registo tem sido historicamente baixo
- Retirar as taxas associadas aos registos e certificações de nascimento e óbito
- Investigar mais profundamente as razões pelas quais os agregados familiares atrasam os registos de nascimento

[23] É importante salientar que estas recomendações complementam as apresentadas no Comité dos Direitos da Criança. (2019) e UNICEF (2022)

EDUCAÇÃO

O progresso nos resultados da educação abrandou. Por conseguinte, é importante continuar a insistir na agenda da educação de modo que esta chegue a todas as crianças e evite que indicadores permaneçam a um nível demasiado baixo.

- Promover a educação pré-escolar e tornar as pré-escolas mais acessíveis, especialmente em áreas onde os serviços pré-escolares são limitados
- Investir em infraestruturas escolares para melhorar a qualidade do ensino e reter os alunos na escola
- Aumentar as opções alternativas de aprendizagem para as crianças que estão fora da escola

TRABALHO INFANTIL

O trabalho infantil pode ter aumentado desde 2007 em zonas rurais e províncias como Inhambane. As políticas que abordam as causas e removem as razões que podem empurrar as crianças para o trabalho são primordiais.

- Assegurar que as leis e políticas existentes sobre trabalho infantil são efectivamente aplicadas
- Desenvolver sistemas que possam identificar e proteger as vítimas de trabalho infantil
- Investir num melhor acompanhamento das práticas de emprego nos diferentes sectores

UNIÕES PREMATURAS E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

As uniões prematuras e a gravidez entre crianças continuam a ser incrivelmente elevados em Moçambique. Embora já tenham sido tomadas medidas legislativas com a introdução em 2019 de uma Lei para Prevenir e Combater às Uniões Prematuras, é importante promover políticas de acompanhamento.

- Promover o acesso à informação sobre saúde sexual e reprodutiva nas escolas e comunidades
- Melhorar o alcance da nova lei sobre uniões prematuras em locais rurais e remotos, trabalhando com as autoridades comunitárias e divulgando a lei nas línguas locais e de formas culturalmente adequadas
- Identificar e criar oportunidades económicas e de formação para raparigas

Finalmente, os resultados apresentados neste estudo baseiam-se nos dados disponíveis que se centraram nas crianças que vivem em agregados convencionais. Seria útil investigar a situação das crianças em arranjos de habitação alternativos, incluindo instituições, campos de refugiados, prisões e crianças sem abrigo.

10 REFERÊNCIAS

- Committee on the Rights of the Child. (2019). Concluding Observations on the Combined Third and Fourth Periodic Reports of Mozambique. <https://www.ecoi.net/en/file/local/2018757/G1933255.pdf>
- CRCEV. (2019). BREVE RESUMO DO SISTEMA DE REGISTO CIVIL E ESTATÍSTICAS VITAIS DE MOÇAMBIQUE. Ottawa: Centro de Excelência para Sistemas de Registo Civil e Estatísticas Vitais (RCEV) em parceria com a Comissão Económica para África das Nações Unidas (UNECA).
- ILO. (2022). What is Child Labour. <https://www.ilo.org/ipecc/facts/lang--en/index.html>
- Instituto Nacional de Estatística. (2009). Inquérito de Indicadores Múltiplos 2008. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2013). Manual de Conceitos e Definições Estatísticas de Moçambique, 2013 Rev. 1. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2014). Manual de Procedimentos para a Produção Estatística no Sistema Estatístico Nacional. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2017). Boletim de Agregado Familiar. Maputo, Moçambique: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2019). IV RECENSEAMENTO GERAL DA POPULAÇÃO E HABITAÇÃO 2017 - Resultados Definitivos Moçambique. Maputo: Instituto Nacional de Estatísticas.
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). Inquérito sobre Orçamento Familiar – IOF 2019/20 - Relatório Final. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Instituto Nacional de Estatística. (2021). Atlas da Criança em Moçambique. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.
- Mathers, C. D., Ma Fat, D., Inoue, M., Rao, C., & Lopez, A. D. (2005). Counting the dead and what they died from: an assessment of the global status of cause of death data. Bulletin of the world health organization, 83, 171-177c.
- Makuyana, A., Mbulayi, S. P., & Kangethe, S. M. (2020). Psychosocial deficits underpinning child headed households (CHHs) in Mabvuku and Tafara suburbs of Harare, Zimbabwe. Children and Youth Services Review, 115, 105093.
- MISAU, INE e ICFI. (2013). Moçambique - Inquérito Demográfico e de Saúde 2011. Calverton, Maryland: Ministerio da Saude (MISAU), Instituto Nacional de Estatística (INE) e ICF International (ICFI).
- Mogotlane, S. M., Chauke, M. E., Van Rensburg, G. H., Human, S. P., & Kganakga, C. M. (2010). A situational analysis of child-headed households in South Africa. Curationis, 33(3), 24-32.
- Orsander, M., Mendoza, P., Burgess, M., Arlini, S. M., & Sulaiman, M. (2020). The hidden impact of COVID-19 on children and families with disabilities. London: Save the Children International.
- UNICEF (2006). Africa's Orphaned and Vulnerable Generations. Children Affected by Aids. <https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/9D6F4A907E84E4CAC12572960053A6D0-unesf-health-Aug06.pdf>

- UNICEF (2015). Child Marriage and Adolescent Pregnancy in Mozambique. <https://esaro.unfpa.org/en/publications/child-marriage-and-adolescent-pregnancy-mozambique-causes-and-impact>
- UNICEF (2017). Formative Research Report: Nampula, Zambézia, Tete and Manica provinces. Communication for Strategy for the Prevention and Elimination of Child Marriages.
- UNICEF (2019). Child Poverty in Mozambique – Multiple Overlapping Deprivation Analysis. Office of Research – Innocenti Working Paper WP 2019-03. <https://www.unicef-irc.org/publications/pdf/WP2019-03.pdf>
- UNICEF (2019). Convenção Sobre os Direitos da Criança <https://www.unicef.org/mozambique/conven%C3%A7%C3%A3o-sobre-os-direitos-da-crian%C3%A7a>
- UNICEF (2020a). Attendance and Educational Attainment of Primary School Children in Mozambique. The results of the 2018 round of the Longitudinal Assessment of School Dropout.
- UNICEF (2020b). Multidimensional Child Poverty in Mozambique. <https://www.unicef.org/mozambique/en/reports/multidimensional-child-poverty-mozambique>
- UNICEF & ILO. (2021). Child Labour Global Estimates 2020, Trends and the Road Forward. https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/@ed_norm/@ipec/documents/publication/wcms_797515.pdf
- UNICEF (2022). The Situation of Children in Mozambique, 2021. Unpublished
- UNICEF (n.d.). CRVS - Birth, Marriage, and Death Registration in Mozambique <https://data.unicef.org/crvs/mozambique>
- United Nations Department of Social and Economic Affairs. (2017). Principles and Recommendations for Population and Housing Censuses - Revision 3. New York: United Nations.
- United Nations. (2007). United Nations Convention on Rights of Persons with Disabilities. United Nations.
- S'lungile, K. T., Ugwuanyi, C. S., Okeke, C. I., & Ncamsile, N. (2021). Socio-economic supports available for the education of adolescent girls in child-headed families in the Kingdom of Eswatini: Policy Implication for Educational Evaluators. International Journal of Psychosocial Rehabilitation, 25(02).
- United States Embassy. (2018). Findings on the worst forms of child labor: Mozambique. <https://mz.usembassy.gov/wp-content/uploads/sites/182/2018-Child-Labor-Report-Mozambique.pdf>

ANEXO 1 ESTUDOS RECENTES SOBRE CRIANÇAS EM MOÇAMBIQUE

ESTUDO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS CONJUNTOS DE DADOS UTILIZADOS
A Situação das Crianças em Moçambique, 2021 (UNICEF 2022)	Uma análise da situação das crianças em Moçambique ao longo do seu ciclo de vida. A abordagem do ciclo de vida informa sobre as fases de desenvolvimento, começando pela saúde da mãe durante a gravidez e investiga as necessidades das crianças em períodos críticos, incluindo as transições, ao longo da sua vida. O relatório também fornece estimativas nacionais de indicadores de Objectivos de Desenvolvimento Sustentável relacionados com as crianças.	Censo 2017, Inquérito ao Orçamento Familiar (IOF) 2014/15 e 2019/20, Inquérito aos Indicadores de Imunização, Malária e VIH/SIDA (AIS) 2015, Inquérito aos Indicadores de Malária (MIS) 2018 e Inquérito à Violência Contra as Crianças (VACS) 2019
Atlas Da Criança Em Moçambique - Censo 2017 (UNICEF & INE, 2021)	Fornecer uma colecção de mapas e quadros sobre as principais estatísticas sobre crianças do Censo	Censo 2017
Avaliação Longitudinal do Estudo de Abandono Escolar (UNICEF, 2020a)	Analisa as tendências e factores que influenciam os resultados educacionais das crianças em Moçambique no ensino primário ao longo do tempo.	Estudo de Desistência Longitudinal (Avaliação Longitudinal da Desistência Escola, ALDE) 2018
Pobreza Infantil Multidimensional em Moçambique (UNICEF, 2020b)	Avalia o nível de pobreza e privação das crianças com base na análise multidimensional da pobreza.	IOF 2014/15 e Censo 2017
União prematuras de Crianças e Gravidez de Adolescentes em Moçambique: Causas e Impacto (UNICEF, 2015)	Analisa a magnitude, tendências ao longo do tempo, determinantes e impactos das uniões prematuras e da gravidez na adolescência para informar a concepção de políticas nacionais.	DHS 1997, 2003, 2011, MICS 2008, Censo 2007, dados administrativos
Pobreza Infantil em Moçambique - Análise de Sobreposição Múltipla de Deprivação (UNICEF 2019)	Analisa a pobreza multidimensional infantil utilizando múltiplas análises sobrepostas.	IOF 2014-15
Relatório de Investigação Formativa: províncias de Nampula, Zambézia, Tete e Manica (UNICEF, 2017)	Resultados qualitativos sobre uniões prematuras e gravidez na adolescência em oito distritos de quatro províncias moçambicanas.	Entrevistas qualitativas individuais e discussões de grupos focais

ANEXO 2 CONCEITOS E DEFINIÇÕES SOBRE CRIANÇAS UTILIZADOS NO CENSO

O INE usou como referência o Manual Metodológico dos Censos da Organização das Nações Unidas, que dita que perguntas-chaves devem ser consideradas, mas obviamente com ressalvas para adequações contextuais, considerando necessidades específicas de cada país. Até porque mesmo por definição, o manual estabelece princípios e recomendações para orientar os países na realização de censos populacionais e de habitação focando essencialmente nos censos tradicionais, de larga escala, sem, no entanto, deixar de oferecer alguns detalhes de outras abordagens para gerar estatísticas confiáveis de pequena escala e temáticas sobre população e habitação (United Nations - Department of Social and Economic Affairs, 2017). De facto, o manual define a necessidade de conduzir os censos numa periodicidade de dez em dez anos, com o uso de conceitos e definições consistentes em um programa integrado de recolha e compilação de dados, para permitir que sejam relacionados e, permitindo obter vantagens dessas relações (ibid).

O INE dispõe de um manual de procedimentos para a produção estatística que serve de orientador para as entidades produtoras de estatísticas em procedimentos a serem seguidos, em cada fase da operação estatística, desde a especificação das necessidades até a divulgação da informação estatística. Este manual foi construindo tendo em consideração o Modelo Genérico de Padrão do Processo de Produção de Estatística, o GSBPM (*Generic Statistical Business Process Model*), publicado pela Secção das Estatísticas das Nações Unidas, servindo de orientação para gerir e monitorar a qualidade de cada fase do processo de desenvolvimento, produção e difusão estatística, numa perspectiva de abraçar a modernização dos sistemas de produção e as transformações que ocorrem a nível mundial, na produção de estatísticas de qualidade para servir cada vez melhor, os seus utilizadores (INE, 2014).

Entretanto, ainda assim, na fase preparatória do Censo, foi realizada uma discussão com os diferentes sectores do Governo (Ministérios), Nações Unidas e Sociedade Civil para melhor orientar o Censo. E, portanto, alinhado com as prioridades destes actores com relação aos dados a serem produzidos. Entretanto, dada a envergadura do Censo, é óbvio que o questionário tem espaço limitado e por isso não seria possível acomodar todas as solicitações. Há que destacar que, segundo o INE, no Censo, perguntas sobre

crianças foram privilegiadas, dada a sensibilidade do grupo. No entanto, embora o INE define crianças como pessoas com 0 a 17 anos, sucede que o relatório dos resultados do censo não necessariamente apresenta dados para este grupo etário.

A Divisão de Estatísticas do Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (DESA) orienta ao uso de conceitos e definições consistentes em programas integrados de recolha e compilação de dados, sendo essencial para extrair vantagens inclusive das relações entre os diferentes estudos estatísticos, nomeadamente o censo da população, o censo sobre a habitação e o censo sobre e outros estudos (Department of Economic and Social Affairs Statistics Division, 2017). Aliás, esta agência define como sendo parte das pré-condições essenciais necessárias para a realização de levantamentos do tipo que os conceitos e definições usados nos vários mecanismos de registos sejam harmonizados e que sejam conduzidas verificações da qualidade e consistência para verificar a relevância dos dados nesses mecanismos. É igualmente importante conceitos, definições entre outros critérios sejam comparados com aqueles usados em censos anteriores, verificando inclusive a qualidade e compatibilidade dos estudos. Com efeito, o INE reconhece a necessidade de, ainda na fase da planificação, identificar e definir os principais conceitos para construir um entendimento do que se pretende na operação estatística, bem como o tipo de classificações adotadas, que sejam, internacionalmente, comparáveis (INE, 2013).

4.1.IDADE DAS CRIANÇAS

A DESA define a idade em termos de intervalo do tempo entre a data de nascimento e a data da realização do Censo, expressada por os anos solares completos, e, esta informação deve ser recolhida por questionar a data de nascimento ou pela questão directa sobre a idade da pessoa (Department of Economic and Social Affairs Statistics Division, 2017). Embora a DESA recomende a primeira forma, sendo a que captura informação mais precisa, sobretudo quando os participantes têm o conhecimento da data de nascimento, o INE privilegiou no Censo a abordagem da questão directa sobre a idade (INE, 2017), mesmo estando alinhado em termos da definição idade, conforme consta no questionário do agregado familiar usado (INE, 2013). Ora, esta primeira abordagem é reconhecida como sendo responsável por dados pouco precisos por diferentes

rasões. Por um lado, há o risco de haver mal-entendidos da parte dos respondentes se a idade requerida seria a do último aniversário ou próximo. Confusão que podem muito bem ocorrer com crianças com menos de um ano idade. Ao invés de reportar idade de crianças com menos de um ano de idade como zero, muitos talvez a reportem como um.

4.2.AGREGADOS FAMILIARES CHEFIADOS POR CRIANÇAS

O Manual de Conceitos e Definições Estatísticas de Moçambique do INE (2013) define o chefe de agregado familiar como sendo a “Pessoa responsável pelo agregado familiar aquela que para efeitos de inquérito recenseamento é indicada/reconhecida como tal por os restantes membros” (INE 2013).

4.3.CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA

O INE define as pessoas com deficiência no seguinte enunciado: “Pessoas com deficiência são aquelas que tem impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade como as demais pessoas”, seguindo a definição convencionada pelas Nações Unidas (United Nations, 2007). No entanto, no questionário do Censo de 2017,

prevalecem questões sobre a deficiência denominadas pela abordagem do modelo médico que coloca ênfase na condição da pessoa e não nos desafios que lhe são impostos no ambiente perante a limitação na pessoa. O Censo de 2017, embora tenha priorizado as questões do modelo médico, o questionário também incluiu questões sobre as dificuldades na pessoa similar a algumas questões do Grupo de Washington de Estatísticas sobre a Deficiência, mas sem as repostas padrões.^[24]

Os dados do Censo indicam que as pessoas com deficiência em Moçambique perfazem cerca de 2,7% da população geral. Cerca de 30% da população com deficiência é feita por indivíduos com idade até aos 19 anos. O Quadro A3-1 apresenta os dados de crianças com deficiência, por tipo de deficiência e limitação, onde é verificada a predominância de crianças com pernas amputadas ou atrofiadas, seguido do grupo de crianças surdas/mudas e mental. Se formos a somar os dados recolhidos nas duas abordagens consideradas pelo Censo chegamos a seguinte distribuição da população com deficiência: 13% com dificuldades para ver, 20% com dificuldade para ouvir e ou falar, 31% com dificuldade para andar ou movimentar e 6% com dificuldades para concentrar.

Quadro A3-1: Crianças com deficiência (0 a 19 anos) por dificuldade, Moçambique, 2017

TIPO DE DEFICIÊNCIA/DIFICULDADE	POPULAÇÃO
Cego	14 115
Surdo / mudo	29 734
Braço(s) amputado(s) /atrofiado(s)	14 673
Perna(s) amputada(s) / atrofiada(s)	31 445
Paralisia	14 534
Mental	21 811
Dificuldade para ver mesmo usando óculos	11 888
Dificuldade para ouvir mesmo usando aparelho auditivo	13 322
Dificuldade de memória ou de concentração	13 282
Dificuldade de locomoção (andar)	18 855
Outra	32 579

Fonte: INE (2019) - resultados definitivos do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 (Censo 2017). Nota: como o questionário permitia mais que uma resposta, as categorias não são mutuamente exclusivas.

Entretanto, é importante mencionar que a existência de deficiência bem como o respetivo tipo é captado por pergunta ao respondente e não essencialmente usando algum método mais preciso, o que levanta a necessidade de assumir alguma margem de erro relativamente a confiabilidade dos dados.

[24] Na esteira da identificação dos elementos que constituem a deficiência, em 2001 foi criado um grupo de trabalho das Nações Unidas, denominado Grupo de Washington de Estatísticas sobre a Deficiência, que desenvolveu um conjunto de questões, visando o levantamento de dados sobre a deficiência. O objectivo do WG era promover a cooperação na área das estatísticas de saúde no geral e da deficiência, em particular, colmatar as lacunas de estatísticas sobre a deficiência no mundo, dentre as quais as diferenças de métodos de colecta de dados, baixa qualidade e fiabilidade das estatísticas no mundo em geral e particularmente nos países em desenvolvimento, o que dificulta a definição e monitoria, avaliação e prestação de contas sobre as estratégias e políticas da área.

ANEXO 3 ANÁLISE DE REGRESSÕES

ANEXO 3.1 VARIÁVEIS DEPENDENTES DE INTERESSE

TEMA	INDICADOR	DESCRIÇÃO (QUESTÕES RELACIONADAS COM O CENSO)	
Registo de nascimento	Registo de nascimento	Criança com menos de 18 anos cujo nascimento foi registado no Registo Civil (P14)	
Educação	Frequência escolar	Actualmente a frequentar a escola (P22, P23)	
Trabalho infantil	Trabalho infantil em actividades económicas e/ou domésticas (definição específica da idade)	7-11	Mais de 1 hora de actividades económica por semana e/ou envolvido em serviços domésticos não pagos durante mais de 21 horas por semana (P4, P31-P37)
		12-14	Mais de 14 horas de actividades económica por semana e/ou envolvidos em serviços domésticos não pagos durante mais de 21 horas por semana (P4, P31-P37)
		15-17	Mais de 43 horas por semana em actividades económica (P4, P31-P37)
União prematuras e gravidez na adolescência	União prematuras ^[25]	Rapaz ou rapariga entre 12 e 18 anos que já foi casado (incluindo divorciado, separado e viúvo) ou que vive com um parceiro como se fosse casado (P4, P38)	
	Gravidez na adolescência ^[26]	Rapariga entre os 10 e 18 anos que já teve filhos (P4, P39-P42)	

[25] O recenseamento não recolhe informações retrospectivas sobre a idade matrimonial

[26] O recenseamento não recolhe informações sobre a data de nascimento das crianças e não permite identificar a relação intra-domiciliária (ou seja, quem é um progenitor biológico para quem)

VARIÁVEL	DEFINIÇÃO
Grupos demográficos de interesse	
Com deficiência	Igual a uma se a criança tivesse qualquer uma das seguintes deficiências/dificuldades: cego/visuais, surdo/ouvido, mudo, memória/concentração, braço amputado ou perna/caminhada, paralisia e doença mental e zero de outra forma
Órfão de ambos	É igual a um se a criança perdeu a mãe e o pai e zero se não for assim
Órfão materno	É igual a um se a criança perdeu a mãe, mas não o pai e zero se não for assim
Órfão paterno	Igual a um se a criança perdeu o seu pai, mas não a mãe e zero se não for assim
Factores intergeracionais	
Grau de instrução do pai	Nível de educação mais elevado alcançado pelo pai da criança
Grau de instrução da mãe	Nível de educação mais elevado alcançado pela mãe da criança
A alfabetização do pai	Capacidade da mãe para escrever em qualquer língua
A alfabetização da mãe	Capacidade do pai para escrever em qualquer língua
Situação de trabalho do pai	Se o pai da criança estava a trabalhar na semana anterior à entrevista
Situação de trabalho da mãe	Se a mãe da criança estava a trabalhar na semana anterior à entrevista
Características sociodemográficas básicas	
Idade	Idade relatada da criança
Rapariga	É igual a um se o sexo da criança relatado for do sexo feminino e zero se não for do sexo feminino
Inscrição	É igual a um se a criança foi inscrita no Registo Civil e zero se não o for
Nacionalidade	É igual a um se a criança tivesse nacionalidade moçambicana e zero se assim não for.
Religião	Católica, Anglicana, Muçulmana, Sionista, Evangélica/Pentecostal, Sem religião, outra
Idioma	Emakhuwa, português, Xichangana, Elomwue, Cinyanja, Cisena, Echuabo, Cindau, Xiswa, outros
Área de residência	
Zona rural	Viver numa zona rural ou urbana
Área de conflito	Se a zona é uma zona de conflito
Literacia e educação (não se aplica aos resultados da educação)	
Alfabetização	É igual a um se a criança sabe ler/escrever em qualquer língua e zero se não sabe ler/escrever
Frequência escolar	Nível de educação que a criança frequenta; zero se não frequentar a escola
Nível de educação	Nível máximo de educação atingido
Emprego (não se aplica a resultados laborais)	
Situação de trabalho	Se a criança trabalha, faz trabalho doméstico, ou não trabalha
Características do (chefe de) agregado familiar	
Idade do chefe	Idade do chefe de agregados familiares
Sexo do chefe	Se o chefe de agregados familiares é do sexo feminino
Relação com o chefe	Chefe, Cônjuge, Filho, Pai, Enteado, Filho adotivo, Genro/Nora, Neto, outro parente, não é parente
Tipo de agregado familiar	Casal com filhos, casal sem filhos, agregado familiar monoparental com menos de 60 anos, agregado familiar monoparental, agregado familiar de três gerações, agregado familiar sem continuidade geracional (agregados compostos por um ou mais avós e um ou mais netos e sem nenhum dos progenitores do ou dos netos), outra
Tamanho do agregado familiar	Número de membros do agregado familiar em que a criança vivia
Índice de riqueza	Índice composto de bens duráveis e outras características do domicílio. O índice representa um sumário dos bens do agregado familiar, estrutura de habitação e fontes de água construídas usando Análise de Componentes Principais
Arranjos de vida	Tipo de habitação (incluindo instituições) e se é própria ou alugada
Características da habitação	Material de construção principal, material de cobertura, material do chão, número de divisões, fonte de água, saneamento, principal fonte de energia
TIC	
Acesso à tecnologia	Igual a um se a criança utilizou um computador/laptop/tablet ou internet nos últimos três meses e zero nos restantes casos
Possui um telefone	É igual a um se a criança tivesse um telemóvel e zero se não tiver
Movimentos	
Migrado	Igual a um se a cidade/aldeia de residência da criança em 2017 não fosse o mesmo que a área de residência em Agosto de 2016 ou Agosto de 2012 e zero nos restantes casos.
No estrangeiro	É igual a um se a criança vivia fora de Moçambique em Agosto de 2016 ou Agosto de 2012 e zero se assim não for.
Anos de residência em 2017	Número de anos que a criança declarou viver no distrito de residência em 2017
Unões prematuras e gravidez (não se aplica às regressões apresentadas no capítulo sobre uniões prematuras e gravidez)	
Casado	Igual a um se a criança fosse casada e zero se não o fosse (apenas para crianças com 12 anos ou mais)
Com crianças	Igual a um se a criança teve um filho e zero se não o tiver (apenas para crianças com 10 anos ou mais)

ANEXO 3.3 RESULTADOS DA REGRESSÃO

Os quadros abaixo relatam os coeficientes estimados e os erros padrão para uma série de regressões de diferentes modelos Logit. O Modelo 1 inclui um conjunto central de variáveis de controlo, o Modelo 2 inclui as mesmas variáveis mais os efeitos fixos distritais. O Modelo 3 inclui características dos pais, que são especificadas apenas para os menores que são filhos do chefe de domicílio, assumindo que são também filhos do cônjuge do chefe de agregado e para os filhos que são chefes de agregados familiares e cujos pais vivem no mesmo agregado familiar. O modelo 4 também inclui efeitos fixos distritais. O Modelo 5 inclui indicadores para o número de filhos do chefe do agregado familiar (irmãos) e para o facto de a criança ser o mais velho ou o mais novo dos filhos do chefe do agregado familiar, que só são especificados para as crianças que são filhos ou filhas do chefe do agregado familiar. O Modelo 6 acrescenta efeitos fixos distritais. Estes resultados são geralmente consistentes quando se consideram diferentes formas funcionais, tais como um modelo probit.

Quadro A2-1: Resultados de regressão para o registo de nascimento de crianças

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Rapariga	-0,0152***	-0,0222***	-0,00354	-0,00938	-0,00522	-0,0114*
	(0,00443)	(0,00456)	(0,00620)	(0,00637)	(0,00658)	(0,00676)
Idade	0,212***	0,223***	0,230***	0,242***	0,229***	0,241***
	(0,000687)	(0,000713)	(0,00106)	(0,00111)	(0,00147)	(0,00152)
Órfão materno	-0,0852***	-0,150***	-0,167***	-0,229***	-0,159***	-0,215***
	(0,0196)	(0,0202)	(0,0446)	(0,0455)	(0,0481)	(0,0490)
Órfão paterno	0,0759***	0,00648	0,0917	-0,0168	0,150*	0,0432
	(0,0129)	(0,0131)	(0,0797)	(0,0835)	(0,0867)	(0,0908)
Órfão de ambos	-0,158***	-0,239***	0	0	0	0
	(0,0267)	(0,0281)	(.)	(.)	(.)	(.)
Chefe do agregado familiar	-0,989***	-1,055***	0,233	0,185	0	0
	(0,0353)	(0,0363)	(0,716)	(0,703)	(.)	(.)
Filho biológico do chefe do agregado familiar	0,253***	0,272***	0	0	0	0
	(0,00909)	(0,00933)	(.)	(.)	(.)	(.)
Genro/nora do chefe do agregado familiar	-0,279***	-0,311***	0	0	0	0
	(0,0401)	(0,0415)	(.)	(.)	(.)	(.)
Com deficiência	-0,238***	-0,282***	-0,217***	-0,253***	-0,210***	-0,247***
	(0,0209)	(0,0217)	(0,0304)	(0,0315)	(0,0320)	(0,0331)
A nacionalidade é moçambicana	0,792***	0,545***	-0,00422	0,0331	0,0117	0,0506
	(0,0467)	(0,0473)	(0,0761)	(0,0770)	(0,0833)	(0,0845)
Sexo do chefe	0,0553***	0,0214***	-0,0672***	-0,0376**	-0,0715***	-0,0387**
	(0,00706)	(0,00721)	(0,0160)	(0,0164)	(0,0174)	(0,0179)
Número de filhos do chefe do agregado familiar	-0,0477***	-0,0389***	-0,0425***	-0,0121**	-0,0709***	-0,0411***
	(0,00332)	(0,00335)	(0,00603)	(0,00610)	(0,00678)	(0,00684)
Índice de riqueza	0,183***	0,197***	0,0922***	0,129***	0,0980***	0,131***
	(0,00141)	(0,00190)	(0,00265)	(0,00308)	(0,00292)	(0,00337)
Vive em áreas urbanas	0,256***	0,485***	0,176***	0,400***	0,193***	0,414***
	(0,00799)	(0,0113)	(0,0118)	(0,0160)	(0,0130)	(0,0176)
Tamanho do agregado familiar	0,0506***	0,0326***	0,0526***	0,0149***	0,0608***	0,0221***
	(0,00273)	(0,00277)	(0,00527)	(0,00528)	(0,00595)	(0,00594)
Pai: Idade			0,00197***	0,00282***	0,00206***	0,00312***
			(0,000560)	(0,000568)	(0,000613)	(0,000623)

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Pai: A nacionalidade é moçambicana			0,505***	0,276***	0,524***	0,277***
			(0,0513)	(0,0536)	(0,0558)	(0,0582)
Pai: A língua mais freq. utilizada é Emakhuwa			0,0517	0,0133	0,0647*	0,0243
			(0,0322)	(0,0347)	(0,0358)	(0,0384)
Pai: A língua mais freq. utilizada é o português			0,0346	0,0432*	0,0326	0,0381
			(0,0224)	(0,0229)	(0,0251)	(0,0256)
Pai: Computador usado nos últimos 3 meses			0,0663**	0,0352	0,0335	0,00683
			(0,0266)	(0,0268)	(0,0303)	(0,0305)
Pai: Acesso à Internet nos últimos 3 meses			-0,0765***	-0,0497**	-0,0562**	-0,0320
			(0,0230)	(0,0231)	(0,0265)	(0,0264)
Pai: Possui um telefone			0,158***	0,201***	0,167***	0,208***
			(0,00999)	(0,0102)	(0,0108)	(0,0111)
Pai: Migrado do distrito que residiu em 2012			-0,0410*	-0,0681***	-0,0512*	-0,0791***
			(0,0228)	(0,0232)	(0,0263)	(0,0267)
Pai: Migrado do distrito que residiu em 2016			0,000729	-0,0212	0,00229	-0,0205
			(0,0347)	(0,0356)	(0,0386)	(0,0395)
Pai: No estrangeiro em 2012			-0,183**	-0,178**	-0,144*	-0,152*
			(0,0757)	(0,0776)	(0,0863)	(0,0885)
Pai: No estrangeiro em 2016			0,0485	0,0144	0,00959	-0,0382
			(0,0958)	(0,101)	(0,104)	(0,109)
Pai: Grau de instrução			0,140***	0,103***	0,145***	0,109***
			(0,00628)	(0,00640)	(0,00680)	(0,00692)
Pai: Lê e escreve			0,144***	0,177***	0,144***	0,180***
			(0,0142)	(0,0144)	(0,0153)	(0,0155)
Pai: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			-0,00347	0,00856	0,00941	0,0191*
			(0,0104)	(0,0106)	(0,0114)	(0,0116)
Mãe: Idade			0,00583***	0,00501***	0,00627***	0,00544***
			(0,000638)	(0,000645)	(0,000698)	(0,000704)
Mãe: A nacionalidade é moçambicana			0,525***	0,315***	0,535***	0,313***
			(0,0504)	(0,0516)	(0,0540)	(0,0554)
Mãe: A língua mais freq. utilizada é Emakhuwa			-0,0778**	-0,0951**	-0,0879**	-0,107***
			(0,0318)	(0,0373)	(0,0354)	(0,0412)
Mãe: A língua mais freq. utilizada é o português			-0,0493**	0,0188	-0,0442*	0,0224
			(0,0235)	(0,0238)	(0,0264)	(0,0268)
Mãe: Computador usado nos últimos 3 meses			0,164***	0,140***	0,134***	0,117***
			(0,0386)	(0,0387)	(0,0445)	(0,0445)
Mãe: Acesso à Internet nos últimos 3 meses			-0,00903	0,0588*	-0,0354	0,0312
			(0,0320)	(0,0318)	(0,0369)	(0,0366)
Mãe: É dona de um telefone			0,254***	0,258***	0,255***	0,255***
			(0,0116)	(0,0121)	(0,0127)	(0,0131)
Mãe: Migrada do distrito em que residiu em 2012			-0,206***	-0,204***	-0,179***	-0,182***
			(0,0220)	(0,0226)	(0,0257)	(0,0264)

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Mãe: Migrada do distrito em que residiu em 2016			0,00268 (0,0359)	0,0187 (0,0363)	-0,00537 (0,0403)	0,0113 (0,0408)
Mãe: No estrangeiro em 2012			-0,125 (0,0887)	-0,0296 (0,0905)	-0,171* (0,102)	-0,0488 (0,104)
Mãe: No estrangeiro em 2016			-0,0434 (0,180)	-0,0802 (0,194)	0,0212 (0,205)	-0,00453 (0,222)
Mãe: Grau de instrução			0,108*** (0,00604)	0,0700*** (0,00619)	0,117*** (0,00657)	0,0783*** (0,00673)
Mãe: Lê e escreve			0,156*** (0,0135)	0,178*** (0,0137)	0,155*** (0,0147)	0,177*** (0,0150)
Mãe: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			0,0853*** (0,00968)	0,0558*** (0,00999)	0,0770*** (0,0106)	0,0459*** (0,0109)
Filho mais velho do chefe do agregado familiar					-0,200*** (0,00890)	-0,209*** (0,00908)
Filho mais novo do chefe do agregado familiar					-0,155*** (0,00794)	-0,172*** (0,00818)
N	1338675	1338675	690337	690337	632886	632886
Com efeito fixo para distrito?	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: Estimativas dos autores utilizando a amostra 10% do Censo de 2017. Notas: os resultados são provenientes de regressões de modelos Logit. Pesos de amostragem foram aplicados. A variável dependente é uma variável binária que é igual a uma se a criança possui um registo de nascimento e zero caso contrário. As regressões incluem variáveis independentes sobre características individuais e do domicílio. Efeitos fixos distritais foram incluídas nos Modelos 2, 4 e 6. Erro padrão agrupado (clusterizados) por distrito são apresentados entre parênteses. * p<0,10 ** p<0,05 *** p<0,01.

Quadro A2-2: Resultados de regressão para a frequência escolar

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Rapariga	-0,00889* (0,00531)	-0,0109** (0,00545)	0,0219*** (0,00781)	0,0186** (0,00793)	0,0199** (0,00798)	0,0163** (0,00811)
Idade	0,220*** (0,000953)	0,229*** (0,000976)	0,284*** (0,00156)	0,290*** (0,00159)	0,294*** (0,00173)	0,299*** (0,00175)
Órfão materno	-0,0475** (0,0188)	-0,0971*** (0,0191)	-0,211*** (0,0432)	-0,253*** (0,0440)	-0,243*** (0,0463)	-0,282*** (0,0471)
Órfão paterno	0,122*** (0,0118)	0,0273** (0,0120)	-0,0182 (0,0738)	-0,0482 (0,0738)	-0,0278 (0,0792)	-0,0504 (0,0788)
Órfão de ambos	-0,149*** (0,0245)	-0,245*** (0,0249)	0 (.)	0 (.)	0 (.)	0 (.)
Chefe do agregado familiar	-0,864*** (0,0309)	-0,858*** (0,0315)	-0,0931 (0,397)	-0,235 (0,424)	0 (.)	0 (.)
Filho biológico do chefe do agregado familiar	0,132*** (0,00779)	0,166*** (0,00798)	0 (.)	0 (.)	0 (.)	0 (.)
Genro/nora do chefe do agregado familiar	-0,459*** (0,0411)	-0,524*** (0,0420)	0 (.)	0 (.)	0 (.)	0 (.)

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Filho único do chefe do agregado familiar	-0,0305*** (0,0111)	-0,0532*** (0,0113)	-0,0841*** (0,0227)	-0,111*** (0,0232)	0 (,)	0 (,)
Com deficiência	-0,630*** (0,0228)	-0,712*** (0,0235)	-0,754*** (0,0353)	-0,801*** (0,0358)	-0,751*** (0,0363)	-0,793*** (0,0367)
A nacionalidade é moçambicana	0,360*** (0,0604)	0,166*** (0,0617)	0,381*** (0,0914)	0,208** (0,0930)	0,382*** (0,0948)	0,212** (0,0964)
A língua mais freq. utilizada é Emakhuwa	-0,369*** (0,00751)	0,000404 (0,0201)	-0,325*** (0,0109)	0,0692** (0,0295)	-0,325*** (0,0112)	0,0784** (0,0306)
A língua mais freq. utilizada é o português	0,525*** (0,0127)	0,636*** (0,0145)	0,189*** (0,0184)	0,296*** (0,0209)	0,195*** (0,0190)	0,300*** (0,0216)
Possui um telefone	0,623*** (0,0189)	0,577*** (0,0192)	0,543*** (0,0316)	0,490*** (0,0320)	0,527*** (0,0329)	0,478*** (0,0333)
Migrado do distrito em que residiu em 2012	-0,139*** (0,0139)	-0,172*** (0,0143)	-0,275*** (0,0217)	-0,311*** (0,0220)	-0,263*** (0,0224)	-0,302*** (0,0228)
Migrado do distrito em que residiu em 2016	-0,00741 (0,0225)	0,0175 (0,0229)	0,0567 (0,0361)	0,0747** (0,0364)	0,0667* (0,0374)	0,0858** (0,0377)
No estrangeiro em 2012	-0,144* (0,0746)	-0,110 (0,0767)	-0,120 (0,119)	-0,0523 (0,124)	-0,134 (0,125)	-0,0635 (0,131)
No estrangeiro em 2016	-0,0826 (0,139)	-0,183 (0,142)	-0,116 (0,233)	-0,213 (0,240)	-0,0349 (0,241)	-0,134 (0,249)
Índice de riqueza	0,244*** (0,00186)	0,210*** (0,00220)	0,170*** (0,00272)	0,144*** (0,00321)	0,168*** (0,00283)	0,143*** (0,00331)
Vive em áreas urbanas	0,197*** (0,00902)	0,315*** (0,0120)	0,0945*** (0,0134)	0,166*** (0,0174)	0,0929*** (0,0139)	0,163*** (0,0179)
Tamanho do agregado familiar	0,0286*** (0,00182)	0,0225*** (0,00188)	0,0417*** (0,00322)	0,0305*** (0,00328)	0,0665*** (0,00585)	0,0411*** (0,00599)
Pai: Grau de instrução			0,267*** (0,00690)	0,263*** (0,00697)	0,272*** (0,00712)	0,268*** (0,00719)
Pai: Lê e escreve			0,230*** (0,0153)	0,201*** (0,0154)	0,223*** (0,0158)	0,196*** (0,0159)
Pai: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			0,0736*** (0,0117)	0,0834*** (0,0117)	0,0797*** (0,0120)	0,0890*** (0,0121)
Mãe: Grau de instrução			0,310*** (0,00653)	0,287*** (0,00666)	0,316*** (0,00672)	0,293*** (0,00685)
Mãe: Lê e escreve			0,0960*** (0,0145)	0,0626*** (0,0148)	0,0986*** (0,0149)	0,0651*** (0,0152)
Mãe: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			0,113*** (0,0108)	0,0976*** (0,0111)	0,106*** (0,0112)	0,0909*** (0,0115)
Número de irmãos (filhos do chefe do agregado familiar)					-0,0663*** (0,00694)	-0,0479*** (0,00706)
Filho mais velho do chefe do agregado familiar					-0,280*** (0,0103)	-0,272*** (0,0104)

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Filho mais novo do chefe do agregado familiar					-0,151***	-0,179***
					(0,0129)	(0,0131)
N	873265	873265	439948	439948	423147	423147
Com efeito fixo para distrito?	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: Estimativas dos autores utilizando a amostra 10% do Censo de 2017. Notas: os resultados são provenientes de regressões de modelos Logit. Pesos de amostragem foram aplicados. A variável dependente é uma variável binária que é igual a um se a criança de 3-17 anos estiver actualmente a frequentar a escola e zero caso contrário. As regressões incluem variáveis independentes sobre características individuais e do domicílio. Efeitos fixos distritais foram incluídas nos Modelos 2, 4 e 6. Erro padrão agrupado (clusterizados) por distrito são apresentados entre parênteses. * p<0,10 ** p<0,05 *** p<0,01.

Quadro A2-3: Resultados da regressão para a participação em actividades económicas

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Rapariga	-0,0793***	-0,0810***	-0,0672***	-0,0669***	-0,0677***	-0,0676***
	(0,00793)	(0,00798)	(0,0117)	(0,0118)	(0,0119)	(0,0120)
Idade	0,0455***	0,0454***	0,0459***	0,0454***	0,0451***	0,0451***
	(0,00129)	(0,00130)	(0,00199)	(0,00201)	(0,00219)	(0,00221)
Órfão materno	0,0567**	0,0666***	0,0483	0,115**	0,0534	0,119**
	(0,0239)	(0,0241)	(0,0548)	(0,0554)	(0,0587)	(0,0593)
Órfão paterno	0,0273*	0,0536***	-0,0237	0,0588	-0,0478	0,0372
	(0,0152)	(0,0153)	(0,0928)	(0,0933)	(0,100)	(0,100)
Órfão de ambos	0,113***	0,147***	0	0	0	0
	(0,0292)	(0,0295)	(.)	(.)	(.)	(.)
Chefe do agregado familiar	0,303***	0,304***	-0,0366	0,0388	0	0
	(0,0348)	(0,0353)	(0,432)	(0,432)	(.)	(.)
Filho biológico do chefe do agregado familiar	-0,0366***	-0,0563***	0	0	0	0
	(0,0109)	(0,0111)	(.)	(.)	(.)	(.)
Genro/nora do chefe do agregado familiar	-0,0628	-0,0516	0	0	0	0
	(0,0472)	(0,0478)	(.)	(.)	(.)	(.)
Com deficiência	-0,253***	-0,261***	-0,248***	-0,263***	-0,230***	-0,247***
	(0,0338)	(0,0340)	(0,0520)	(0,0525)	(0,0531)	(0,0537)
A criança tem o registo de nascimento	-0,0381***	-0,00733	-0,0443**	0,000916	-0,0352	0,00773
	(0,0147)	(0,0150)	(0,0222)	(0,0227)	(0,0228)	(0,0233)
A nacionalidade é moçambicana	-0,131*	-0,120	-0,216*	-0,174	-0,235**	-0,199*
	(0,0784)	(0,0796)	(0,118)	(0,118)	(0,120)	(0,121)
A língua mais freq. utilizada é Emakhuwa	0,101***	0,0720**	0,0361**	-0,00925	0,0378**	-0,0225
	(0,0108)	(0,0315)	(0,0162)	(0,0505)	(0,0167)	(0,0522)
A língua mais freq. utilizada é o português	-0,626***	-0,542***	-0,588***	-0,394***	-0,586***	-0,395***
	(0,0263)	(0,0286)	(0,0440)	(0,0469)	(0,0451)	(0,0482)
Grau de instrução	-0,197***	-0,200***	-0,208***	-0,212***	-0,210***	-0,214***
	(0,00664)	(0,00672)	(0,00999)	(0,0101)	(0,0102)	(0,0103)
Lê e escreve	0,143***	0,153***	0,156***	0,170***	0,156***	0,170***
	(0,0122)	(0,0123)	(0,0182)	(0,0182)	(0,0186)	(0,0186)

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Computador usado nos últimos 3 meses	0,0786	0,102	0,00471	0,0971	0,0206	0,114
	(0,0634)	(0,0646)	(0,101)	(0,105)	(0,104)	(0,108)
Acesso à Internet nos últimos 3 meses	0,0776	0,146***	0,00892	0,127	-0,000181	0,117
	(0,0472)	(0,0479)	(0,0755)	(0,0779)	(0,0783)	(0,0806)
Possui um telefone	0,240***	0,223***	0,148***	0,135***	0,153***	0,137***
	(0,0172)	(0,0176)	(0,0281)	(0,0286)	(0,0289)	(0,0295)
Migrado do distrito em que residiu em 2012	-0,0739***	-0,0165	-0,180***	-0,117***	-0,185***	-0,124***
	(0,0220)	(0,0224)	(0,0396)	(0,0402)	(0,0407)	(0,0413)
Migrado do distrito em que residiu em 2016	0,108***	0,111***	0,0329	0,0316	0,0195	0,0194
	(0,0324)	(0,0329)	(0,0576)	(0,0584)	(0,0594)	(0,0602)
No estrangeiro em 2012	0,0121	-0,0500	-0,159	-0,208	-0,124	-0,173
	(0,110)	(0,112)	(0,193)	(0,195)	(0,196)	(0,197)
No estrangeiro em 2016	-0,476**	-0,467**	0,111	0,106	-0,0568	-0,0662
	(0,232)	(0,236)	(0,395)	(0,410)	(0,427)	(0,444)
Índice de riqueza	-0,136***	-0,103***	-0,126***	-0,0848***	-0,120***	-0,0819***
	(0,00311)	(0,00357)	(0,00477)	(0,00545)	(0,00491)	(0,00559)
Vive em áreas urbanas	-0,788***	-0,662***	-0,592***	-0,518***	-0,600***	-0,525***
	(0,0168)	(0,0205)	(0,0267)	(0,0319)	(0,0275)	(0,0328)
Tamanho do agregado familiar	0,0102***	0,0115***	0,0171***	0,0169***	-0,0139*	-0,00311
	(0,00227)	(0,00231)	(0,00381)	(0,00392)	(0,00722)	(0,00745)
Pai: Grau de instrução			-0,0476***	-0,0418***	-0,0490***	-0,0425***
			(0,0106)	(0,0106)	(0,0109)	(0,0109)
Pai: Lê e escreve			0,0223	0,00182	0,0279	0,00722
			(0,0229)	(0,0229)	(0,0235)	(0,0235)
Pai: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			0,883***	0,869***	0,884***	0,870***
			(0,0243)	(0,0246)	(0,0250)	(0,0253)
Mãe: Grau de instrução			-0,0179	-0,0273**	-0,0170	-0,0262**
			(0,0109)	(0,0110)	(0,0112)	(0,0113)
Mãe: Lê e escreve			-0,0253	-0,0490**	-0,0272	-0,0518**
			(0,0247)	(0,0248)	(0,0253)	(0,0254)
Mãe: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			1,492***	1,490***	1,498***	1,495***
			(0,0219)	(0,0224)	(0,0225)	(0,0230)
Número de irmãos (filhos do chefe do agregado familiar)					0,0448***	0,0294***
					(0,00928)	(0,00943)
Filho mais velho do chefe do agregado familiar					0,0409***	0,0381***
					(0,0141)	(0,0141)
Filho mais novo do chefe do agregado familiar					-0,0492**	-0,0399*
					(0,0230)	(0,0231)
N	702969	702969	342680	342680	329891	329891
Com efeito fixo para distrito?	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: Estimativas dos autores utilizando a amostra 10% do Censo de 2017. Notas: os resultados são provenientes de regressões de modelos Logit. Pesos de amostragem foram aplicados. A variável dependente é uma variável binária que é igual a um se a criança de 7-17 anos de idade esteve envolvida em trabalho infantil (apenas em actividades económicas) e zero caso contrário. As regressões incluem variáveis independentes sobre características individuais e do domicílio. Efeitos fixos distritais foram incluídas nos Modelos 2, 4 e 6. Erro padrão agrupado (clusterizados) por distrito são apresentados entre parênteses. * p<0,10 ** p<0,05 *** p<0,01.

Quadro A2-4: Resultados da regressão para a participação em actividades económicas e trabalho doméstico

VARIÁVEIS	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Rapariga	0,0158**	0,0153**	0,0289***	0,0302***	0,0283***	0,0294***
	(0,00662)	(0,00665)	(0,00974)	(0,00978)	(0,00994)	(0,00997)
Idade	-0,0380***	-0,0399***	-0,0300***	-0,0318***	-0,0303***	-0,0318***
	(0,00109)	(0,00110)	(0,00167)	(0,00169)	(0,00183)	(0,00185)
Órfão materno	0,0759***	0,0883***	0,0675	0,116**	0,0646	0,115**
	(0,0205)	(0,0205)	(0,0467)	(0,0468)	(0,0500)	(0,0502)
Órfão paterno	0,0368***	0,0625***	0,0542	0,104	0,0523	0,102
	(0,0131)	(0,0132)	(0,0819)	(0,0822)	(0,0875)	(0,0876)
Órfão de ambos	0,112***	0,144***	0	0	0	0
	(0,0260)	(0,0261)	(.)	(.)	(.)	(.)
Chefe do agregado familiar	0,133***	0,136***	0,742**	0,801**	0	0
	(0,0357)	(0,0359)	(0,351)	(0,352)	(.)	(.)
Filho biológico do chefe do agregado familiar	-0,0516***	-0,0649***	0	0	0	0
	(0,00914)	(0,00927)	(.)	(.)	(.)	(.)
Genro/nora do chefe do agregado familiar	0,108**	0,119***	0	0	0	0
	(0,0425)	(0,0429)	(.)	(.)	(.)	(.)
Com deficiência	-0,275***	-0,274***	-0,286***	-0,289***	-0,276***	-0,279***
	(0,0276)	(0,0277)	(0,0427)	(0,0430)	(0,0437)	(0,0441)
A criança tem o registo de nascimento	-0,0731***	-0,0674***	-0,0992***	-0,0839***	-0,0959***	-0,0819***
	(0,0115)	(0,0118)	(0,0175)	(0,0179)	(0,0180)	(0,0184)
A nacionalidade é moçambicana	-0,0608	-0,0329	-0,0633	-0,0165	-0,0875	-0,0414
	(0,0669)	(0,0678)	(0,101)	(0,103)	(0,103)	(0,105)
A língua mais freq. utilizada é Emakhuwa	0,229***	0,0815***	0,184***	0,0124	0,183***	-0,00837
	(0,00876)	(0,0248)	(0,0130)	(0,0386)	(0,0134)	(0,0399)
A língua mais freq. utilizada é o português	-0,597***	-0,513***	-0,623***	-0,441***	-0,623***	-0,443***
	(0,0211)	(0,0230)	(0,0348)	(0,0373)	(0,0358)	(0,0383)
Grau de instrução	-0,590***	-0,586***	-0,650***	-0,649***	-0,656***	-0,654***
	(0,00547)	(0,00553)	(0,00824)	(0,00832)	(0,00844)	(0,00853)
Lê e escreve	0,0968***	0,112***	0,116***	0,130***	0,117***	0,130***
	(0,0101)	(0,0102)	(0,0149)	(0,0150)	(0,0153)	(0,0153)
Computador usado nos últimos 3 meses	0,0950	0,136**	0,0359	0,142	0,0477	0,157
	(0,0593)	(0,0606)	(0,0913)	(0,0946)	(0,0942)	(0,0972)
Acesso à Internet nos últimos 3 meses	0,164***	0,239***	0,179**	0,290***	0,178**	0,291***
	(0,0441)	(0,0450)	(0,0701)	(0,0723)	(0,0724)	(0,0748)
Possui um telefone	0,314***	0,316***	0,237***	0,240***	0,243***	0,243***
	(0,0163)	(0,0165)	(0,0257)	(0,0261)	(0,0265)	(0,0269)
Migrado do distrito residiu em 2012	-0,0277	0,0119	-0,181***	-0,131***	-0,178***	-0,129***
	(0,0183)	(0,0186)	(0,0316)	(0,0323)	(0,0325)	(0,0331)
Migrado do distrito residiu em 2016	0,0935***	0,0972***	-0,00607	-0,00545	-0,0186	-0,0178
	(0,0279)	(0,0281)	(0,0474)	(0,0477)	(0,0488)	(0,0490)
No estrangeiro em 2012	0,119	0,0946	0,233	0,200	0,222	0,190
	(0,0903)	(0,0923)	(0,152)	(0,155)	(0,156)	(0,159)

VARIÁVEIS	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
No estrangeiro em 2016	-0,442** (0,186)	-0,422** (0,190)	-0,177 (0,342)	-0,136 (0,359)	-0,268 (0,361)	-0,236 (0,378)
Índice de riqueza	-0,132*** (0,00251)	-0,100*** (0,00286)	-0,129*** (0,00387)	-0,0963*** (0,00442)	-0,126*** (0,00400)	-0,0950*** (0,00454)
Vive em áreas urbanas	-0,522*** (0,0125)	-0,444*** (0,0157)	-0,397*** (0,0196)	-0,356*** (0,0241)	-0,401*** (0,0202)	-0,362*** (0,0248)
Tamanho do agregado familiar	0,00991*** (0,00192)	0,0102*** (0,00195)	0,0120*** (0,00307)	0,00994*** (0,00314)	-0,00379 (0,00604)	0,000132 (0,00618)
Pai: Grau de instrução			-0,0287*** (0,00869)	-0,0266*** (0,00872)	-0,0289*** (0,00893)	-0,0261*** (0,00895)
Pai: Lê e escreve			-0,00389 (0,0189)	-0,0111 (0,0190)	-0,00128 (0,0194)	-0,00900 (0,0195)
Pai: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			0,531*** (0,0160)	0,522*** (0,0162)	0,528*** (0,0165)	0,519*** (0,0166)
Mãe: Grau de instrução			-0,00674 (0,00903)	-0,0108 (0,00908)	-0,00566 (0,00927)	-0,00942 (0,00932)
Mãe: Lê e escreve			-0,0730*** (0,0205)	-0,0893*** (0,0206)	-0,0723*** (0,0210)	-0,0895*** (0,0211)
Mãe: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			0,770*** (0,0140)	0,774*** (0,0144)	0,778*** (0,0144)	0,782*** (0,0147)
Número de irmãos (filhos do chefe do agregado familiar)					0,0229*** (0,00766)	0,0148* (0,00775)
Filho mais velho do chefe do agregado familiar					0,0375*** (0,0117)	0,0360*** (0,0117)
Filho mais novo do chefe do agregado familiar					-0,0537*** (0,0184)	-0,0425** (0,0185)
N	702969	702969	342680	342680	329891	329891
Com efeito fixo para distrito?	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: Estimativas dos autores utilizando a amostra 10% do Censo de 2017. Notas: os resultados são provenientes de regressões de modelos Logit. Pesos de amostragem foram aplicados. A variável dependente é uma variável binária que é igual a um se a criança de 7-17 anos de idade esteve envolvida em trabalho infantil, incluindo trabalho doméstico não remunerado e zero caso contrário. As regressões incluem variáveis independentes sobre características individuais e do domicílio. Efeitos fixos distritais foram incluídas nos Modelos 2, 4 e 6. Erro padrão agrupado (clusterizados) por distrito são apresentados entre parênteses. * p<0,10 ** p<0,05 *** p<0,01.

Quadro A2-5: Resultados da regressão para as uniões prematuras de crianças

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Rapariga	2,036***	2,065***	1,101***	1,112***	1,108***	1,119***
	(0,0213)	(0,0217)	(0,0399)	(0,0401)	(0,0414)	(0,0417)
Idade	0,575***	0,575***	0,394***	0,396***	0,391***	0,393***
	(0,00557)	(0,00564)	(0,0117)	(0,0117)	(0,0122)	(0,0123)
Órfão materno	-0,316***	-0,305***	0,210*	0,205	0,136	0,126
	(0,0331)	(0,0335)	(0,123)	(0,125)	(0,136)	(0,138)
Órfão paterno	-0,179***	-0,150***	0,0143	-0,0270	-0,0478	-0,0761
	(0,0220)	(0,0224)	(0,218)	(0,223)	(0,241)	(0,244)
Órfão de ambos	-0,466***	-0,441***	0	0	0	0
	(0,0363)	(0,0369)	(.)	(.)	(.)	(.)
Chefe do agregado familiar	1,105***	1,111***	0,791	0,760	0	0
	(0,0408)	(0,0413)	(0,495)	(0,511)	(.)	(.)
Filho biológico do chefe do agregado familiar	-1,815***	-1,812***	0	0	0	0
	(0,0197)	(0,0201)	(.)	(.)	(.)	(.)
Genro/nora do chefe do agregado familiar	2,242***	2,380***	0	0	0	0
	(0,0502)	(0,0522)	(.)	(.)	(.)	(.)
Com deficiência	-0,416***	-0,387***	-0,193	-0,178	-0,212	-0,190
	(0,0622)	(0,0623)	(0,141)	(0,143)	(0,147)	(0,147)
A criança tem o registo de nascimento	-0,125***	-0,121***	-0,0718	-0,0939	-0,0661	-0,0772
	(0,0276)	(0,0283)	(0,0648)	(0,0665)	(0,0671)	(0,0690)
A nacionalidade é moçambicana	-0,340***	-0,262**	0,305	0,350	0,345	0,387
	(0,132)	(0,133)	(0,408)	(0,410)	(0,423)	(0,423)
A língua mais freq. utilizada é Emakhuwa	0,324***	0,0523	0,597***	0,0952	0,575***	0,0839
	(0,0183)	(0,0468)	(0,0427)	(0,117)	(0,0446)	(0,123)
A língua mais freq. utilizada é o português	-0,321***	-0,487***	-0,381***	-0,364***	-0,366***	-0,352***
	(0,0362)	(0,0393)	(0,101)	(0,108)	(0,105)	(0,112)
Grau de instrução	-0,160***	-0,149***	-0,167***	-0,133***	-0,175***	-0,141***
	(0,0122)	(0,0124)	(0,0296)	(0,0300)	(0,0307)	(0,0311)
Lê e escreve	-0,164***	-0,124***	-0,0966	-0,0807	-0,0943	-0,0768
	(0,0234)	(0,0236)	(0,0592)	(0,0591)	(0,0616)	(0,0616)
Computador usado nos últimos 3 meses	0,181**	0,187**	-0,0647	-0,0868	-0,0649	-0,109
	(0,0860)	(0,0875)	(0,219)	(0,222)	(0,220)	(0,223)
Acesso à Internet nos últimos 3 meses	-0,424***	-0,411***	-0,930***	-0,787***	-0,898***	-0,748***
	(0,0669)	(0,0683)	(0,182)	(0,184)	(0,182)	(0,184)
Possui um telefone	0,185***	0,300***	0,216***	0,276***	0,183***	0,252***
	(0,0250)	(0,0256)	(0,0587)	(0,0592)	(0,0614)	(0,0619)
Migrado do distrito em que residiu em 2012	0,0576*	0,0407	0,0139	0,0282	0,00182	0,0171
	(0,0325)	(0,0330)	(0,108)	(0,109)	(0,112)	(0,113)
Migrado do distrito em que residiu em 2016	0,0512	0,0475	0,331**	0,306**	0,344**	0,318**
	(0,0520)	(0,0522)	(0,149)	(0,150)	(0,154)	(0,156)

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
No estrangeiro em 2012	-0,105 (0,183)	-0,0962 (0,185)	0,337 (0,435)	0,265 (0,440)	0,293 (0,455)	0,194 (0,467)
No estrangeiro em 2016	0,169 (0,313)	0,137 (0,321)	0,840 (0,515)	1,018* (0,543)	0,895* (0,524)	1,128** (0,547)
Índice de riqueza	-0,203*** (0,00515)	-0,160*** (0,00575)	-0,105*** (0,0125)	-0,0501*** (0,0139)	-0,124*** (0,0133)	-0,0647*** (0,0146)
Vive em áreas urbanas	-0,202*** (0,0235)	-0,268*** (0,0300)	-0,123** (0,0605)	-0,0638 (0,0718)	-0,115* (0,0632)	-0,0676 (0,0749)
Tamanho do agregado familiar	-0,164*** (0,00457)	-0,167*** (0,00462)	0,0359*** (0,00702)	0,0349*** (0,00769)	0,138*** (0,0124)	0,156*** (0,0130)
Pai: Grau de instrução			0,00528 (0,0283)	-0,0246 (0,0284)	0,00645 (0,0294)	-0,0277 (0,0294)
Pai: Lê e escreve			-0,173*** (0,0609)	-0,128** (0,0614)	-0,160** (0,0631)	-0,112* (0,0634)
Pai: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			-0,124*** (0,0479)	-0,125** (0,0484)	-0,125** (0,0497)	-0,127** (0,0503)
Mãe: Grau de instrução			-0,00649 (0,0295)	-0,00961 (0,0299)	0,00448 (0,0303)	-0,000152 (0,0307)
Mãe: Lê e escreve			-0,0152 (0,0682)	0,0343 (0,0690)	-0,0307 (0,0702)	0,0223 (0,0709)
Mãe: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			0,0934** (0,0450)	0,115** (0,0463)	0,100** (0,0467)	0,129*** (0,0480)
Número de irmãos (filhos do chefe do agregado familiar)					-0,152*** (0,0177)	-0,175*** (0,0181)
Filho mais velho do chefe do agregado familiar					0,137*** (0,0410)	0,125*** (0,0411)
Filho mais novo do chefe do agregado familiar					0,0342 (0,0824)	0,0454 (0,0830)
N	339855	339768	149319	147795	142938	141323
Com efeito fixo para distrito?	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: Estimativas dos autores utilizando a amostra 10% do Censo de 2017. Notas: os resultados são provenientes de regressões de modelos Logit. Pesos de amostragem foram aplicados. A variável dependente é uma variável binária que é igual a um se a criança com 12-17 anos de idade já foi casada e zero caso contrário. As regressões incluem variáveis independentes sobre características individuais e do domicílio. Efeitos fixos distritais foram incluídas nos Modelos 2, 4 e 6. Erro padrão agrupado (clusterizados) por distrito são apresentados entre parênteses. * p<0,10 ** p<0,05 *** p<0,01.

Quadro A2-6: Resultados da regressão para a gravidez na adolescência

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
Idade	0,641***	0,646***	0,647***	0,655***	0,656***	0,661***
	(0,00764)	(0,00779)	(0,0177)	(0,0180)	(0,0187)	(0,0189)
Órfão materno	0,0229	0,0305	0,122	0,129	0,0730	0,0625
	(0,0430)	(0,0434)	(0,178)	(0,177)	(0,194)	(0,195)
Órfão paterno	0,159***	0,184***	0,636***	0,412*	0,702***	0,488**
	(0,0282)	(0,0287)	(0,229)	(0,238)	(0,237)	(0,246)
Órfão de ambos	0,135***	0,154***	0	0	0	0
	(0,0472)	(0,0482)	(,)	(,)	(,)	(,)
Chefe do agregado familiar	0,886***	0,916***	0	0	0	0
	(0,0422)	(0,0430)	(,)	(,)	(,)	(,)
Filha biológica do chefe do agregado familiar	-0,960***	-0,918***	0	0	0	0
	(0,0250)	(0,0253)	(,)	(,)	(,)	(,)
Nora do chefe do agregado familiar	0,648***	0,792***	0	0	0	0
	(0,0515)	(0,0527)	(,)	(,)	(,)	(,)
Com deficiência	-0,155*	-0,140*	-0,00552	0,00763	-0,132	-0,100
	(0,0816)	(0,0820)	(0,172)	(0,173)	(0,187)	(0,188)
A rapariga tem o registo de nascimento	-0,143***	-0,195***	0,0975	0,00731	0,0864	0,0133
	(0,0361)	(0,0371)	(0,0984)	(0,103)	(0,103)	(0,108)
A nacionalidade é moçambicana	-0,141	-0,124	2,076*	2,229**	2,038*	2,216**
	(0,172)	(0,172)	(1,095)	(1,120)	(1,100)	(1,102)
A língua mais freq. utilizada é Emakhuwa	0,357***	0,115*	0,628***	0,126	0,615***	0,179
	(0,0235)	(0,0635)	(0,0592)	(0,158)	(0,0622)	(0,166)
A língua mais freq. utilizada é o português	-0,233***	-0,381***	-0,285***	-0,350***	-0,227**	-0,325***
	(0,0469)	(0,0510)	(0,107)	(0,115)	(0,112)	(0,120)
Grau de instrução	-0,0953***	-0,0884***	-0,168***	-0,139***	-0,208***	-0,179***
	(0,0160)	(0,0163)	(0,0402)	(0,0410)	(0,0424)	(0,0434)
Lê e escreve	-0,0867***	-0,0666**	-0,0636	-0,0917	-0,0514	-0,0686
	(0,0308)	(0,0313)	(0,0838)	(0,0863)	(0,0896)	(0,0926)
Computador usado nos últimos 3 meses	-0,0622	-0,0596	-0,345	-0,334	-0,367	-0,407
	(0,123)	(0,123)	(0,260)	(0,251)	(0,273)	(0,266)
Acesso à Internet nos últimos 3 meses	-0,636***	-0,639***	-1,012***	-0,922***	-1,042***	-0,963***
	(0,0937)	(0,0947)	(0,205)	(0,201)	(0,217)	(0,214)
Possui um telefone	0,251***	0,336***	0,387***	0,395***	0,326***	0,366***
	(0,0328)	(0,0337)	(0,0730)	(0,0741)	(0,0774)	(0,0785)
Migrado do distrito em que residiu em 2012	-0,00724	-0,0216	0,00544	-0,00358	-0,0294	-0,0444
	(0,0443)	(0,0448)	(0,139)	(0,139)	(0,147)	(0,147)
Migrado do distrito em que residiu em 2016	-0,0547	-0,0752	0,499***	0,430**	0,607***	0,552***
	(0,0750)	(0,0755)	(0,191)	(0,193)	(0,199)	(0,200)
No estrangeiro em 2012	-0,248	-0,300	0,784	0,740	0,939	0,911
	(0,258)	(0,266)	(0,615)	(0,690)	(0,665)	(0,680)

VARIÁVEIS	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
No estrangeiro em 2016	0,857** (0,356)	0,901** (0,368)	1,825*** (0,632)	2,227*** (0,649)	1,502** (0,737)	1,820** (0,747)
Índice de riqueza	-0,146*** (0,00626)	-0,135*** (0,00717)	-0,0506*** (0,0142)	-0,0473*** (0,0162)	-0,0848*** (0,0154)	-0,0690*** (0,0173)
Vive em áreas urbanas	0,0378 (0,0297)	0,0359 (0,0372)	0,296*** (0,0708)	0,295*** (0,0888)	0,296*** (0,0747)	0,290*** (0,0940)
Tamanho do agregado familiar	0,0126*** (0,00402)	0,0158*** (0,00414)	0,0777*** (0,00787)	0,0869*** (0,00874)	0,265*** (0,0186)	0,273*** (0,0162)
Pai: Grau de instrução			0,000482 (0,0379)	-0,0193 (0,0390)	0,0000305 (0,0405)	-0,0313 (0,0410)
Pai: Lê e escreve			-0,122 (0,0854)	-0,0599 (0,0879)	-0,0702 (0,0913)	0,0000282 (0,0930)
Pai: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			-0,0891 (0,0630)	-0,0775 (0,0633)	-0,0647 (0,0662)	-0,0538 (0,0665)
Mãe: Grau de instrução			0,00948 (0,0381)	0,00917 (0,0392)	0,0182 (0,0399)	0,00722 (0,0409)
Mãe: Lê e escreve			0,00195 (0,0884)	0,0366 (0,0911)	0,0456 (0,0920)	0,0907 (0,0946)
Mãe: Trabalhou na semana passada em qualquer actividade económica			0,0371 (0,0588)	0,0367 (0,0603)	0,0367 (0,0617)	0,0532 (0,0631)
Número de irmãos (filhos do chefe do agregado familiar)					-0,343*** (0,0241)	-0,332*** (0,0234)
Filha mais velho do chefe do agregado familiar					0,0466 (0,0579)	0,0364 (0,0580)
Filha mais novo do chefe do agregado familiar					-0,0719 (0,104)	-0,0477 (0,106)
N	237088	237088	102476	101961	98644	98163
Com efeito fixo para distrito?	Não	Sim	Não	Sim	Não	Sim

Fonte: Estimativas dos autores utilizando a amostra 10% do Censo de 2017. Notas: os resultados são provenientes de regressões de modelos Logit. Pesos de amostragem foram aplicados. A variável dependente é uma variável binária que é igual a um se a rapariga de 10-17 anos de idade alguma vez esteve grávida e zero caso contrário. As regressões incluem variáveis independentes sobre características individuais e do domicílio. Efeitos fixos distritais foram incluídas nos Modelos 2, 4 e 6. Erro padrão agrupado (clusterizados) por distrito são apresentados entre parênteses. * p<0,10 ** p<0,05 *** p<0,01.



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Av. 24 de Julho, nº 1989, C. Postal 493
Email: info@ine.gov.mz
Web: www.ine.gov.mz Maputo - Moçambique

